

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

KARINA SATOMI MATSUMOTO

**Amerika-yu: imigração okinawana como um projeto
dos Estados Unidos, da Bolívia e do Brasil**

Versão Corrigida

São Paulo
2024

KARINA SATOMI MATSUMOTO

**Amerika-yu: imigração okinawana como um projeto
dos Estados Unidos, da Bolívia e do Brasil**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Integração da América Latina da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Sociedade, Economia e Estado

Orientador: Prof. Dr. Sedi Hirano

São Paulo

2024

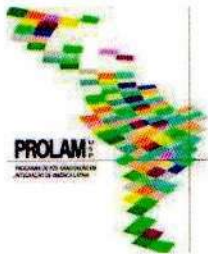
Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M434a Matsumoto, Karina Satomi
Amerika-yu: imigração okinawana como um projeto dos Estados Unidos, da Bolívia e do Brasil / Karina Satomi Matsumoto; orientador Sedi Hirano - São Paulo, 2024.
125 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. Área de concentração: Integração da América Latina.

1. América Latina. 2. Imigração okinawana. 3. Okinawa. 4. Bolívia. I. Hirano, Sedi, orient. II. Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Ciência e Concordância da orientador(a)

Nome do(a) aluno(a): Karina Satomi Matsumoto

Data da defesa: 20/05/2024

Nome da orientador(a): Prof(a). Dr(a). Sedi Hirano

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 16/07/2024

Assinatura do(a) orientador(a).

Nome: MATSUMOTO, Karina Satomi

Título: Amerika-yu: imigração okinawana como um projeto dos Estados Unidos, da Bolívia e do Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi uma longa e desafiadora jornada.

Agradeço ao Prof^o Sedi Hirano, que me deu a honra de sua orientação, e ao Prof^o Júlio Suzuki, pelo apoio.

À Prof^a Rita de Cássia Marques Lima de Castro e à Prof^a Valéria Barbosa de Magalhães, pelas valiosas considerações durante o exame de qualificação.

Aos estimados Ricardo Sorgon Pires e Victor Uehara Kanashiro, membros da banca de defesa e pesquisadores que eu admiro, que trouxeram comentários importantes para minha dissertação e para projetos futuros.

Aos colegas e professores PROLAM, pelo apoio e aprendizado.

À Caritas Arquidiocesana de São Paulo, seus diretores e coordenadores, cujo suporte foi essencial para meu ingresso e permanência no mestrado. Aos colegas, pela torcida e pelo apoio cotidiano.

À Associação Okinawa Kenjin do Brasil, ao Urizun, ao Governo de Okinawa, à Prefeitura de Kadena e à ACSILs, que estão na origem da minha pesquisa.

Ao Arquivo Público de Okinawa e à Biblioteca da Província de Okinawa, pelos valiosos materiais.

À minhas amigas Karen, Milena e Aki pelo apoio incondicional durante todo esse tempo e aos demais amigos que me acolheram.

À família Okuhama e Matsumoto. Aos meus ojis e obás, que me ensinaram tanto e fizeram eu chegar até aqui: Choshin Nakayoshi (*in memorian*), Shinji Okuhama (*in memorian*), Satiko Okuhama (*in memorian*), Yasuko Matsumoto e Massao Matsumoto.

À família Higajo e ao meu companheiro Vitor.

*Tū nu yū kara Yamatu nu yū
Yamatu nu yū kara Amerika yū
hirumasa kawataru kunu Uchinā*

da China para o Japão
do Japão para os Estados Unidos
estranho como muda essa Okinawa

(Rinshō Kadekaru – Música *Jidai no Nagare*)

*wan ya tura demunu hanichikiti tabori namiji pashifiku watati nabira
nanakurubi kurubi hiyamikachi 'ukiri washita kunu 'uchinaa shikee ni shirasa*

sou um tigre, coloque asas e vamos atravessar o Pacífico
se cair 7 vezes, grite “ei” e levante, nós vamos mostrar nossa Okinawa ao mundo

(Seihin Yamanouchi e Shinsuke Taira – Música *Hiyamikachi bushi*)

RESUMO

MATSUMOTO, Karina Satomi. **Amerika-yu: imigração okinawana como um projeto dos Estados Unidos, da Bolívia e do Brasil.** 2024. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2024.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a investigação realizada por James L. Tigner: “The Okinawans in Latin America”, realizada no início dos anos 1950, com foco na imigração para Bolívia e para o Brasil. O relatório foi encomendado pelo United States Civil Administration of Ryukyus Islands (USCAR), quando Okinawa vivia sob ocupação estadunidense, que durou de 1945 até 1972. Tigner passou por vários países a fim de encontrar um destino adequado para o envio de imigrantes, uma vez que Okinawa se encontrava com alta densidade populacional e terras sendo disputadas para a construção de bases militares estadunidenses. A pesquisa analisou os resultados encontrados por Tigner, explorando de que forma a produção científica dos Estados Unidos serviu como ferramenta para a manutenção da ocupação de Okinawa e de seus interesses na região, constatando também a convergência de interesses entre os Estados Unidos e os governos brasileiro e boliviano em relação às políticas de imigração visando o povoamento do centro do continente.

Palavras-chave: América Latina, Imigração okinawana, Okinawa.

RESUMEN

MATSUMOTO, Karina Satomi. **Amerika-yu: inmigración okinawense como un proyecto de Estados Unidos, Bolivia y Brasil.** 2024. 118f. Disertación (Maestría em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2024.

La presente investigación tiene como objetivo analizar la investigación realizada por James L. Tigner: “Los okinawenses en América Latina”, realizada a principios de la década de 1950, centrándose en la inmigración hacia Bolivia y Brasil. El informe fue encargado por la United States Civil Administration of Ryukyus Islands (USCAR), cuando Okinawa estaba bajo la ocupación estadounidense, que duró desde 1945 hasta 1972. Tigner pasó por varios países con el fin de encontrar un destino adecuado para enviar inmigrantes, una vez que Okinawa tenía una alta densidad de población y se disputaban terrenos para la construcción de bases militares estadounidenses. La investigación analizó los resultados encontrados por Tigner, explorando cómo la producción científica estadounidense sirvió como herramienta para mantener la ocupación de Okinawa y sus intereses en la región, señalando también la convergencia de intereses entre Estados Unidos y los gobiernos de Brasil y Bolivia en relación con las políticas de inmigración destinadas a poblar el centro del continente.

Palabras clave: América Latina, inmigración okinawense, Okinawa.

ABSTRACT

MATSUMOTO, Karina Satomi. **Amerika-yu: Okinawan immigration as a project of the United States, Bolivia and Brazil**. 2024. 118f. Dissertation (Masters in Sciences). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2024.

The present research aims to analyze the investigation by James L. Tigner: “The Okinawans in Latin America”, carried out in the early 1950s, focusing on immigration to Bolivia and Brazil. The report was commissioned by the United States Civil Administration of the Ryukyus Islands (USCAR), when Okinawa was under American occupation, which lasted from 1945 until 1972. Tigner traveled to several countries to find a suitable destination for sending immigrants, since Okinawa had a high population density and land was being disputed for the construction of US military bases. The present research analyzed the results found by Tigner, exploring how United States scientific production served as a tool for maintaining the occupation of Okinawa and its interests in the region, also noting the convergence of interests between the United States and the Brazilian and Bolivian governments about immigration policies and the settlement of the center of the continent.

Keywords: Latin America, Okinawan immigration, Okinawa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa do Leste Asiático com Okinawa/Ryukyu no centro	20
Figura 2	Mapa de Okinawa/Ilhas Ryukyu	21
Figura 3	Sino com a inscrição <i>bankoku shinryō</i> , em exibição no Museu da província de Okinawa	40
Figura 4	Placa de automóvel com a frase: “Okinawa – Keystone of the Pacific”	48
Figura 5	Relatório “The Okinawans in Latin America”, de James L. Tigner (1954)	58
Figura 6	Mapa da rota da pesquisa de campo de James L. Tigner na América Latina	63
Figura 7	Foto de James L. Tigner com membros da Associação Okinawa	66
Figura 8	Mapa das ferrovias de São Paulo no século XX	71
Figura 9	Mapa das regiões da Bolívia	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantidade de japoneses, okinawanos e descendentes (2005)	22
Tabela 2	Itinerário de James L. Tigner – Parte I: Preparativos	60
Tabela 3	Itinerário de James L. Tigner – Parte II: Brasil	64
Tabela 4	Relatório da Pesquisa de James L. Tigner no Brasil	69
Tabela 5	Itinerário de James L. Tigner – Parte III: Outros países	85
Tabela 6	Okinawanos e <i>Naichi-jin</i> na Bolívia (1952)	88
Tabela 7	Okinawanos na Bolívia por cidade (1952)	88
Tabela 8	Solicitação de ajuda econômica para a Sociedade Industrial e Agrícola Uruma (1952)	100
Tabela 9	Quantidade de imigrantes okinawanos em 20/11/1953	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPEM	Cooperativa Agropecuária Extrativa Mariópolis
COB	Central Obrera Boliviana
K.K.K.K.	<i>Kaigai Kōgyō Kabushiki Kaisha</i> - Companhia Ultramarina de Desenvolvimento
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
ONU	Organização das Nações Unidas
POR	Partido Obrero Revolucionario
SIRI	Scientific Investigation in the Ryukyu Islands
USCAR	United States Civil Administration of the Ryukyus Islands

NOTA SOBRE GRAFIA DE PALAVRAS EM LÍNGUA JAPONESA E OKINAWANA

As palavras em língua japonesa e okinawana foram escritas de acordo com o Sistema Hepburn. Palavras com “ch”, por exemplo, devem ser lidas como “tch” (e não como “x”), como em *Uchiná* e *naichi*. Em relação às vogais prolongadas, há algumas exceções:

1. Palavras que são de uso relativamente comum foram mantidas da forma como são grafadas dentro da comunidade, como Ryukyu, Uchiná e uchinanchu (em vez de Ryūkyū, Uchinā e uchinānchu).
2. O título da pesquisa: “Amerika-yu”, que deveria ser grafada como “Amerika-yū”, teve o “u” grafado normalmente, por uma decisão pessoal de deixar o título da forma mais simples possível, a fim de não dificultar citações e mecanismos de busca.

Palavras e termos em japonês traduzidos por mim acompanham os ideogramas para que os leitores possam realizar pesquisas e/ou possam traduzir e compreender de forma mais adequada os seus significados.

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	16
INTRODUÇÃO.....	22
CAPÍTULO 1 – OKINAWA ATRAVÉS DOS TEMPOS	37
CAPÍTULO 2 – AMERICA-YŪ: OKINAWA COMO OBJETO DE PESQUISA DURANTE A OCUPAÇÃO MILITAR.....	50
CAPÍTULO 3 – A PESQUISA DE JAMES L. TIGNER NO BRASIL	64
CAPÍTULO 4 – A PESQUISA DE JAMES L. TIGNER NA BOLÍVIA.....	85
CAPÍTULO 5 – A PESQUISA DE JAMES L. TIGNER: PARTE FINAL	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE A: OBRAS DE JAMES LAWRENCE TIGNER.....	120
APÊNDICE B: TABELAS.....	124

PRÓLOGO

Okinawa, outubro de 2016

Numa tarde de outubro, subo em um palco do Okinawa Cellular Stadium em Naha. Um público de mais de 15 mil pessoas, de 28 nacionalidades diferentes, assiste ao meu breve e ansioso discurso como “representante da próxima geração” na cerimônia de encerramento do “6º Festival Mundial Uchinanchu”. Após minha promessa clichê, mas verdadeira, de me tornar “uma ponte entre Okinawa e Brasil”, todos ouvem os demais discursos e então são levados à empolgação pelas atrações musicais que misturam o tradicional com o moderno, finalizando o festival em meio a êxtase e lágrimas. Após anos de envolvimento com a “comunidade” e a cultura okinawana, interpreto esse título de “representante” como um reconhecimento, mas sobretudo como um dever.

Nova York, abril de 2019

Numa tarde de abril, olho para as bandeiras dispostas no lado de fora da sede da Organização das Nações Unidas (ONU). Os 4 dias do Fórum das Nações Unidas para os Povos Indígenas foram intensos, com gente do mundo todo. A ONU reconhece o povo de Ryukyu como indígena desde 2008, mas eu passo a me reconhecer genuinamente como indígena somente a partir daquele momento. Eu, que achava que ninguém iria entender como poderia ser uma “indígena do povo de Ryukyu nascida no Brasil”, me surpreendi com a diversidade de histórias e com a naturalidade com a qual fui recebida naquele lugar.

Peço licença para deixar este breve prólogo e esclarecer as motivações da pesquisa, porque nela, o indivíduo desaparece, restando somente os frios e distantes interesses de uma ocupação militar e da objetividade da pesquisa acadêmica. É importante situar o lugar da pesquisadora.

Dos meus quatro avós, três são imigrantes okinawanos, que chegaram ao Brasil no final dos anos 60. E uma avó é filha de imigrantes okinawanos que chegaram na década de 1920. Cresci ouvindo histórias de dificuldade e pobreza numa terra que permeava minha imaginação como um lugar distante no espaço e no tempo, pouco palpável. Depois, quando cresci e ingressei no grupo de *eisá* (dança com tambores típicos de Okinawa) Ryukyu Koku Matsuri Daiko passei a entender a terra ancestral

dos meus avós como um lugar que era parte do Japão, mas era “diferente”, era festivo. Bonito e tropical.

Em 2008, quando cursava Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), tive a oportunidade de viajar para Okinawa através de uma bolsa de estudos da cidade de Kadena, na província de Okinawa, terra natal do meu avô paterno. Ele fez parte da Imigração Seinentai, um dos grupos que imigrou no pós-guerra. Lá, descobri que a cidade de Kadena tem 82% de seu território ocupado por uma base militar dos Estados Unidos (EUA). Morei numa cidade vizinha (Okinawa-shi), na casa de minha tia-avó. Ao invés de um paraíso tropical, encontrei naquela região uma paisagem que me remetia a uma cidade estadunidense. Diversas lojas, restaurantes e bares com letreiros desbotados em inglês davam certa aura de decadência.

O choque em ver uma realidade totalmente inesperada e o fato de a comunidade okinawana no Brasil não falar sobre o assunto, despertou-me a curiosidade em conhecer mais sobre a questão das bases militares. Na ocasião conheci um protesto contra a construção de heliportos no vilarejo de Takae (Higashi) e percebi a complexidade do assunto, que envolve desde os cidadãos de Okinawa, os governos locais, o governo japonês e o governo dos EUA.

Após o retorno para o Brasil, ingressei no Urizun – Círculo de Ex-Bolsistas de Okinawa, grupo com diversas atividades culturais e de apoio à Associação Okinawa Kenjin do Brasil, onde tive a oportunidade de participar como vice-presidente e organizar diversos eventos. Apesar de a questão das bases militares vir à tona em alguns momentos ainda era, de certa forma, um grande tabu.

Em 2013, depois de formada, retornei a Okinawa com uma bolsa de estudos concedida pelo Governo da Província de Okinawa, na Okinawa International University. A seleção foi feita pela Associação Okinawa Kenjin do Brasil, que acatou o meu objetivo de estudar durante um ano a questão das bases militares, apesar do meu receio em não ter o tema aprovado. Após a bolsa, consegui um emprego como professora de inglês em uma escola municipal e permaneci por mais um ano.

Desde então, tornei-me uma pessoa bastante atuante na “comunidade”, organizando e participando de eventos, inclusive dando palestras e criando exposições. Entretanto, eu, particularmente, via o meu lugar de nativa como um impedimento para minha atuação acadêmica, de forma que sempre relutei a incentivos para ingressar na pós-graduação e tratar do tema cientificamente. Criei

meu blog, onde trazia reflexões que não tinham lugar nos espaços institucionais dos quais fazia parte.

Porém, o tempo me mostrou que, apesar do bom alcance e reconhecimento dentro da comunidade, os meus escritos estavam limitados e não poderiam ter a mesma força como se fossem acadêmicos. Enquanto refletia sobre essas questões, tive a oportunidade de participar do Fórum Permanente das Nações Unidas para Questões Indígenas, em Nova York, como parte da comitiva do povo de Ryukyu (Okinawa).

Após essa experiência, passei a ter contato com as reflexões trazidas pelos povos indígenas. Uma delas é o fato de que a produção de conhecimento é um espaço de disputa, sobretudo em meios institucionais, como o acadêmico. Há múltiplos discursos e formas de se realizar pesquisas convivendo, mas também entrando em conflito. Quando penso sobre questões relativas à Okinawa, considero que elas têm uma dimensão transcendental, que ultrapassa a objetividade das pesquisas acadêmicas por si só e encontra fortes motivações de reparação histórica e transformação social. Após oito anos de afastamento da universidade, decidi entrar neste espaço para deixar minha pequena pegada nesse longo caminho de estudos sobre Okinawa o qual, espero, que muitos ainda trilharão.

Notas sobre nomenclatura: Okinawa, Uchiná e Ryukyu

Okinawa (arquipélago): *Okinawa shotō*. Abrange a grande ilha de Okinawa e mais de 100 ilhas que estão em seu entorno mais próximo, como as ilhas Kerama, Ie e Kume.

Okinawa (ilha): *Okinawa hontō*, ou “ilha principal”. A maior ilha da província de Okinawa, compreende a capital Naha.

Okinawa (província): *Okinawa-ken*. uma das 47 províncias japonesas, abrange os arquipélagos de Okinawa, Sakishima e Daitō.

Ryukyu (arquipélago): *Ryukyu rettō*. Inclui: 1) ilhas Ōsumi, ilhas Tokara e ilhas Amami, ao norte, que atualmente fazem parte da província de Kagoshima, 2) arquipélago de Okinawa, arquipélago de Sakishima (ilhas Miyako, ilhas Yaeyama e Senkaku) e ilhas Daitō.

Ryukyu (reino): o Reino de Ryukyu vigorou entre 1429 e 1879, abrangia o arquipélago de Okinawa, o arquipélago de Sakishima e as ilhas Amami. Variantes: Lewchew, Loo Choo, Lequios, Roochoo e outros.

Uchiná: Também grafado como Utiná, Uchinā, Uchinaa, geralmente é utilizado para se referir à ilha de Okinawa. Porém, de acordo com o Dicionário Okinawano-Português (GIBO, 2016, p. 193), o significado pode ser mais abrangente, sendo o “termo nativo para Okinawa, usada para se referir à Ilha de Okinawa; Okinawa e as ilhas ao seu redor; à província de Okinawa (Okinawa, Miyako e Yaeyama) ou um sinônimo para Ryukyu (Okinawa, Amami-Oshima, Miyako e Yaeyama)”.

Nesta dissertação, o termo utilizado com mais frequência será “Okinawa”, como também o gentílico “okinawano”¹, devido à sua objetividade para se referir ao território que compreende a atual província. Entretanto, cabe destacar que:

1) O termo “Okinawa”, imposto pelo governo japonês na ocasião da extinção do Reino de Ryukyu, pode ser interpretado como termo “colonizado”, em contraposição a um termo que seria “nativo” (Ryukyu);

2) Durante os anos de ocupação estadunidense, foi fomentado o uso do termo “Ryukyu” ou “Ryukyus” (como também o gentílico Ryukyuans), inclusive nos relatórios de James Tigner citados nesta pesquisa;

¹ Em língua espanhola, utiliza-se o gentílico “okinawense”.

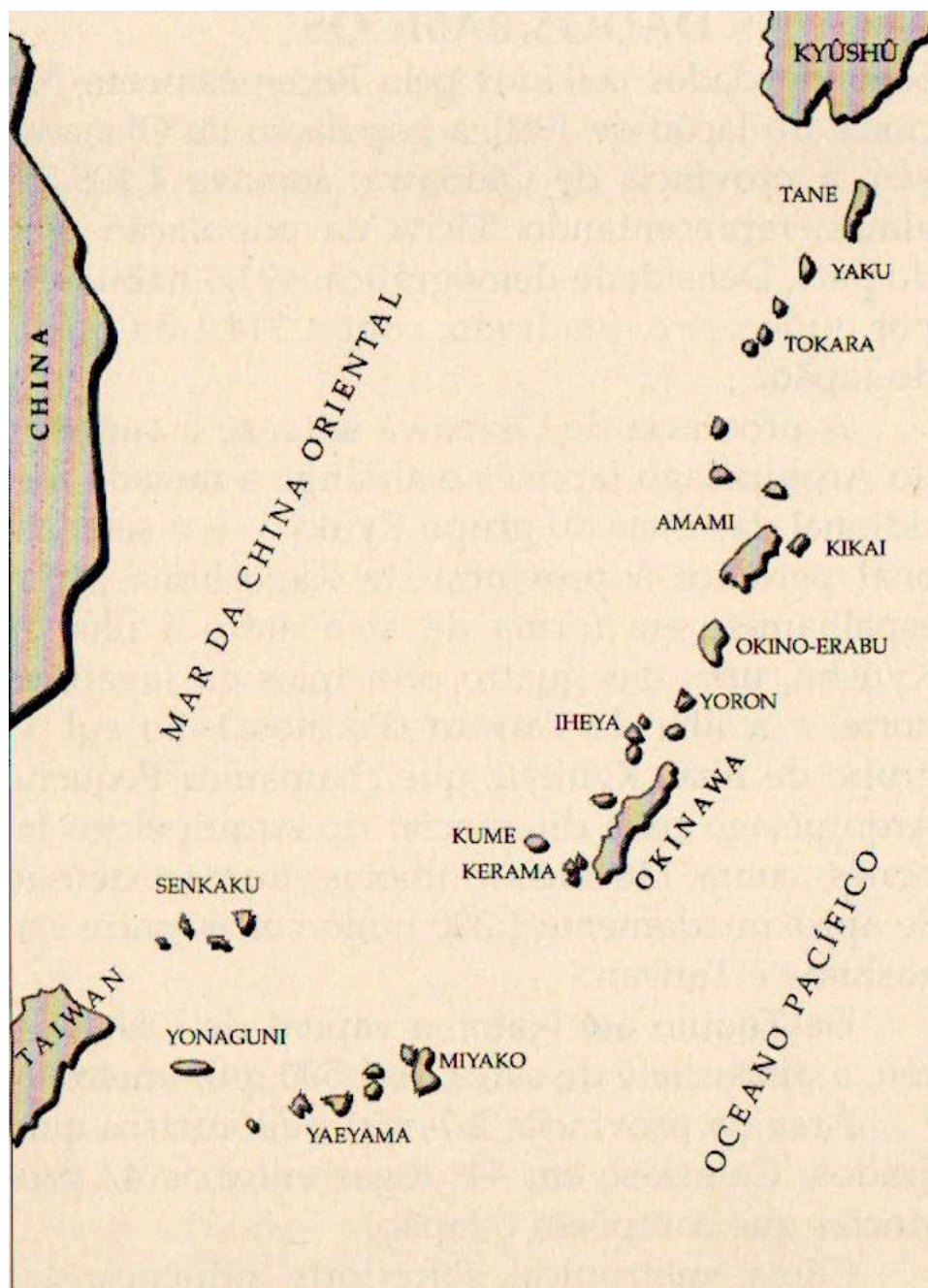
3) O termo “Uchiná”, ao se referir à ilha de Okinawa, poderia excluir as demais ilhas; dessa forma, o uso de “Ryukyu” (e suas variantes na pronúncia nativa) tem sido reforçado por alguns pesquisadores e ativistas.

Figura 1 – Mapa do Leste Asiático com Okinawa/Ryukyu no centro



Fonte: MIYAGUI, 1998, p. 30.

Figura 2 – Mapa de Okinawa/Ilhas Ryukyu



Fonte: YAMASHIRO, 1993, p.34

INTRODUÇÃO

Okinawa é uma das 47 províncias japonesas, localizada no sul do país. É a terra de origem de grande parte dos japoneses que imigraram para a América do Sul, principalmente para o Brasil, o Peru, a Argentina e a Bolívia. O Kasato Maru, primeiro navio a trazer japoneses para o Brasil, atracou no Porto de Santos (São Paulo) em 1908, trazendo 325 okinawanos entre os 781 japoneses (YAMASHIRO, 1993, p. 219). Logo nas primeiras páginas do livro “O Imigrante Japonês”, Tomoo Handa, cita a descrição de Rokuro Koyama, que estava na viagem:

Finalmente o Kasato-Maru atracará amanhã em Santos. Teremos que lhe dizer adeus. Os varonis imigrantes sentiam o peito oprimido pela tristeza diante da separação iminente do navio de sua pátria. Viam-se tripulantes a erguer filhos de imigrantes ao colo, achegando suas faces às deles em sinal de despedida. A melodia dedilhada nos *jabissen* dos imigrantes da ilha de Okinawa diluía-se sobre as ondas escuras” (HANDA, 1987, p. 3).

A referência aos okinawanos, ainda que traga poucas informações, simboliza uma diferenciação concreta que existia na história do Japão e que permaneceria durante a história dos imigrantes no Brasil.

A quantidade de okinawanos continuou expressiva nas levas seguintes. Entretanto, a quantidade de okinawanos e descendentes chega a somente 10% do total de japoneses. Em relação a outros países da América Latina, a porcentagem de okinawanos na Bolívia, Argentina e Peru é maior, mas não supera o número de pessoas no Brasil, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Quantidade de japoneses, okinawanos e descendentes (2005)

País	Quantidade de japoneses e descendentes	Quantidade de okinawanos e descendentes	Porcentagem de okinawanos e descendentes
Brasil	1.690.261	169.026	10%
Bolívia	10.400	6.239	60%
Peru	95.061	66.542	70%
Argentina	36.848	25.793	70%

Fonte: Center For Okinawan Studies da University of Hawai'i at Manoa.

Entre os motivos para a alta imigração de okinawanos, Akamine (2015, p. 56) aponta que: okinawanos não tinham receio de viajar devido ao forte intercâmbio com a Ásia e era uma forma de evitar o alistamento militar obrigatório. Além disso, houve uma reforma agrária que acabou com o monopólio dos senhores de terra e as distribuíram para aqueles que as cultivavam, sendo que muitos optaram por hipotecá-las para custear passagens para o exterior.

O principal cultivo era a cana-de-açúcar, caracterizado por métodos primitivos, más condições de trabalho, investimento e controle de capitalistas da ilha principal e dificuldade na competição com outros pólos produtores. Grande parte dos agricultores tornou-se cada vez mais dependente dessa atividade, deixando-os vulneráveis às flutuações de mercado. Além disso, desastres naturais, como tufões e secas e o aumento populacional, também contribuíram para que pessoas buscassem trabalho fora. Os primeiros imigrantes okinawanos chegaram ao Havaí e ao Peru em 1899 e em 1906, respectivamente.

Devido à interrupção da imigração para os EUA, em 1908 o Brasil se tornou um destino e o Kasato Maru partiu com a primeira leva de imigrantes. O empreendimento teve o apoio de Shinjiro Shiroma, natural da cidade de Haebaru, Okinawa, o que pode ser um dos motivos para alta adesão dos okinawanos. Era um professor que gozava de boa reputação e que se tornou responsável pelos imigrantes okinawanos². Dos 325 okinawanos, 45 pessoas, a maior parte, eram da mesma cidade que Shiroma (AKAMINE, 2015, p.256).

Àquela época, Okinawa acabara de se tornar uma província do Japão. Anteriormente, era chamada de Ryukyu, um reino independente existente desde o século XV, que mantinha relações comerciais com os países vizinhos, como China, Malásia e Indonésia. Possuía um governo centralizado no Castelo de Shuri, uma elite

² Conta-se que os okinawanos, incentivados por Shiroma, confiaram seu dinheiro a Ryo Mizuno (às vezes grafado Ryu), empreendedor que iniciou a imigração japonesa para o Brasil. O dinheiro seria guardado em um cofre e entregue quando chegassem ao Brasil, o que nunca aconteceu. Shiroma chegou a ser ameaçado de morte pelos conterrâneos, procurou Mizuno várias vezes, mas nunca chegou a recuperar o dinheiro. O Jornal Nippak conta que o dinheiro foi utilizado para pagar o seguro exigido pelo Ministério do Exterior para realizar a viagem e que Mizuno contava receber o subsídio do governo paulista, o que não aconteceu porque os imigrantes chegaram após a safra do café. Um ano depois o dinheiro foi devolvido, exceto para aqueles que haviam fugido das fazendas. (Disponível em: <https://www.jnippak.com.br/2021/cultura-japonesa-vol-4-ryo-mizuno-pioneiro-visionario-pai-da-imigracao-japonesa-no-brasil/>. Acesso em 14/12/2023). De acordo com depoimentos compilados por Akamine (2015), as famílias dos imigrantes okinawanos prejudicados lembram o episódio de forma negativa, contrastando com a imagem de “herói” que está presente em alguns materiais sobre imigração japonesa no Brasil – inclusive, há uma estátua em sua homenagem no Largo da Pólvora – São Paulo, referindo-se a ele como “Pai da Imigração”.

dominante, artes, línguas e costumes próprios (YAMASHIRO, 1993). Então, em 1879, quando o Japão tentava fortalecer seu estado e se consolidar como potência econômica na Ásia, incorporando territórios na região, o reino de Ryukyu foi extinto e seu rei, Sho Tai, foi levado para Tóquio.

Criou-se assim a província de Okinawa. Com a reforma Meiji, durante o final do século XIX foram implantadas políticas de “japonização” ou “niponização” que visavam abolir costumes regionais que não se enquadrassem ao padrão de Japão como “potência”, como as línguas, religião e costumes (tatuagens típicas, vestimentas) (YAMASHIRO; NAMIHIRA, 2012).

A literatura sobre imigração japonesa também aponta, de diferentes formas, essas diferenças entre japoneses e okinawanos. Tomoo Handa em sua obra citada anteriormente, em vários momentos se refere à particularidade dos primeiros okinawanos, seja mencionando a origem da família ao apontar algum caso ou local de fixação, seja discorrendo por vários parágrafos sobre características sobre o povo de Okinawa. No trecho abaixo, o autor faz referência às dificuldades de vida na província:

Entre os imigrantes japoneses, aqueles provenientes da ilha de Okinawa talvez tivessem sido os que mais valentemente suportaram tanto a alimentação escassa e deficiente como o trabalho excessivo e pesado. Como foi dito anteriormente, diversos fatores contribuíram para isso. Aqui chegaram trazendo o fardo da obrigação de remessa de dinheiro para a pátria a fim de saldar os empréstimos contraídos para as despesas da viagem. Por outro lado, carregavam a tradição de várias gerações de convívio com a terra pobre e exaurida, além da exploração contínua e impiedosa por parte da classe dominante, na província de origem (HANDA, 1987, p. 331).

O autor também comenta sobre a culinária, o costume de consumir carne de porco, a espiritualidade voltada ao culto dos antepassados, o conservadorismo e o objetivo de retornar à terra natal, que dificultava a fixação e o crescimento no país, entre outras características.

Outra obra que aponta as diferenças e também a discriminação entre japoneses e okinawanos é “O Japonês na Frente de Expansão Paulista”, de Francisca Isabel Schurig Vieira (1973), que descreve os resultados de sua pesquisa realizada em Marília (SP) entre 1964 e 1966, passados mais de 50 anos da chegada dos primeiros imigrantes. A segunda parte do livro é um retrato do grupo étnico japonês no município, formado por imigrantes e seus descendentes, descrevendo sua constituição no âmbito familiar e comunitário.

Vieira constatou a existência de algumas dicotomias na estrutura interna do grupo: sítio e cidade, *issei* (1ª geração) e *nissei* (2ª geração) e, por fim, *naichi-jin*³ (japoneses da “ilha principal do Japão”) e *okinawa-jin* (okinawano). Sobre os okinawanos, Vieira aponta que estes eram objeto de discriminação devido à história de subordinação política à ilha principal, sendo que o preconceito existente no Japão foi trazido com os imigrantes para o Brasil e pôde ser observado em Marília (VIEIRA, 1973, p. 76). A coesão do grupo de okinawanos existiu desde os primeiros imigrantes, mantendo-se de certa forma, separado dos japoneses. Por um lado, os okinawanos enxergavam tal característica de forma positiva, enaltecendo qualidades como solidariedade e cooperação. Por outro lado, os *naichi-jin* lhes atribuíam características em termos raciais, como sendo de “outra raça”, “diferentes dos japoneses”. Além das características físicas, como “escuros”, “feios”, “peludos”, um entrevistado cita que “nos okinawanos há tôdas as piores qualidades de uma raça; são desconfiados, oportunistas, egoístas e muito sujos” (VIEIRA, 1973, p.78).

As diferenças entre os dois grupos também estão presentes nos estudos sobre imigração japonesa realizados por Hiroshi Saito, Ruth Cardoso, Arlinda Rocha Nogueira e Zempati Ando (KANASHIRO, 2017). Cabe ressaltar que estas pesquisas falam sobre imigração japonesa como um todo, e não especificamente sobre imigração okinawana – tema que ficou a cargo da própria comunidade, que registrou sua história em diversos livros.

Em português, as primeiras obras sobre Okinawa são: “Okinawa: Uma ponte para o mundo”, de José Yamashiro (1993) e “Okinawa: História, Tradições e Lendas”, de Shosei Miyagui (1998). Ambas falam da história e da cultura da província e citam brevemente a imigração.

Yamashiro, filho de okinawanos e nascido em Santos, publicou seu primeiro livro em 1950, sobre o Japão: “Pequena História do Japão”. O autor do prefácio, Hideo Onaga, filho do ilustre imigrante Sukenari Onaga⁴, inicia o texto exaltando Yamashiro como um dos poucos descendentes que fala, lê e escreve em japonês. Além disso, é um conhecedor e divulgador da cultura e história japonesa - e não okinawana, de acordo com os exemplos dados, como a biografia do almirante Yamamoto e a história

³ Apesar de Vieira optar pela grafia “naiti-jin”, nesta pesquisa, conforme descrito na Nota sobre a grafia de palavras em língua japonesa e okinawana, será utilizada a grafia “naichi-jin”, também utilizada por James L. Tigner em seus relatórios.

⁴ Sukenari Onaga foi o primeiro presidente da Associação Okinawa Kenjin do Brasil, à época chamada de Okinawa Kyuyo Kyokai, em 1926. (ASSOCIAÇÃO OKINAWA KENJIN DO BRASIL, 2012).

dos samurais. Posteriormente, Onaga conta que em 1990 ambos compareceram como convidados especiais no I Festival Mundial de Okinawanos, realizado na província e que na ocasião, Yamashiro coletou material para seu livro sobre Okinawa, lançado em 1993, quando o autor estava próximo dos seus 90 anos (YAMASHIRO, 1993, p. 15).

Shosei Miyagui, por sua vez, nasceu em Okinawa e trabalhava como repórter para o Jornal Okinawa Times quando imigrou para o Brasil em 1937, aos 24 anos. Fundou os jornais Kyuyo Shimpo e Bunka Times e foi proprietário da Livraria da Paz, especializada em obras japonesas no centro de São Paulo. O prefácio de Akira Chinen, professor de Direito da Universidade Mackenzie, afirma que Miyagui “é uma pessoa extremamente ligada às suas origens”, citando que criou o Okinawa Kiuyenkai, associação com o objetivo enviar donativos para vítimas da Batalha de Okinawa, o Museu de Okinawa (Diadema – SP) e que foi diretor da Associação Okinawa do Brasil e da Associação Cultural de Okinawa (MIYAGUI, 1998, p.2). Chegou a ser perseguido pela Shindo Renmei, durante os conflitos entre vitoristas e derrotistas no pós-guerra.

Na área acadêmica brasileira, o primeiro pesquisador a se debruçar especificamente sobre okinawanos no Brasil foi o Prof. Koichi Mori. Nascido e formado em Ciência Política no Japão, chegou ao Brasil em 1983, com experiência em pesquisas em áreas rurais e influência dos estudos de comunidade realizados pelos antropólogos em seu país. Publicou diversos estudos sobre a comunidade nipo-brasileira e okinawana, pesquisando o xamanismo okinawano no Brasil. Com formação na área de Ciência Política, Sociologia e Antropologia, tornou-se professor do Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo em 2005, tendo ministrado disciplinas como Cultura Japonesa, Literatura Japonesa e Introdução aos estudos de Okinawa – História, Sociedade e Cultura Okinawana⁵.

Em entrevista ao *Cadernos de Campo*, Mori comenta que a pesquisadora Francisca Isabel Schurig Vieira, citada anteriormente, observou a existência de dois tipos de japoneses, mas menciona que:

Até a minha pesquisa, nenhum outro pesquisador havia tecido a tese de que existiam no Brasil dois tipos de nikkeis, os oriundos da ilha principal (na verdade ilhas principais: Hokkaido, Honshu, Shikoku e Kyushu) e os oriundos da ilha de Okinawa. Até então, todas as pesquisas colocavam tanto um como outro no mesmo saco, por assim dizer [...] No entanto, antropólogos japoneses ainda hoje insistem em utilizar apenas uma categoria nikkei, isto é, aquele que por aqui chamamos de “japonês”. Isso deve ser resultado

⁵ Currículo Lattes disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8211040713593291>>. Acesso em 17/12/2023.

também do posicionamento político de cada antropólogo. (SCHOUTEN et. al, 2008, p.206)

Apesar de Vieira ter constatado as divergências dentro da comunidade e a Associação Okinawa já ter publicado estudos sobre sua própria história, Mori foi o primeiro pesquisador a estudar temas ligados à cultura de Okinawa, sobretudo relacionado à espiritualidade (xamanismo), no final dos anos 1980.

Já em 1998, uma nova pesquisa abordando Okinawa é realizada por Alice Lumi Satomi em seu projeto de mestrado, intitulada “As Gotas de Chuva no Telhado: música de Ryukyu em São Paulo”. Posteriormente (2004) publica o seu doutorado: “Dragão Confabulando: etnicidade, ideologia e herança cultural através da música para koto no Brasil”. Depois disso, surgiu uma leva de pesquisadores que se dedicou ao estudo da diáspora okinawana, tratando de temas como identidade, espiritualidade, entre outros.

A dissertação da antropóloga Nadia Kubota, “Bon Odori e Sobá: As Obasan na Transmissão das Tradições Japonesas em Campo Grande – MS” (2008), lembrada como uma das precursoras da nova geração de pesquisas sobre Okinawa, se debruça sobre a importância das mulheres na comunidade e na relação entre okinawanos e não-okinawanos através do *bon-odori* e do sobá. Apesar de não tratar exclusivamente da comunidade okinawana, devido à grande quantidade de okinawanos em Campo Grande e à sua influência, considerando que foram os responsáveis pela incorporação do sobá à cultura local, essa diferenciação se mostrou essencial ao abordar o papel das mulheres na construção da identidade étnica. Na pesquisa de doutorado, “Okinawanos e não-okinawanos em Campo Grande: Relações de parentesco e famílias” (2015), Kubota também trata das oposições entre ambos os grupos, desta vez através de noções de família e pertencimento.

Samara Konno (2015) realizou uma pesquisa de mestrado em Estudos Culturais na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP) sobre a espiritualidade dos okinawanos em “Retornando à casa: o culto aos antepassados okinawanos” (2015) e Victor Hugo Kebbe da Silva realizou Pós-Doutorado pela Universidade Federal de São Carlos — com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Nanzan University - Nanzan Institute for Religion and Culture (2016), com a pesquisa “Quando os mortos chamam – parentesco, imigração e religião vistos nas práticas da Yuta no Brasil”. Ambos, assim como Koichi Mori, realizaram entrevistas com as *yuta* (“xamãs”).

Ricardo Sorgon Pires, historiador, realizou a pesquisa de doutorado “Os outros japoneses: festivais e construção identitária na comunidade okinawana em São Paulo” (2016). Através de entrevistas e da análise de três grandes eventos promovidos pela comunidade, mostrou como estas são mobilizadas para a construção da diferença com os demais nikkeis e da identidade okinawana-brasileira. Pires também publicou o artigo “Uma ‘ilha descontente’: Disputas e conflitos em torno da memória sobre a Batalha de Okinawa” (2013).

Yoko Nitahara Souza, antropóloga da UnB, defendeu a dissertação “A comunidade Uchinanchu na era da globalização: contrastando “okinawanos” e “japoneses” (2009) e a tese de doutorado “Suupa uchinaanchu: a construção da rede transnacional okinawana”, realizando pesquisas no Brasil (Londrina e Brasília), no Havaí e em Okinawa. Souza também publicou alguns artigos sobre a comunidade okinawana. Através da pesquisa etnográfica, Souza infere que as comunidades uchinanchu e nikkei se diferenciam drasticamente em termos de fatores culturais, identitários e pertencimento.

Lais Miwa Higa e Alexandre Cardoso Oshiro, descendentes de okinawanos e praticantes de dança tradicional na academia do jovem mestre Satoru Saito, abordam o seu lugar na comunidade, citando uma inserção “tardia” nos espaços institucionais e refletindo sobre o papel do pesquisador nativo. Higa, em “Umi nu Kanata: história e diferença na ‘comunidade okinawana brasileira’” (2015), tratou da construção de narrativas através das danças e publicações das associações, enquanto Oshiro, orientado por Koichi Mori, em “Espelhos em trio: por uma reflexão sobre o corpo no processo ensino-aprendizagem de Ryûkyû Buyô” (2016), abordou o corpo como estudo, abrangendo as trajetórias de dois professores (Satoru Saito e Yoko Gushiken) e o do próprio pesquisador e as relações entre ensino e aprendizagem.

Victor Uehara Kanashiro e Ana Luisa Campanha Nakamoto, também descendentes de okinawanos, realizaram pesquisas de doutorado na área da Sociologia. Em “Representações do feminino na imigração japonesa e okinawana para o Brasil” (2019), Nakamoto se debruça sobre as associações femininas para analisar os discursos sobre identidade, etnicidade e pertencimento nacional. Já Kanashiro, em “Cantos da Memória Diaspórica: representações, (des)identificações e performances de Mishima a Okinawa” (2015), visa apresentar a situação contemporânea de Okinawa, entrelaçando pesquisa artística e acadêmica ao questionar os limites das ciências sociais e trazer as performances para sua pesquisa.

Ainda, outros temas tratados por pesquisadores tem sido o karatê, que tem origem em Okinawa, e as línguas okinawanas, como o uchinaaguchi.

Se Vieira e Mori reconheceram a dicotomia entre okinawanos e não-okinawanos décadas atrás, as pesquisas mais recentes tiveram o papel de qualificar essas diferenças, ao analisar os processos de construção dessas identidades e as narrativas dos okinawanos sobre si mesmos, suas famílias e suas comunidades.

Muitas pesquisas são da área da Antropologia ou se aproximam dela ao utilizar métodos etnográficos. Predominam os temas ligados à identidade, cultura e espiritualidade. Em grande parte delas, é realizada uma comparação com o Japão e a imigração okinawana, em maior ou menor grau, é considerada como parte da imigração japonesa. Termos como “japoneses de um outro tipo”, “mais extrovertidos”, “festeiros”, são constantemente mobilizados pelos nativos para falar de si, promovendo aproximações com o Brasil e distanciamento com o Japão, mas o elemento comparativo permanece.

Essa tendência também é verificada no Grupo de Estudos Okinawanos (GEOki), o primeiro grupo a tratar de Okinawa no Brasil em âmbito acadêmico⁶, criado por Koichi Mori, pertencente ao Departamento de Letras Orientais. Após o seu falecimento em 2019, o grupo ficou sem orientador especialista em Okinawa⁷, passando o foco de história e cultura para a área de literatura e tradução, sob orientação da Prof. Dra. Lica Hashimoto. Atualmente, abrange pesquisadores de diversas áreas, como História, Sociologia, Direito, Psicologia e Artes Visuais. Ainda que os estudos não sejam necessariamente comparativos, o tema “Okinawa” pertence ao tema “Japão”, conforme o próprio grupo: “Desde o princípio, temos o propósito de criar um espaço dedicado à pesquisa e divulgação científica sobre a história e cultura de Okinawa, bem como suas migrações, fomentando diálogos produtivos no âmbito dos estudos japoneses no Brasil” (grifo nosso).⁸

Okinawa é, de fato, uma província japonesa e, pertencendo ao mesmo estado-nação e sendo lidos como “japoneses” no Brasil, compartilham dos mesmos

⁶ Em 2012, criamos informalmente o GEO – Grupo de Estudos Okinawanos, que tinha como membros Lais Miwa Higa, Ricardo Sorgon, entre outros pesquisadores. O grupo é citado na tese de Pires (2016, p.106). O grupo está inativo. Um grupo muito ativo atualmente é o Centro de Pesquisas da Imigração Okinawana no Brasil, ligado à Associação Okinawa Kenjin do Brasil, existe há anos e é responsável pela publicação da revista “Muribushi”, lançada anualmente.

⁷ Conforme conta a Prof. Dra. Lica Hashimoto em “Antologia de contos okinawanos - Os desafios do Grupo de Estudos Okinawanos (GEOKI-USP)”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Op_WK6hwFc>. Acesso em 17/12/2023.

⁸ Disponível em: <https://www.geoki.site/>. Acesso em 17/12/2023.

processos históricos. Entretanto, devido à sua particularidade, esta pesquisa visa trazer uma abordagem diferente, ao tentar distanciar Okinawa dos estudos japoneses e aproximá-la dos estudos sobre América Latina, embora a utilização de bibliografia sobre o Japão e sobre a imigração japonesa tenha sido necessária em alguns tópicos.

Outra característica em comum entre as pesquisas é o contexto histórico. Enquanto as pesquisas anteriores à década de 1980 abordam prioritariamente os imigrantes okinawanos (*issei*), principalmente aqueles que migraram antes da guerra, as pesquisas mais recentes têm analisado as comunidades em suas formas atuais, seja em relação à identidade ou à cultura, com a presença de entrevistados de 1ª geração, mas também as posteriores.

Assim, parece haver uma lacuna nos estudos sobre o fluxo migratório após a Segunda Guerra Mundial, sendo que parte significativa dos okinawanos chegou ao Brasil nesse período. As pesquisas existentes apontam para a comunidade estabelecida no período anterior e os seus aspectos (como VIEIRA, 1973). Entretanto, um tema relevante tem sido o conflito entre vitoristas e derrotistas, que também envolveu imigrantes okinawanos (OKUBARO, 2008).

Os okinawanos que imigraram nesse período saíram de uma terra devastada pela Batalha de Okinawa, considerada a única batalha terrestre em território japonês. Houve um grande número de mortes (cerca de 1/3 da população), pois a estratégia utilizada pelo Exército Imperial japonês em Okinawa foi a exaustiva e demorada batalha corpo-a-corpo, em meio aos vilarejos, com o objetivo de desgastar o exército estadunidense e atrasar sua chegada na ilha principal do Japão (OTA, 2000).

Após a rendição japonesa, os EUA passaram a ocupar o território okinawano, implantando um governo civil-militar chamado USCAR (United States Civil Administration of Ryukyu Islands). Nessa época, no contexto da Guerra Fria, os EUA tinham interesse em marcar sua presença militar na Ásia e começaram a ser implantadas bases militares na região. As bases militares em Okinawa foram decisivas na Guerra do Vietnã, por exemplo, quando estas se tornaram local de treinamento para soldados e de partida para as aeronaves B-52 (OTA, 2000).

Os fluxos migratórios, que haviam sido interrompidos, foram retomados após a guerra, sob a direção do exército norte-americano. Os motivos principais foram: o aumento da população, marcado pelo retorno dos refugiados e daqueles que haviam emigrado para colônias do império japonês na Ásia, o aumento da natalidade e a diminuição das terras para moradia e áreas agricultáveis, que estavam sendo

apropriadas para a construção de bases militares. Nesse contexto de pressão social começavam a surgir protestos contra a ocupação estadunidense.

Assim, fica claro que o contexto okinawano se diferenciava do japonês, uma vez que o Tratado de São Francisco (1952) devolveu a soberania ao Japão, sob domínio dos EUA desde a derrota da Segunda Guerra Mundial, mas deixou Okinawa num status único e ambivalente, sob administração estadunidense (IACOBELLI, 2013).

A preocupação em manter o status quo e aliviar a pressão social fez com que os EUA considerassem como solução a emigração, processo já conhecido pela população, devido à sua relação comercial com países vizinhos em séculos passados e ao fluxo migratório do início do século XX para os EUA e América Latina. Entretanto, Amemiya (2002) infere que, mais do que uma solução real e uma política numericamente relevante, o que importava era a migração como retórica, a fim de manter a população sob controle e evitar o “perigo do comunismo”.

Assim, em 1951, o pesquisador latino-americanista da Universidade de Stanford, James Tigner, foi enviado para a América do Sul, visando verificar as possibilidades de retomar os fluxos migratórios do período anterior à guerra. Foi realizado um extenso estudo em países que haviam recebidos imigrantes no início do século. No Brasil, por um lado, “o caráter quase religioso de grupos defendendo o Japão derrotado” foi levado em consideração (IACOBELLI, 2017) e o país foi deixado em segundo plano.

Já na Bolívia, por outro lado, havia uma pequena e ativa comunidade okinawana, formada por pessoas que haviam imigrado primeiro para o Peru, mudando-se depois para a Bolívia em busca de melhores oportunidades. O primeiro grupo que chegou à Bolívia havia estado no Peru em 1906, tendo sofrido com salários baixos e más condições de vida trabalhando numa plantação de cana-de-açúcar pertencente a britânicos. Cerca de 30 imigrantes atravessaram a fronteira e chegaram à Bolívia em 1910 para trabalhar na Inka Rubber Company (SUZUKI, 2010), uma empresa estadunidense que extraía borracha, *commodity* desejável na época em que a indústria automobilística se desenvolvia viogorosamente. No pico, imigrantes okinawanos trabalharam na cidade de Riberalta (departamento de El Beni, na região da Amazônia). Após a queda dos preços, grande parte dos imigrantes deixaram o país. Em 1952, quando o pesquisador Tigner visitou o país, havia somente 94 okinawanos, alguns em centros urbanos como La Paz e outros em áreas rurais.

Porém, Tigner observou que a comunidade já estava pensando em formas de receber novos imigrantes, com um plano delineado, terra adquirida e negociações em andamento com o governo. Em 1949, os okinawanos que moravam em Riberalta haviam se organizado para levantar fundos para enviar para a terra natal, que havia sido devastada na guerra, como fizeram também aqueles que moravam em outros países como EUA e no Brasil. Porém, foram um pouco mais além e planejaram a construção de uma “Vila Okinawa” para receber os conterrâneos que quisessem reconstruir suas vidas em outro lugar. Foi criada uma associação que, juntando dinheiro, adquiriu 2,500 hectares em Santa Cruz de La Sierra (IACOBELLI, 2017).

Por sua vez, o governo boliviano tinha planos de incentivar o povoamento da região de Santa Cruz que possuía vastas áreas férteis disponíveis e considerada de grande potencial agrícola. Com a revolução de 1952 e a ascensão do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) foi realizada a reforma agrária em 1953. Enquanto terras da região do altiplano no oeste foram redistribuídas, nas terras baixas orientais o governo planejava implantar um modelo agrícola de larga escala com melhor tecnologia, permitindo a poucas elites o domínio dessas terras (ANDRADE, 2007).

Assim, convergiam os interesses dos três atores: o governo boliviano interessado em atrair imigrantes para a região de Santa Cruz, o governo militar estadunidense de Ryukyu (Okinawa) que pretendia desafogar o aumento populacional na região e os imigrantes já estabelecidos na Bolívia que planejavam chamar seus conterrâneos. O governo de Ryukyu cedeu U\$160,000 para os custos de transporte e o presidente Victor Paz Estenssoro garantiu a permissão de entrada e cedeu terras pertencentes ao governo na região de Santa Cruz. Entre 1954 e 1964, 19 grupos de imigrantes okinawanos chegaram à Bolívia e foram distribuídos em três colônias: Okinawa Uno, Okinawa Dos e Okinawa Trés, totalizando 3.221 pessoas.

Entretanto, os imigrantes se depararam com problemas como falta de água potável, inundações e a epidemia de malária. De acordo com a publicação Muribushi, do Centro de Pesquisas da Imigração Okinawana no Brasil, estavam sem apoio, pois não podiam contar com o governo japonês e o governo de Ryukyu não tinha órgão representante na Bolívia - “os imigrantes da Bolívia eram os rejeitados”. Foi nos anos 60 que os okinawanos residentes na Bolívia começaram a imigrar novamente - jovens solteiros se dirigiram à Argentina e famílias numerosas para São Paulo, a maior metrópole da América do Sul (MIYAGUI, 2015). Os imigrantes que permaneceram

conseguiram prosperar e atualmente a Colônia Okinawa é um dos grandes pólos produtores de trigo e arroz no país.

Apesar do estudo de Tigner ter descartado o Brasil como primeira opção, o país também foi destino de fluxos de imigrantes no final da década de 1950, recebendo mais de 9 mil okinawanos, sendo que todo o fluxo de imigrantes para a América do Sul foi de cerca de 17 mil pessoas. Em contraste com a Bolívia, foram encontradas duas pesquisas sobre o fluxo migratório de okinawanos para o Brasil no período, ambas sobre projetos específicos: Seinentai e CAPEM.

Hironao Hanaki, pesquisador japonês, estudou o “Processo de imigração Seinentai para o Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial” (2021). O artigo, em japonês, analisa o estabelecimento dos membros do grupo Seinentai, que significa “grupo de jovens”. Ao contrário da imigração pré-guerra, quando os imigrantes constituíam unidades familiares, essa modalidade visava enviar jovens solteiros e qualificados, muitos deles formados em colégios técnicos agrícolas e industriais.

Aldina Cássia Fernandes da Silva (2018), em sua tese de doutorado em História, por sua vez, pesquisou a chamada imigração Cooperativa Agropecuária Extrativa Mariópolis (CAPEM), um projeto de colonização privada, estabelecida no norte do estado de Mato Grosso, a fim de criar uma “vila okinawana” (Okinawamura). A tese aborda a história de Okinawa, a construção de sua identidade étnica como grupo e as diferenças com os japoneses, mas também foca nos processos de saída e estabelecimento dos migrantes na nova terra. Como na Bolívia, o projeto não obteve sucesso, e os imigrantes partiram para outras localidades.

Em relação à imigração japonesa (e não okinawana) no período, Miteva (2020) aponta que havia confluência nos interesses do Japão e do Brasil ao retomar a imigração, semelhante à conclusão de Iacobelli (2017), ao falar sobre a convergência de interesses entre EUA e Brasil. Para o Japão, o objetivo era aliviar o problema demográfico, a crise econômica e os conflitos sociais, como o sindicalismo. Já para o Brasil, era uma forma de levar imigrantes qualificados para áreas do país consideradas remotas, com o objetivo de trazer desenvolvimento econômico e, posteriormente, de atrair investimentos de empresas japonesas, uma vez que o país estava em pleno crescimento.

Além disso, interessava ao Brasil promover sua imagem como democracia racial, num contexto em que o mundo buscava ressignificar as noções de raça e combater o preconceito, substituindo a assimilação pela integração (TANIGUTI, 2018).

Apesar das fronteiras étnicas não terem sido completamente transpostas, o discurso nos anos 1950 já contrastava com o medo do “perigo amarelo”, dominante nas décadas anteriores (HAYASHI, 2022).

Dessa forma, a literatura mostra que a imigração de okinawanos no pós-guerra se deu em um contexto diferente do japonês, por conta da ocupação militar, sendo que entre os atores interessados na empreitada estava o governo dos EUA, cujos objetivos se alinhavam aos do Brasil e da Bolívia. Assim, esses projetos demonstram que o fluxo no pós-guerra se deu de forma controlada e planejada pelo estado, diferente do pré-guerra, quando houve a atuação sobretudo de companhias privadas de migração (Miteva, 2020).

Em alguns desses estudos sobre o pós-guerra é possível verificar esforços em ir além dos estudos japoneses e estudar relações entre regiões e tentar compreender semelhanças e diferenças entre a imigração na América Latina. Iacobelli, por exemplo, cita a existência de um bloco comandado pelos EUA que, incluindo a América Latina, proporcionaria uma mobilidade transnacional interna de acordo com suas relações. Nestes estudos, a Bolívia foi considerada um país propício para receber imigrantes, enquanto que a Argentina peronista e hostil aos EUA, não era propícia.

Também é importante ressaltar a pesquisa de Tigner como uma das pioneiras em analisar de forma abrangente as comunidades okinawanas nos países da América Latina. Entretanto, apesar da questão do transnacionalismo estar presente em algumas pesquisas sobre o tema, ainda faltam estudos comparativos que deem conta do fenômeno, sobretudo se considerada a escassez de estudo sobre os fluxos no pós-guerra.

Além disso, ainda que os estudos falem sobre a Bolívia, faltam informações sobre o Brasil. Para além do Seinentai e CAPEM, o livro comemorativo dos 100 anos da Imigração Okinawana no Brasil⁹ cita alguns grupos específicos formados no pós-guerra, referidos como “Imigração Isahama”, “Imigração Nanbei” e “Imigração Brasília”. Apesar da pouca literatura disponível, conforme levantamento bibliográfico, à primeira vista verifica-se que esses fluxos de imigrantes têm características semelhantes à

⁹ ASSOCIAÇÃO OKINAWA KENJIN DO BRASIL. 1 Século de História: a comunidade okinawana no Brasil desde o navio Kasato Maru - 1908 – 2008. São Paulo: Associação Okinawa Kenjin do Brasil, 2012.

imigração para Santa Cruz, destacando-se: recebimento de terras, povoação de regiões remotas e incentivo dos EUA devido à ocupação militar da ilha.

Ainda, carece explicitar o papel dos EUA e sua relação, de forma comparativa, com os governos boliviano e brasileiro, no tocante à imigração de okinawanos. Esta, apesar de estar sempre incluída dentro da imigração japonesa, não era parte do estado japonês na época, sendo necessário esclarecer as características desse fenômeno. Por fim, é essencial analisar o papel dos EUA na produção científica voltada a seus interesses geopolíticos.

Dessa forma, esta pesquisa buscará investigar as particularidades ainda pouco exploradas da imigração okinawana no pós-guerra para o Brasil e para a Bolívia através da pesquisa de James L. Tigner na América Latina.

O objetivo principal é analisar a pesquisa de James L. Tigner sobre a imigração okinawana na Bolívia e no Brasil, realizada no início dos anos 1950, quando Okinawa estava sob ocupação estadunidense.

Os objetivos secundários são:

- Analisar o papel da produção científica promovida pelos EUA sobre Okinawa e okinawanos na manutenção de políticas de ocupação;
- Elucidar o papel dos Estados Unidos e os seus interesses na imigração okinawana do pós-guerra;
- Explorar a relação entre Estados Unidos e os governos brasileiro e boliviano em relação às políticas de imigração de okinawanos.

Para cumprir o objetivo, será feita uma análise da obra “The Okinawans in Latin America: Investigation of Okinawan Communities in Latin America with Exploration of Settlement Possibilities”, de James L. Tigner. A análise de conteúdo é um método versátil e permite a investigação das inferências contidas no documento escrito, de forma interdisciplinar. Assim, poderão ser encontrados os significados e motivações do emissor, através das características do próprio texto e da investigação dos interesses que precedem sua confecção. (CONSTANTINO, 2002).

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro, será abordada a história de Okinawa, a fim de contextualizar as discussões posteriores. O Capítulo 2 visa apresentar como Okinawa como um objeto de pesquisa durante a ocupação estadunidense. O Capítulo 3 descreve a pesquisa de Tigner no Brasil e o Capítulo 4,

na Bolívia. O Capítulo 5 apresenta as conclusões do relatório de Tigner e traz uma análise da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – OKINAWA ATRAVÉS DOS TEMPOS

Okinawa, uma ponte para o mundo

“Okinawa: Uma Ponte para o Mundo” é o título de um livro escrito por José Yamashiro, publicado em 1993 pela Cultura Editores Associados. Junto com a obra “Okinawa: História, Tradições e Lendas”, de Shosei Miyagui, é um dos poucos livros sobre Okinawa publicados em língua portuguesa.

‘Uma ponte para o Mundo’ é a tradução de 万国津梁 (lê-se *bankoku shinryō*). O termo é amplamente utilizado em Okinawa quando se fala sobre o Reino de Ryukyu, época antes de se tornar uma província japonesa. “Uma ponte para o mundo” faz parte de um texto gravado em um sino que adornava o Castelo de Shuri, fundido em 1458 (YAMASHIRO, 1993). O período é caracterizado por amplas trocas comerciais entre os países vizinhos. Quando os barcos partiam de Ryukyu, os sinos dobravam. A inscrição no sino diz:

Localizado em terras esplêndidas entre os mares do sul, o Reino de Ryukyu reúne a excelência das três Coreias. Ilha encantada que liga China e Japão, seus fraternos companheiros. Sobre os navios constrói a ponte para o mundo. E nesse vaivém, reúne os mais raros tesouros estrangeiros, abundantes em seu território¹⁰.

O reino de Ryukyu foi criado em 1429 e o seu período mais próspero foi nos séculos XV e XVI. O rei Sho Shin, cujo reinado durou de 1477 a 1526, ordenou a criação do primeiro documento escrito do Reino: o “Omorosōshi”¹¹. Com 22 volumes, levou quase um século para ser finalizado. Ele é uma compilação dos *omoro*, “baladas ou cânticos antigos dos habitantes dos grupos das ilhas Okinawa e Amami ou Amami-Oshima, transmitidos oralmente durante séculos” (YAMASHIRO, 1993, p. 60).

Através dos *omoro*, é possível compreender algumas mudanças na história de Okinawa. Dos séculos III a XII, os temas são ligados a cerimônias religiosas, deuses e ao sol. É o período caracterizado pela formação de sambaquis, quando os okinawanos passaram do extrativismo para o cultivo (ex: arroz), produzindo também cerâmica e ferramentas. Há indícios de intercâmbio com o Japão (através de artefatos arqueológicos encontrados) e da utilização de conchas como moeda de troca.

¹⁰ GIBO, 2016, contracapa.

¹¹ *Umuru Usooshi*, na língua okinawana, traduzido para o português como “Livro dos sentimentos” (GIBO, 2016).

Posteriormente, no Período Gusuku, a sociedade passou a se organizar em pequenas comunidades, lideradas por um *aji*, espécie de senhor feudal (MIYAGUI, 1998). Os *gusuku* (ou *gushiku*) são conhecidos como “castelos”, mas são fortalezas feitas de pedra, erguidas pelos *aji*, geralmente no alto de colinas, visando exercer o domínio e proteger seus territórios. O comércio ultramarino foi estabelecido nessa época. Os cantos desse período falam sobre o comércio internacional, pagamento de tributos à China, construção de navios e fortalezas.

Eram recorrentes as guerras entre diversos *aji*, até restarem três dos mais poderosos, que dividiram a ilha entre si, resultando em três reinos (sul, centro e norte). O Reino do Centro (Chūzan), era o mais próspero economicamente. Em 1429, o seu rei Sho Hashi dominou os outros dois reinos, criando o reino de Ryukyu, inaugurando uma nova era.

Nesse período o Reino continuou a exercer o comércio intenso com a China (Cantão, Pequim, Fukushu), Sião, Java, Málaca, Sumatra, Filipinas, entre outros e prosperou. A época também é marcada pelo domínio de outras ilhas do arquipélago e fortalecimento do poder central, exercido na capital Shuri, na atual cidade de Naha.

As canções deste período retratam a glorificação do rei, construção de templos budistas, viagens marítimas e conquistas de ilhas próximas. No âmbito da cultura, o intercâmbio comercial e diplomático com os países, especialmente, a China, incentivou a consolidação das artes, da dança e da música dentro do reino, uma vez que eram realizadas diversas apresentações para receber e entreter os visitantes estrangeiros.

Foi nessa época que Ryukyu tornou-se um reino conhecido entre diversos viajantes. A atividade comercial baseava-se em adquirir produtos de alguns países e vendê-los em outros. Os portugueses conheciam Ryukyu como Lequios¹². Quando passaram a dominar Goa em 1510 e Málaca em 1511, o português Thomé Pires, autor de “Suma Oriental”, ouviu dos locais: “Tal como em nosso reino falamos de Milão, os chineses e outras raças de referem a Lequjos (sic)” (YAMASHIRO, 1993, p.154).

A partir do final do século XVI, a atividade comercial de Ryukyu entrou em decadência, com o domínio de portos pelos portugueses e o aumento de comerciantes particulares da China e do Japão. Em 1609, o feudo de Satsuma, visando se beneficiar das relações comerciais de Ryukyu e de sua localização próxima do sudeste asiático,

¹² O nome Lequios, Lieu Khieu, Liu Kiu ou Ryukyu, deu origem à palavra ‘leque’, conforme consta em alguns dicionários online: <https://www.dicio.com.br/leque/>. Acesso em 25/01/2023.

invadiu o reino com um exército de três mil homens. Não encontrou resistência, pois as armas haviam sido abolidas de Ryukyu. O rei foi levado para Satsuma e retornou à sua terra após o acordo de se tornar um estado tributário, apesar de manter sua dinastia e reinado.

A partir do século XVIII, estadunidenses chegaram em Okinawa em 1853 com uma esquadra de navios negros nunca antes vistos, liderados pelo Comodoro Matthew Perry, que tinha interesse em exigir a abertura dos portos japoneses, uma vez que o país permanecia isolado do comércio internacional. Passou por Ryukyu por cinco vezes, até finalizar a negociação com o Japão. Caso falhasse, havia a intenção de dominar militarmente Ryukyu, tendo sido realizados estudos topográficos e geográficos (MIYAGUI, 1998). O objetivo com o Japão foi logrado e Perry firmou o Tratado de Amizade Ryukyano-Americano (1854), que acordava o abastecimento de itens de primeira necessidade a navios que portassem a bandeira estadunidense.

Além dos norte-americanos, diversas expedições europeias visitaram Ryukyu, registrando relatos de viagem e pinturas, retratando as paisagens, plantas, animais, arquitetura, pessoas e vestimentas. Rob Oeschle, que compilou a obra “Great Lew Chew Discovered: 19th Century Ryukyu in Western Art and Illustration”¹³, publicada em 1987 (OESCHLE, 1987, p. 7), exalta a hospitalidade que o povo de Ryukyu teria dedicado a esses visitantes:

Estes visitantes – de militares a missionários, de cientistas a marinheiros – tornaram-se cada um num explorador que “descobriu” um Reino único, civilizado e hospitaleiro onde menos esperavam, rodeado pelas nações muitas vezes hostis e por vezes selvagens da Ásia.

Outro relato que caracteriza o povo de Ryukyu como “pacífico” é o do capitão inglês Basil Hall, que visitou Ryukyu em 1816. Durante o retorno, seu navio naufragou na ilha Santa Helena, onde estava Napoleão Bonaparte, com quem conversou. Posteriormente, conforme um estudo do Departamento de Serviços Estratégicos dos EUA em 1944, Basil Hall escreveu sobre o encontro, descrevendo a incredulidade de Bonaparte ao ouvir sobre a existência de um povo sem armas (UNITED STATES OFFICE OF STRATEGIC SERVICES, 1944, p. 19):

Nada o impressionou tanto quanto o fato de não terem armas.
‘Sem armas!’ ele exclamou,
Isso quer dizer, sem canhões.
‘Eles têm fuzis?’

¹³ O livro está escrito quase todo em japonês. O título em japonês é *Aoi Me Ga Mita Dai Ryukyu* (青い目が見た大琉球), ou “Grande Ryukyu Visto Por Olhos Azuis” (tradução nossa).

'Nem mesmo mosquetes', respondi.
'Então lanças, ou, pelo menos, arcos e flechas?'
Eu lhe disse que eles não tinham nem um nem outro.
'Nem punhais?' Gritou ele, com crescente veemência.
'Não, nenhum.'
'Mas!' Disse Bonaparte, cerrando o punho e elevando a voz para um tom alto.
'Mas! Sem armas, como lutam?'
Só pude responder que, até onde pudemos descobrir, eles nunca tinham tido qualquer guerra, mas permaneciam num estado de paz interna e externa.
'Não há guerras!', gritou ele, com uma expressão desdenhosa e incrédula, como se a existência de qualquer povo sob o sol sem guerra fosse uma anomalia monstruosa.

Essas narrativas sobre o reino de Ryukyu, tanto antigas quanto contemporâneas, que versam sobre seu passado comercial, hospitaleiro e pacífico, são mobilizadas frequentemente pelos okinawanos, como mostra a utilização recorrente do termo e do símbolo da “Ponte para o Mundo”, apesar dos episódios bélicos que envolvem a formação do reino, citados anteriormente.

Figura 3 – Sino com a inscrição *bankoku shinryō*, em exibição no Museu da província de Okinawa (2017)



Fonte: Jornal Okinawa Times¹⁴

¹⁴ <https://www.okinawatimes.co.jp/articles/gallery/85828>. Acesso em 08/07/2024.

O sino da Ponte para o Mundo foi danificado durante a Segunda Guerra Mundial e atualmente está no Museu da Província de Okinawa. Yamashiro fala sobre a réplica disposta no Castelo de Shuri em 1990, quando foi realizado o 1º Festival Mundial Uchinanchu, evento que reuniu milhares de imigrantes okinawanos e seus descendentes, vindos de 27 países:

Podemos acrescentar que o sino saudava ao mesmo tempo a reafirmação do ideal de Ponte Para o Mundo, que busca tornar-se real por intermédio de okinawanos e descendentes espalhados pelos quatro cantos do orbe, onde se integram na sociedade local e trabalham com afinco e seriedade em prol da harmonia e do progresso de todos os povos¹⁵.

A 7ª edição do evento foi realizada em 2022, em formato híbrido por conta da pandemia de Covid-19. Tendo como objetivo fomentar a rede entre os okinawanos e fortalecer a identidade através da cultura, atualmente o festival utiliza o sempre recorrente tema da “paz” em paralelo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, conforme a página do evento, que determina como uma de suas diretrizes:

Contribuir para o desenvolvimento tanto de Okinawa como de outras regiões, sob o espírito que une as nações, seguindo os princípios do ODS (Objetivo do Desenvolvimento Sustentável) através da divulgação da importância da paz que é a base para o intercâmbio e a cooperação¹⁶.

Entretanto, para além do seu passado mítico, outro motivo para a valorização do intercâmbio e da paz está relacionado às violências sofridas pelo povo de Okinawa, conforme o próximo item.

Okinawa, o peão sacrificado

Apesar de ter sido dominada pelo clã de Satsuma em 1609, Ryukyu possuía relativa independência. Em 1872, começaram as pressões para que o rei Sho Tai renunciasse, o que não ocorreu. Finalmente, em 1879, policiais e soldados japoneses invadiram o Castelo de Shuri e levaram o rei para Tóquio. Ryukyu foi incorporada de fato ao Japão, tornando-se a província japonesa de Okinawa. A ação fazia parte de um contexto, conhecido como Reforma Meiji, no qual o Japão deixava de ser um estado feudal, buscando se modernizar e industrializar, se consolidar como potência, visando ser uma “nação rica e ter um exército forte” (OKAMOTO, 2018). Na busca por

¹⁵ YAMASHIRO, 1993, p.164.

¹⁶ <https://wuf2022.com/pt-br/about/>. Acesso em 25/01/2023.

recursos naturais e território, invadiu outros territórios da Ásia. De acordo com Oda (2011), o programa político centralizador e capitalista criou uma nova ética da educação e do trabalho:

Essa ética serviu, ademais, como instrumento de dominação na colonização das regiões de Okinawa, Hokkaido, Coreia e Taiwan, onde os povos nativos eram obrigados a trabalhar para abastecer o mercado japonês, e estudar em escolas japonesas para esquecer seus costumes “bárbaros”, tornando-se súditos dignos de pertencer ao “Grande Império Japonês” (ODA, 2011, p.104).

Ou seja, além das reformas administrativas na estrutura do governo, com a criação das províncias, foram realizadas ações na educação e nos costumes, permeados pela nova ideologia. O Japão incentivava o sentimento nacionalista, que se espalhava em diversos aspectos do cotidiano dos okinawanos. Na área da educação, em 1890, o Imperador Meiji instituiu o *kyōiku chokugo* (教育勅語), proclamando uma reforma baseada na lealdade e no patriotismo. Em todas as escolas do país, havia os *hōanden* (奉安殿), pequenas construções onde se colocava a tal proclamação e a foto do imperador. Na entrada e na saída das aulas, os alunos e os funcionários da escola, vestidos adequadamente, deveriam fazer uma reverência em frente ao *hōanden*. O objetivo era fortalecer a ideia de divindade do imperador e, conseqüentemente, a ideia do Japão como império (OKINAWA KŌKYŌSO KYŌIKU SHIRYŌ SENTĀ, 2013).

Outra mudança ocorreu em 1941, quando as escolas, antes chamadas de *shōgakkō* (小学校) foram transformadas em *kokumin gakkō* (国民学校 - "escola nacional"), mudança cujo objetivo era que a educação chegasse a todos os cidadãos, disciplinando-os como pessoas leais ao Estado japonês, capazes de perpetuá-lo. Entre as mudanças, está a presença de temas militares nos livros didáticos - aprendia-se a contar aviões e tanques de guerra, a cantar canções nacionalistas e a escrever lemas de guerra nas aulas de caligrafia, como: 必勝の信念 – “acreditar na vitória certa”¹⁷.

No âmbito dos costumes e tradições, a fim de integrar e uniformizar a nação, o Japão tratou de reprimir o que não condizia com o novo ideal de modernidade do cidadão japonês. De acordo com Nishikawa¹⁸ (*apud* YAMASHIRO; NAMIHIRA, 2012), a transformação em cidadãos japoneses envolveu quatro dimensões de

¹⁷ Informações coletadas na exposição do Museu Tsushima-Maru em 2014.

¹⁸ NISHIKAWA, Nagao e; MATSUMIYA, Hideharu. Bakumatsu Meijiki no kokumin kokka heisei to bunka hen'yō. Tóquio: Shin'yōsha, 1995.

nacionalização: do espaço (ex: fronteiras), do tempo (ex: calendário), costumes (ex: roupas, língua) e corpo (ex: comportamento). Em Okinawa, foram banidos o típico penteado masculino e a tatuagem feminina, conhecida como *hajichi*, havendo também o esforço em japonizar as práticas religiosas e reprimir a utilização das línguas nativas.

Em relação à *hajichi*, em 1899 foi promulgada a “ordem de banimento de tatuagem” (*irezumi kinshirei* – 入墨禁止令). Apesar da proibição, as pessoas continuaram a praticar a *hajichi*, já que a fiscalização não era intensa. Entretanto, muitos nativos adotaram o discurso moralizante incentivado pelo governo japonês e afirmaram a necessidade de reeducação dos okinawanos. As autoridades do vilarejo de Kijoka, por exemplo, reuniram seus moradores e proibiram: que se cantasse em voz alta nas ruas, que homens e mulheres tocassem *sanshin* na beira da estrada, que fizessem a *hajichi* (YAMASHIRO; NAMIHIRA, 2012, p. 109).

Todas essas medidas buscavam aumentar o sentimento nacionalista nos cidadãos e a devoção ao imperador, como forma de justificar os passos que o Japão dava em direção à guerra, como a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), que tiveram a participação de milhares de soldados japoneses, que cumpriam a função de lutar por seu país e após a morte eram considerados heróis. Foi nesse contexto que teve início o fluxo migratório de Okinawa e do Japão para diversos países, incluindo o Brasil.

Apesar da guerra em Okinawa ter começado de fato só em 1945, havia décadas que os soldados japoneses começaram a se instalar em Okinawa. Em 1879, com a Reforma Meiji, uma das iniciativas do Governo Meiji foi a instalação permanente do exército japonês (6ª Divisão de Kumamoto) na província. Ryukyu havia concordado com todas as mudanças propostas pelo governo, com exceção desta, argumentando que “armar a pequena ilha pode causar suspeitas em outros países e abrir as portas para uma invasão”, sendo melhor ter “o estado em paz através da cortesia e de relações amistosas com pessoas dos países vizinhos” (OTA, 2000).

Entretanto, o governo Meiji insistiu que era importante garantir a segurança, e as decisões relativas a isso eram de responsabilidade exclusiva do governo central. Finalmente, conseguiu forçar a venda de uma área de 61.600 m² entre Shuri e Kohagura, e o processo de aquisição de terras e a construção de instalações militares continuaram nos anos que se antecederam a Batalha de Okinawa.

Assim, em 1944 já se esperava que o ataque militar dos EUA não tardasse a chegar. Em julho daquele ano, quando muitas tropas japonesas já estavam em

Okinawa, foi decidida a evacuação de civis da ilha. De acordo com o 32º Exército foram dois motivos: os civis atrapalhariam a execução das estratégias de guerra e consumiriam os escassos alimentos, que deveriam ser direcionados aos soldados (OKINAWA KŌKYŌSO KYŌIKU SHIRYŌ SENTĀ, 2013). Por consequência, aqueles que eram considerados um "fardo" (*ashimatoi* - 足まとい) — cerca de 100 mil crianças, idosos e mulheres — seriam enviados para Taiwan e para a ilha principal do Japão.

E no dia 21 de agosto de 1944, 3 navios partiram do Porto de Naha, sendo um deles o Tsushima-Marú, que levava 1.600 passageiros, dos quais cerca de 800 eram crianças (estudantes de escolas de Naha e outras regiões). Na noite seguinte, por volta das 22h, quando estava perto da ilha de Akuseki, o Tsushima-marú foi atacado pelo submarino norte-americano Bowfin, afundando completamente em 10 minutos. Grande parte dos passageiros estava na parte de dentro e não conseguiu escapar. Outros, que conseguiram pular na água, não resistiram às ondas violentas devido à aproximação de um tufão. Os poucos sobreviventes ficaram à deriva até serem resgatados por barcos pesqueiros e da guarda costeira, e outros, depois de 6 dias, acabaram chegando nas ilhas da região de Amami. Enviados de volta a Okinawa, foram proibidos de falar sobre o naufrágio, e a trágica história do Tsushima-marú foi revelada só após o término da Guerra. Não existem dados precisos sobre a quantidade de passageiros e, conseqüentemente, de sobreviventes e vítimas, mas estima-se que somente 280 pessoas tenham sobrevivido ao naufrágio.

Dois meses após a tragédia do Tsushima-marú, outra aconteceu: o Bombardeio de 10 de outubro, conhecido como *jūjūkūshū* (10・10 空襲). O bombardeio durou das 6:40 da manhã até às 3:45 da tarde, dividido em 5 ataques, nos quais 1.396 aviões da frota norte-americana atiraram bombas na área das bases aéreas de Yomitan, Chatan e Naha. A região das instalações portuárias de Naha também foi atingida. Dois dias depois, as ilhas Yaeyama também foram bombardeadas. Nos ataques, cerca de 600 pessoas morreram, 900 ficaram feridas e 11.500 casas foram destruídas. 90% da cidade de Naha foi devastada, incluindo grande parte do patrimônio histórico e arquitetônico da época do reino de Ryūkyū.

O primeiro local onde os norte-americanos atracaram em Okinawa foram as ilhas Kerama (localizadas a 30km da capital Naha), em março de 1945. Isso contrariou a previsão dos japoneses, que esperavam que o desembarque ocorresse primeiro na costa oeste da ilha principal. Diante do bombardeio e da chegada do exército norte-

americano, os japoneses não organizaram defesa, preferindo como estratégia o deslocamento para as montanhas e o preparo para uma batalha corpo a corpo.

Uma dessas ilhas, chamada Tokashiki, tinha uma população de 1.447 pessoas, que foi acrescida 1.000 soldados japoneses à ilha, que faziam parte do Akamatsu-tai, o pelotão de barcos suicidas. Os moradores de Tokashiki, tanto crianças quanto adultos, haviam trabalhado na construção das bases. Como a base era secreta, a região foi declarada como “área confidencial” (*himitsu chiiki* - 秘密地域).

Quando o exército estadunidense atracou, os moradores foram orientados a se esconder nas matas do norte da ilha, numa região montanhosa. Os jovens foram reunidos pelos soldados e receberam 2 granadas: “uma para o soldado americano, outra para você mesmo” (OKINAWA KŌKYŌSO KYŌIKU SHIRYŌ SENTĀ, 2013, p. 21) – essa era uma ordem de suicídio, cujo resultado foi a morte de 329 pessoas. Os soldados diziam que escutaram dos soldados japoneses que “os soldados americanos não têm piedade e compaixão, são como bestas e demônios”, sendo preferível a morte do que a captura (ARASHIRO, 2014, p. 300). Pessoas foram obrigadas a matar seus familiares – mães mataram seus filhos, jovens mataram seus irmãos, filhos mataram pais. Aqueles que não tinham granadas utilizaram outros objetos, como facas e lâminas de barbear. Nas outras ilhas de Kerama também ocorreu o suicídio em massa. Em Zamami houve 171 mortes, e em Geruma, 53 (OKINAWA KŌKYŌSO KYŌIKU SHIRYŌ SENTĀ, 2013).

Entretanto, o tema do suicídio em massa é um grande tabu atualmente. Em 2007, o Ministério da Educação decidiu que fossem retiradas dos livros didáticos do Ensino Médio afirmações de que o exército japonês houvesse ordenado que os civis se suicidassem. A justificativa é de que as mortes teriam ocorrido por vontade própria, sem envolvimento militar, contando com testemunhos de soldados que serviram na época. No entanto, sobreviventes da tragédia afirmam que receberam ordens de suicídio (e em alguns casos, como no de Tokashiki, receberam granadas) e foram ensinados que era preferível a morte que a captura.

Ativistas e autores okinawanos, como o ex-governador Masahide Ota (OTA, 2000), consideram que o suicídio nessa situação só foi possível por causa das reformas educacionais do período Meiji que alcançaram tanto os civis okinawanos como os soldados japoneses. Não era incomum que alguns, como prefeito da ilha, gritassem “banzai” (万歳), antes de tirarem suas vidas. A palavra, que significa “vida

eterna”, era usada com o sentido de “vida longa ao imperador” – o que denota um sacrifício de sua vida pelo Japão imperial (OKINAWA KŌKYŌSO KYŌIKU SHIRYŌ SENTĀ, 2013).

Dias depois da chegada nas ilhas Kerama, no dia 1º de abril, os norte-americanos desembarcaram na ilha de Okinawa (a maior ilha da província). Cerca de 1.500 navios chegaram na costa oeste, numa extensão de 10 km que abrangia as praias de Yomitan, Kadena e Chatan. Não houve resistência por parte do exército japonês, e no mesmo dia os norte-americanos ocuparam a base aérea do norte (Yomitan) e do centro (Kadena), dividindo-se depois em um grupo que partiu para o norte e outro para o sul.

A essa altura, os moradores já haviam fugido para cavernas e esconderijos. Okinawa possui inúmeras cavernas naturais, chamadas de *gama* (ガマ), que foram cenário de diversas histórias de suicídio em massa, além de relatos de violência por parte dos soldados japoneses, como a expulsão de civis de cavernas lotadas, em benefício próprio e o estrangulamento de bebês que chorassem, para evitar a descoberta dos esconderijos.

Em direção ao sul, tampouco houve resistências durante quase uma semana, até que chegaram ao vilarejo de Kakazu (Ginowan), onde se depararam com a contraofensiva japonesa, que tentava evitar o avanço em direção a Shuri, antiga capital do reino de Ryukyu, onde estava localizado o *bunker* principal. Nesse local, estima-se que os norte-americanos utilizaram, além da artilharia terrestre, bombardeios vindos de 18 navios. Calcula-se que tenham sido atiradas 1.760.000 bombas¹⁹. Cerca de metade dos moradores de Kakazu foram mortos no conflito.

Os norte-americanos finalmente alcançaram Shuri, destruindo definitivamente o Castelo, cujo subsolo abrigava o 32º Exército. A rendição não era uma opção e as autoridades militares decidiram fugir para o sul, devido à grande quantidade de cavernas naturais existentes, onde o General Mitsuru Ushijima se suicidou no dia 23 de junho. Essa data ficou marcada como o fim oficial da Batalha.

Estima-se que 200.656 pessoas tenham perdido suas vidas na Batalha de Okinawa, sendo²⁰:

- 122.228 okinawanos: 94.000 civis

¹⁹ UMEDA; MATSUMOTO; MEZAKI, 2013, p. 28.

²⁰ *Ibid*, p. 53.

28.228 soldados

- 65.908 soldados do exército japonês
- 12.520 soldados do exército norte-americano

Entretanto, se fossem contabilizadas as mortes por ferimentos, fome e malária o número de civis mortos aumentaria consideravelmente.

O elevado número de vítimas civis foi causado pela batalha em meio aos vilarejos, sendo a única batalha terrestre (“corpo a corpo”) em território japonês. Longe de ser uma fatalidade, essa foi a estratégia militar do “peão sacrificado” utilizada em Okinawa. O objetivo das tropas japonesas era retardar ao máximo a chegada dos norte-americanos na ilha principal do Japão. Dessa forma, a estratégia escolhida foi, em vez de atacar, fazer com que os inimigos fossem esgotando suas forças em uma longa batalha que se infiltrava em meio às vilas, casas e cavernas (OTA, 2000).

A partir de então, tem início a ocupação militar estadunidense. Na realidade, quando as tropas americanas chegaram em Yomitan, em 1º de abril, os Estados Unidos expediram a Proclamação Nimitz, suspendendo os poderes executivos do Japão Imperial sobre as ilhas do sudoeste e declarando-as ilhas sob jurisdição do Governo Militar norte-americano.

Okinawa, a pedra angular do Pacífico

Pode-se dizer que a era do pós-guerra em Okinawa tem início nos campos de refugiados. É interessante observar que, no começo de junho, enquanto a batalha se intensificava no sul, os habitantes da região central e norte já haviam sido levados para campos de refugiados (*shūyōjo* – 収容所) criados pelo exército. Em 6 de junho, no campo de Koja foi aberta uma escola primária e foram organizadas eleições para prefeito. Muitas okinawanos que viviam em regiões ocupadas pelo Japão retornaram.

Somente a partir de outubro de 1945 que os moradores foram autorizados a deixar os campos, e até abril de 1946, cerca de 325.000 voltaram ao local onde moravam antes da guerra. Porém, aqueles que foram surpreendidos com suas terras tomadas pelo exército para a construção de bases militares tiveram que se mudar para outro lugar.

Okinawa passou a receber mais bases militares e soldados nos anos 1950, quando ficou conhecida como “Pedra Angular do Pacífico” (“Keystone of the Pacific”), devido à sua localização, considerada estratégica para os objetivos militares e

geopolíticos dos EUA, no contexto de tensão com a URSS que caracterizava a Guerra Fria. Especialmente a Revolução Chinesa e o estabelecimento da República Popular da China, em 1949, e a Guerra da Coreia, em 1950, fizeram com que os EUA calculassem como essencial a presença militar na região (ANIYA, 2012).

Figura 4 – Placa de automóvel com a frase: “Okinawa – Keystone of the Pacific” (ano desconhecido)



Fonte: Museu Histreet, na cidade de Okinawa. Foto própria.

Com a guerra em Okinawa, muitos documentos, como registros de família e escrituras de terras haviam sido perdidos, tornando mais difícil a identificação e confirmação das terras particulares. Tal fato facilitou a aquisição arbitrária por parte dos militares norte-americanos, que teve seu auge nos 1950.

Em 1951, com a assinatura do Tratado de São Francisco, o Japão ganhou de volta sua soberania, deixando Okinawa e as ilhas Amami e Ogasawara sob poder norte-americano. Assim, inicia-se a administração civil, chamada de United States Civil Administration of Ryukyus (USCAR).²¹ Apesar de ser chamada de administração civil, na prática, os militares continuaram como autoridade máxima, que duraria até 1972, quando Okinawa foi devolvida ao Japão.

Na época, dentro do contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos se esforçavam em fazer a propaganda da democracia, usando Okinawa como “exemplo democrático”.

²¹ O dia 28 de abril de 1952, quando o Tratado entrou em vigor, hoje é conhecido como *Kutsujoku no hi*, ou “dia da humilhação”, data em que cidadãos okinawanos protestam contra as bases militares e os problemas trazidos por elas.

A USCAR tinha vários projetos civis para o desenvolvimento da indústria, bem-estar social, cultura e educação, como a Ryukyu Electric Power, Ryukyu Water, Bank of The Ryukyus e a Universidade de Ryukyu. Porém, ao mesmo tempo em que tentava-se manter boas relações com os okinawanos, as medidas de aquisição forçada de terras foram se tornando mais severas, e as bases foram expandidas.

Uma dessas medidas foi o chamado “Direito ao contrato” (*keiyakukēn* - 契約権), de 1952, que criou contratos para terras adquiridas forçadamente até então. Porém, os valores eram extremamente baixos, além do período do contrato ser longo (20 anos), e os proprietários se recusaram a assinar. Por conseguinte, os militares declararam que iriam pagar de qualquer forma, no que foi chamado de “contrato silencioso”.

Outras medidas foram: a *Tochi shūyōrei* (土地収用令), promulgação de que os proprietários poderiam negociar somente o preço das terras – e não decidir se queriam vendê-las – e o *Ikkatsu barai* (括払い), pagamento à vista de 15 anos de aluguel, que equivaleria na verdade a 6% do valor da terra. E em 1955, o membro do Congresso norte-americano Melvin Price liderou uma comitiva que visitou Okinawa para tratar da questão da terra, tirando como conclusão a importância das bases militares em Okinawa e recomendando que o pagamento fosse feito à vista, para que fossem adquiridos de uma vez todos os direitos sobre a terra (OKINAWA-KEN HEIWA KINEN SHIRYŌKAN, 2014, p. 128).

Tais medidas de expansão das bases, aliadas a efeitos negativos, como acidentes aéreos, armazenamento de agentes poluentes e aumento da violência por parte dos soldados, foram criando os descontentamentos que agitavam a população e eventualmente levaram ao desejo de retorno ao Japão, em protestos que se intensificaram nos anos 1960.

Nos anos 1950, neste contexto de apropriação de terras, pobreza, aumento populacional e descontentamento, Okinawa era uma panela de pressão prestes a explodir e uma das formas de lidar com esses problemas foi o incentivo à emigração para a América do Sul.

CAPÍTULO 2 – AMERICA-YÛ: OKINAWA COMO OBJETO DE PESQUISA DURANTE A OCUPAÇÃO MILITAR

Antes da invasão de Okinawa, os EUA já planejavam a sua ocupação militar. Em 1944, o Exército, a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais assumiram de forma conjunta o planejamento da campanha de combate e do posterior governo militar. O professor de Antropologia da Universidade de Yale e também tenente comandante da Marinha, George Murdoch, redigiu o relatório “Civil Affairs Handbook: Ryukyu (Loochoo) Islands”, com a participação de estudantes da Escola Naval de Administração Militar da Universidade de Columbia. O documento possui 334 páginas, contendo fotos, mapas e informações sobre inúmeros aspectos de Okinawa e de sua população:

- Geografia (localização, clima, topografia, hidrografia) e recursos naturais (solo, fauna, flora);
- História (descobrimento, história política, desenvolvimento econômico, missões);
- População (características raciais, língua, demografia, estatísticas, personalidades);
- Costumes (vestimentas, cotidiano, arte, valores, etiqueta, sexo/casamento, religião);
- Organização social (família, clãs, classes sociais, minorias, associações);
- Governo (instituições e organizações, administração local, movimentos políticos);
- Justiça (leis, estatísticas criminais, polícia, procedimentos judiciais);
- Segurança pública (incêndios e emergências);
- Bem-estar social (padrão de vida, pobreza, agências de serviço social);
- Saúde (doenças, dieta, medicina nativa, esgoto e resíduos, água, regulação de álcool e drogas);
- Educação e propaganda (sistema educacional, relações públicas, censura);
- Comunicação (serviços postais, telefone e telégrafo, rádio, jornais);
- Serviços públicos (água, esgoto, gás, eletricidade, prédios públicos, parques);
- Transporte (rodoviário, ferroviário, aéreo, fluvial e marítimo);
- Alimentação (agricultura, caça, pesca);
- Indústria (artesanato, manufaturas, construção civil, mineração);

- Trabalho (força de trabalho e emprego, legislação trabalhista e condições de trabalho, salários, organizações laborais);
- Propriedades e câmbio (posse de terra, herança, comércio local, comércio exterior);
- Finanças (moeda, banco, crédito).

No Prefácio, o autor informa que o documento foi confeccionado para o Exército e a Marinha, para aqueles que pudessem estar interessados num governo militar e no controle de assuntos civis das ilhas Ryukyu. Dividido em três partes, oferece informações gerais como também dados de referência para administradores de áreas específicas. As fontes são, sobretudo, bibliografia em língua japonesa dos anos 1930 a 1940, sendo as de línguas europeias consideradas não-confiáveis ou desatualizadas. Não foram encontrados dados sobre migração, apesar da grande quantidade de okinawanos fora da província. A única referência é uma lista de okinawanos vivendo no Havaí, com informações detalhadas do local de residência, no tópico sobre “personalidades”, que também inclui políticos, funcionários públicos, entre outras pessoas em Okinawa.

Outro documento, também de 1944, é o “The Okinawas of the Loochoo Islands: A Japanese Minority Group”, publicado pelo Gabinete do Chefe de Operações Navais, no Havaí. Com 126 páginas, na primeira parte, da mesma forma que o “Civil Affairs Handbook”, abrange uma enorme gama de temas, desde história, costumes e comportamento. A segunda parte é dedicada aos okinawanos no Havaí, abarcando a história dos imigrantes e a situação atual da comunidade e suas associações.

Os okinawanos no exterior são peça-chave neste documento. Logo na segunda página, após as informações gerais de localização e clima, o tópico “Emigração” informa que, devido à sua área e recursos limitados, desde o século XIV os okinawanos se voltaram para o exterior. A partir de 1879, quando se tornou uma província japonesa, alcançaram todas as partes do mundo. Uma tabela mostra a quantidade de imigrantes okinawanos no Brasil, Peru, Argentina, EUA, Havaí, Filipinas e Malásia, afirmando que alguns números podem ser questionados, mas que o importante, para o propósito da pesquisa, é a proporção de okinawanos em relação aos japoneses, tema aprofundado na terceira parte, que trata das relações entre ambos, com foco nos antagonismos.

O autor discorre sobre a antipatia dos *naichi-jin* em relação aos okinawanos, com relatos de Okinawa, Havaí, Filipinas e América do Sul, que se assemelham com

aqueles encontrados por Vieira (1973) na cidade de Marília: menções a características físicas e a costumes. Por um lado, no tópico “Complexo de Inferioridade”, consta que o sentimento de subordinação e submissão aos *naichi-jin* nascia da atitude destes ao tratar os okinawanos de forma discriminatória. Assim, “há um constante esforço feito no sentido de negar ou menosprezar qualquer diferença na cultura entre eles e seus vizinhos do norte” (UNITED STATES OFFICE OF STRATEGIC SERVICES, 1944, p. 79). No entanto, a chegada em uma nova terra significou um estímulo para a busca de mudanças sociais e econômicas, trazendo a emergência de características positivas dos okinawanos. Considerados pró-ativos e dispostos a assumir riscos em busca do sucesso, o texto informa que “tudo isso os colocou muitos deles em posição de importância e suas condições financeiras são tais que frequentemente provocam inveja de japoneses” (Ibid., p. 79).

Por outro lado, também era observado o “Complexo de Superioridade” em okinawanos que recuperavam o fato de que até 1879 tinham seu próprio rei. Alguns idosos residentes no Havaí relataram lembrar dos tempos antigos de Ryukyu, estes geralmente tinham orgulho de sua origem e insistiam que seus filhos e netos se casassem com pessoas do mesmo grupo. Como havia uma clara distinção entre os escolarizados (classe nobre) e não escolarizados, observa-se que os primeiros tendem a ter tal orgulho, chegando a dizer que “os japoneses são sujos por dentro” (Ibid., p. 79).

Conclui-se que as atitudes de ambos os grupos revelam uma “distância social”, antipatia e até intolerância, aliados ao ressentimento dos okinawanos de terem sido subjugados de forma política, social e econômica pelo Japão. O relatório observa que, não somente no Havaí, mas na América Latina e em todos os territórios da Ásia administrados pelo Japão (como no Mandato das Ilhas do Pacífico, que abrangia as ilhas Marianas, Carolinas e Marshall, onde 70% dos 57 mil japoneses eram okinawanos) e nas Filipinas, onde convivessem ambos os grupos, haveria a tendência à oposição. Dessa forma, conclui que a distância entre japoneses e okinawanos poderia ser utilizada a favor da ocupação estadunidense, ao trabalhar na afirmação dessas diferenças de forma positiva:

Um processo de abrandamento e propaganda dirigidos a aumentar a ideia de terem sido pisoteados e, jogando com o tema da identidade de seu grupo em contraste com os japoneses como um todo, pode trazer frutos. O sentimento de que agora é a hora do ‘oprimido’ se afirmar poderia ser utilizado através do encorajamento e da insinuação, até a concessão, não de uma ruptura real,

mas de um consentimento com o plano de um inimigo tentando entrar em sua colônia ou em seu país (Ibid., p. 88).

Tal predisposição a apoiar os Estados Unidos foi verificada em alguns relatos no Havaí, como de okinawanos falarem mais livremente sobre a guerra, reiterarem não terem nada a ver com o ataque a Pearl Harbor por não serem japoneses, dizer que o Japão merecia ser derrotado. Não obstante, também havia uma minoria de okinawanos que se tornaram mais nacionalistas que os próprios *naichi-jin*²², da mesma forma que “o católico convertido é mais católico que aquele que nasceu na religião”. (Ibid, p. 87).

O relatório também previa a utilidade dos okinawanos durante recrutamento para diversas posições, devido à sua ambição e a tendência à lealdade ao seu novo país, como também dava importância ao papel que a classe mais escolarizada e orgulhosa de sua origem pode ter na administração militar e na estabilização do regime.

Por fim, o documento fala sobre a possibilidade de um “Movimento Okinawano” na América do Sul, ainda baseado no reforço das diferenças citadas acima. Como a área de Okinawa é pequena, tal como sua população, para realizar um movimento de “Free Loo Choo” (“Free Ryukyu”) do controle japonês, a população residente fora da ilha seria de extrema importância. No Peru, por exemplo, “a maior fragilidade da colônia japonesa é o fato de que sessenta por cento ou mais são okinawanos que tem poucos motivos para amar o Japão” (Ibid., p.90). Os okinawanos poderiam reivindicar liberdade do controle japonês, que estaria enfraquecendo especialmente após o fechamento de consulados, o abalo nas lideranças e a dissolução de organizações.

O documento indica alguns passos para incentivar o rompimento dos okinawanos com a colônia japonesa no Peru, num “Movimento Okinawano” que posteriormente, poderia se estender para o Havaí e o Brasil, com a expectativa de que atingisse até os territórios japoneses na Ásia e o próprio Japão.

Apesar do documento não descrever o contexto peruano, sabe-se que os japoneses vinham sofrendo discriminações desde as primeiras décadas do século²³. Durante a guerra, o país, como aliado dos EUA, reforçou as medidas discriminatórias,

²² A presença de okinawanos extremamente nacionalistas foi observada no Brasil na época da Segunda Guerra Mundial, sendo que alguns deles eram parte dos “vitoristas”, que acreditavam na vitória do Japão.

²³ Em 1917, foi estabelecida a Associação Anti-Asiática, que solicitava ao presidente que proibisse a imigração “amarela” (TAKENAKA, 2004, p.86).

como: interrupção das relações diplomáticas, dissolução das instituições comunitárias, proibição das publicações em língua japonesa e de encontros com mais de três pessoas, expropriação ou obrigatoriedade de venda de negócios em propriedade de japoneses, congelamento de depósitos em bancos e restrição da circulação para fora das comunidades. O Peru também foi o país que mais enviou pessoas para os campos de concentração para japoneses nos EUA, entre os 11 da América Latina. Ao abrigar 75% dos japoneses no lado Pacífico da América do Sul e considerando-se a forte colaboração do governo peruano, o plano dos EUA era a deportação de todos os 30 mil japoneses-peruanos, de 1ª e 2ª geração, com o intuito de trocá-los por soldados estadunidenses detidos pelo exército japonês (TAKENAKA, 2004).

Nesse contexto, observa-se a inclusão da situação do Peru no relatório, como apêndice, utilizando-se da estratégia de diferenciação dos okinawanos e japoneses, através das seguintes recomendações (UNITED STATES OFFICE OF STRATEGIC SERVICES, 1944, p.90):

- 1) Uma campanha publicitária reforçando o passado glorioso de Loo Choo e dos abusos sofridos sob domínio japonês, como também, para educar os peruanos sobre as diferenças entre os japoneses e okinawanos;
- 2) Registro dos cidadãos japoneses com indicação do local de origem, para que okinawanos sejam identificados pelo governo peruano;
- 3) Algumas vantagens legais podem ser concedidas aos okinawanos e o povo do Peru encorajados a reconhecer seu status especial;
- 4) Um movimento okinawano pode ser organizado e apoiado.

Entretanto, não foram encontradas evidências de que esse movimento foi concretizado. No período após a guerra, com a derrota do Japão e a materialização da ocupação estadunidense de Okinawa, outras estratégias foram adotadas, com a continuidade das pesquisas realizadas com o apoio do governo dos EUA, conforme será descrito a seguir.

Em 1951, com a ocupação militar já concretizada, uma série de pesquisas sobre a história de Okinawa foi encomendada pela USCAR (United States Civil Administration of the Ryukyu Islands). Executado pelo Pacific Science Board do National Research Council, o projeto ficou conhecido como SIRI – Scientific Investigations of the Ryukyus Islands. Além da história e imigração para a América Latina, temas da presente dissertação, uma variada gama de assuntos foi abordada. Alguns exemplos são: estudos antropológicos sobre a vida nas vilas e nas ilhas

menores do arquipélago de Ryukyu (Yaeyama, Miyako, Amami), pesquisas botânicas, relatórios sobre tuberculose, parasitas, insetos nocivos e insetos de importância médica, estudos sobre reconstrução da economia e da agricultura.

Um dos principais estudos realizados foi o relatório encomendado a George H. Kerr. Graduado em Filosofia e mestre em Estudos Orientais pela Universidade do Havaí (1935), ingressou, mas não completou o doutorado no Departamento de Chinês e Japonês da Universidade de Columbia (1940-42). Entre 1942 e 1947, atuou como especialista sobre Formosa (Taiwan), iniciando no Departamento de Guerra, passando pela preparação do “Civil Affairs Handbook” sobre a ilha, até chegar ao posto de Vice-Cônsul em Taipei. Atuou como professor visitante em História do Japão na Universidade de Washington e na Universidade de Stanford e em 1952 foi designado para o trabalho de campo do SIRI sobre Okinawa e Japão.

O relatório original, com o título “Ryukyu: Kingdom and Province before 1945”, foi entregue em 1953 ao General Lewis. Em 1956 foi publicada uma versão em japonês, seguida da publicação do livro “Okinawa: The History of an Island People” (1958), sendo que ambas “ainda são lidas até hoje pelas pessoas ao redor do mundo como o primeiro estudo extenso e acadêmico sobre a história e a cultura de Ryukyu escrita por um autor ocidental moderno” (KERR, 2000, p. 4). De acordo com Kerr, o objetivo do estudo era:

Seguindo sugestões do Dr. Harold J. Coolidge e do Dr. George P. Murdock, do Pacific Science Board, o General Lewis me pediu para preparar um resumo histórico com o objetivo de traduzi-lo para o japonês para distribuição em Okinawa. Ele achava que a juventude okinawana, desenraizada pela guerra e isolada do Japão, sabia muito pouco sobre sua história passada e praticamente nada sobre as circunstâncias que levaram os Estados Unidos para a fronteira oeste do Pacífico e para Okinawa pela segunda vez em cem anos. Era evidente, também, que funcionários civis da organização militar precisavam obter alguma perspectiva histórica para suas tarefas (Ibid., p. xiii).

Durante a pesquisa, em 1952 e 1953, Kerr redigiu diversos relatórios de progresso, enviados a USCAR. Num deles, reitera a opinião emitida pelo General Lewis, comentando sobre a destruição causada pela guerra e um de seus efeitos: a desmoralização da juventude. Com o desaparecimento de suas construções históricas, jardins, monumentos e outras evidências físicas de seu passado, os jovens estavam estudando em escolas em meio às ruínas e com a ausência de patrimônio cultural, no qual pudessem se apoiar para seu desenvolvimento e suas aspirações futuras. Esses jovens que seriam grande parte do público-alvo dos programas de imigração do pós-guerra.

Nesse contexto, Kerr considera que: “o ensino de uma história imparcial e a reconstrução ou preservação das tradições são importantes”²⁴, comentando sobre o primeiro curso sobre História de Okinawa, que seria ministrado na recém-inaugurada Universidade de Ryukyu.

Ao mesmo tempo, Kerr observa que os okinawanos consideram importante recuperar sua história e veem com simpatia as iniciativas dos estadunidenses nesse sentido. Discorrendo sobre a cooperação fornecida pelas associações locais e museus, além do apoio das “pessoas comuns”, Kerr cita profundo interesse e uma intensidade emocional em participar:

Isto pode ser interpretado como um ávido apego à oportunidade de reconstruir a vida cultural local, uma questão de profunda preocupação para o orgulho local e o respeito próprio. O fato de que os americanos que vieram para Okinawa depois de abril de 1945 não tiveram oportunidade para compreender o que tem sido criado aqui pelos próprios okinawanos é uma fonte de ressentimento, expressado com frequência. O interesse da USCAR na história de Okinawa é amplamente apreciado²⁵.

A pesquisa de campo, percorrendo diversas ilhas (como Okinawa, Yagachi, Kori, Izena, Iheya, Iriomote, Ishigaki e Miyako), incluiu sítios históricos e de interesse cultural. Também houve extensa consulta bibliográfica, iniciada em Tóquio e no Havaí. No relatório de progresso de 20 de maio de 1952, Kerr informa que foram consultadas as bibliotecas da Dieta Nacional do Japão e da Universidade de Tóquio. Acervos particulares de especialistas, como os pesquisadores okinawanos Kanjun Higaonna, Zenchu Nakahara, Shuncho Higa e Iha Fuyu, além do folclorista japonês Kunio Yanagida, foram considerados os materiais mais importantes. Entretanto, a maioria dos documentos históricos havia sido destruída durante a guerra. No relatório de 31 de janeiro de 1953, na sua busca preliminar por bibliografia, Kerr relata algumas limitações, sendo a principal delas a tendência de escrever a história de Ryukyu pelo ponto de vista japonês, minimizando o longo período de independência, as circunstâncias da invasão cometida por Satsuma em 1609 e a natureza do controle japonês.

A pesquisa, finalizada em 1953, englobou a história de Okinawa de forma ampla, desde a pré-história até a Segunda Guerra Mundial. Percebe-se uma preocupação em criar um material completo, de qualidade (em seus termos), acessível (em inglês e japonês) e focado em sua finalidade educativa, mas que serve,

²⁴ Ryukyu: Kingdom and Province Before 1945. Progress Report on History and Bibliographical Project: 20/05/1952.

²⁵ Memorando para o Diretor Executivo, USCAR: History and Bibliography Project: 16/04/1952.

em última instância, aos interesses da ocupação militar. A relação histórica complexa com o Japão, bem como a posição vulnerável de Okinawa, foram identificadas através da pesquisa e forneciam meios de instrumentalização e criação de políticas. Ainda durante a pesquisa, através de entrevistas com lideranças, pesquisadores, Kerr identificou um crescente desejo de que a cultura okinawana fosse valorizada, possivelmente ligado ao progresso do Japão através da independência lograda com o Tratado de São Francisco. Porém, em vez de alimentar a rivalidade, o autor recomenda uma atuação razoável do programa cultural Ryukyu-Americano, destinando investimentos para certas iniciativas, em colaboração com lideranças locais e até do setor privados dos EUA.

A pesquisa de James L. Tigner

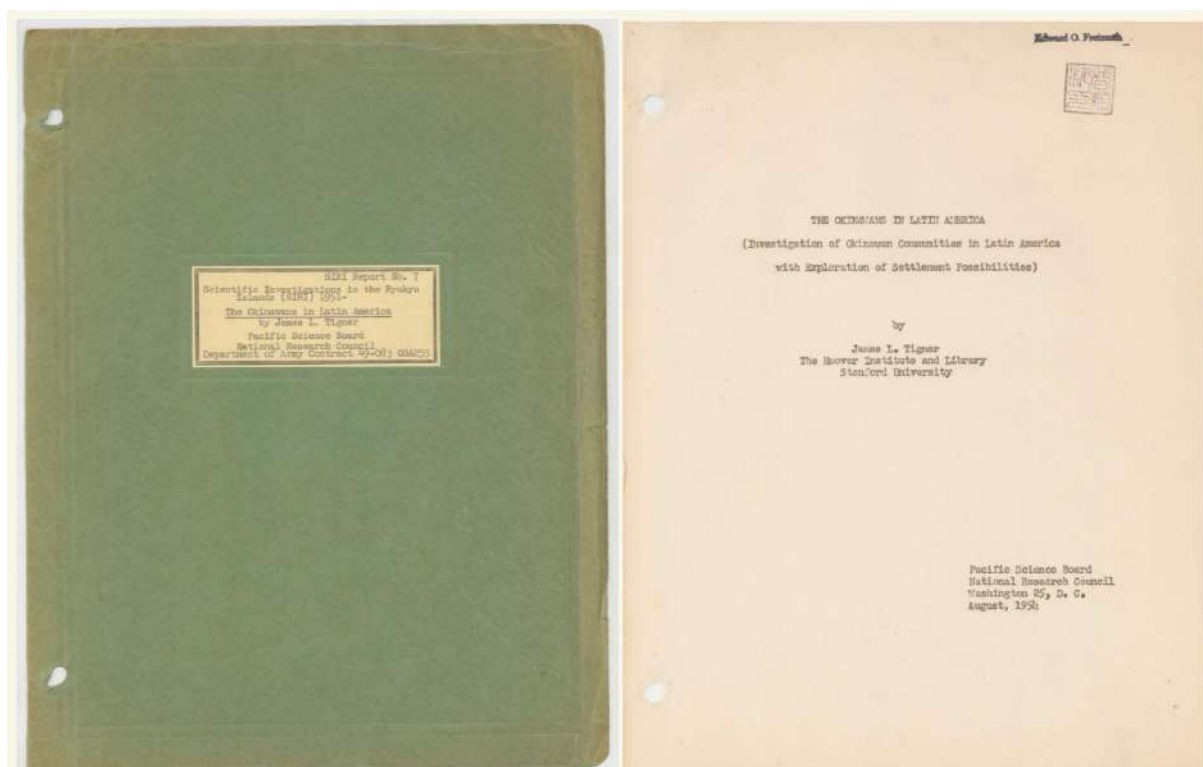
Outra pesquisa executada pelo SIRI foi o relatório “The Okinawans in Latin America: Investigation of Okinawan Communities in Latin America with Exploration of Settlement Possibilities”. Como o próprio subtítulo informa, o objetivo era avaliar a situação das comunidades okinawanas estabelecidas na América Latina a fim de definir quais destinos seriam adequados para receber a migração em massa.

O responsável pelo empreendimento foi o pesquisador latino-americanista James Lawrence Tigner. De acordo com uma publicação sobre e para ex-alunos da Universidade de Nevada²⁶, onde trabalhou até se aposentar em 1992, Tigner possuía experiência na área militar, além da acadêmica. Nascido em Los Angeles em 1918, ingressou na Universidade da Califórnia em Los Angeles, mas abandonou para seguir carreira militar. Ingressou na primeira turma de cadetes aéreos do U.S. Air Corps, onde pilotava aeronaves B-25. Foi selecionado para ingressar no U.S. Top Secret Counter Intelligence School, sendo designado para a Base da Força Aérea em Myrtle Beach, na Carolina do Sul. No fim de sua carreira militar, aposentou-se como major, tendo recebido algumas medalhas: *Army Occupation Medal*, *Asiatic Pacific Service Medal*, *WorldWar II Victory Medal* e *American Campaign Medal*. Progrediu em sua carreira acadêmica se graduando na Universidade de Redlands, na Califórnia, em 1952. Depois, ingressou e adquiriu os títulos de mestre e doutor na Universidade de Stanford, onde também lecionou. Trabalhou como professor na Universidade de

²⁶ Home Means Nevada. p.60. Disponível em: <https://www.yumpu.com/en/document/read/27642422/home-means-nevada-university-of-nevada-reno>. Acesso em: 10/12/2023.

Oregon e na Universidade de Guadalajara, além de ter ministrado um curso de verão em relações México-EUA na Universidade da Califórnia em Berkeley com a Universidade de Stanford. Na Universidade de Nevada, foi presidente do Departamento de História. Faleceu em 2007.

Figura 5 – Relatório “The Okinawans in Latin America”, de James L. Tigner (1954)



Fonte: Arquivo Público de Okinawa

A publicação da Universidade de Nevada não faz menção à sua produção sobre imigração okinawana, como também não cita seus temas de pesquisa, mas comenta que Tigner escreveu vários artigos, incluindo 101 artigos publicados pela Encyclopedia Britannica. Em uma busca pelas obras disponíveis online, foram encontrados 5 artigos, todos derivados de sua pesquisa sobre a imigração okinawana na América Latina, e 10 resenhas de livros diversos, alguns relativos à imigração japonesa no Brasil, mas outros sobre imigração chinesa (em Londres e na Austrália) e sobre temas da história latino-americana²⁷.

²⁷ A lista completa das obras foi compilada no Apêndice A – Obras de James Lawrence Tigner.

A pesquisa “The Okinawans in Latin America” foi realizada com o apoio do Pacific Science Board, National Research Council, National Academy of Sciences e Instituto e Biblioteca Hoover, da Universidade de Stanford, ao qual Tigner estava vinculado. O Instituto Hoover, atualmente (2023) liderado por Condoleezza Rice²⁸, além de uma biblioteca, é uma “*think tank* de políticas públicas”, cuja missão é:

(...) recordar a voz da experiência contra a guerra e, através do estudo destes registros e de sua publicação, recordar os esforços do homem para estabelecer e preservar a paz e para sustentar as salvaguardas do estilo de vida americano para América”.²⁹

Além disso, a verba para as viagens até o Japão e para Ryukyu e para a pesquisa de campo na América Latina foi concedida pelo Departamento das Forças Armadas (TIGNER, 1954, p.ii). O envolvimento de diferentes instâncias do governo dos EUA, como também de uma renomada instituição acadêmica, demonstra a seriedade da preocupação com a situação de Okinawa.

A principal justificativa para a pesquisa era o grave problema da superpopulação nas Ilhas Ryukyu (Ibid., p. ii), que demandava uma solução urgente. A emigração para a América Latina foi a opção mais evidente devido à existência do alto fluxo anterior à guerra. O Coronel Lewis, num dos encontros, informou a Tigner que desejava saber porque os okinawanos ambicionavam tanto emigrar.

Assim, a pesquisa começou pela viagem de Tigner a Tóquio e Okinawa, conforme descrito abaixo. As tabelas dos itinerários e a divisão da pesquisa em três partes foram criadas a partir das informações obtidas nos relatórios de progresso, de forma que algumas datas podem estar inexatas. Durante a pesquisa de campo, entre os anos 1951 e 1952, Tigner enviou alguns relatórios de progresso e memorandos ao Pacific Science Board, com descrições de suas atividades e esboços do que se tornaria o relatório final. Aqui, serão analisados o relatório final “The Okinawans in Latin America” e cinco relatórios de progresso disponíveis no Arquivo Público de Okinawa.

²⁸ Condoleezza Rice foi conselheira de segurança nacional dos EUA entre 2001 e 2005 e secretária de estado dos EUA entre 2005 e 2009, nos governos de George W. Bush.

²⁹ <https://www.hoover.org/about/hoover-story>. Acesso em: 10/12/2023.

Tabela 2 – Itinerário de James L. Tigner – Parte I: Preparativos

30/08/1951 a 04/09/1951 – Tóquio, Japão
Visita ao GHQ-SCAP (General Headquarters – Supreme Commander for the Allied Powers) Universidade de Tóquio Escritório de Relações Exteriores do Japão Contatos com okinawanos
05/09 a 24/09/1951 - Okinawa
Encontro com General Lewis Contatos com a população local Encontros com equipe da USCAR e do SIRI Program Encontro com Overseas Association, presidida pelo Governador Taira. Encontro com Midori Nakama (Diretor do jornal Nambei Jiji, do Brasil)
26/09 a 07/10/1951 – Honolulu, Havaí
Encontro com Ernestine Akers (Pacific Science Board) Encontro com Prof. Andre W. Lind (Departamento de Sociologia da Universidade do Havaí) e consulta ao acervo do Social Research Laboratory Encontro com membros do United Okinawan Relief Association of Hawaii Encontro com membros do Rengo Kai ³⁰
07/10/1951 a 30/10/1951 – São Francisco, EUA
Retorno a São Francisco e início dos preparativos para a viagem para a América Latina
31/10/1951 – Los Angeles, EUA
Encontro com Gongoro Nakamura, que forneceu contatos no Peru e no México
31/10/1951* a 03/11/1951 – Washington, EUA
Entrevistas e contatos no Pentágono (Major George Richardson) Encontro com o Departamento de Estado (Dr. Hirón Burgin e Robert Spalding) Encontro com oficiais de gabinete ³¹ de cada país a ser visitado União Panamericana (John Rothrock)
04/11/1951* a 06/11/1951* – Connecticut, EUA
Universidade de Yale
07/11/1951 – Nova York, EUA

³⁰ Federação de 14 Associações Okinawanas Sociais e de Socorro no Havaí (“Okinawan Social and Relief Associations”).

³¹ “Desk officers”: funcionários do Departamento de Estado responsáveis pela supervisão das relações com um determinado país estrangeiro ou grupo de países participando do desenvolvimento de políticas, avaliando programas do país, cooperando com outras agências e organizações, e fornecendo orientação e assistência à direção da missão

* Datas estimadas a partir do relatório

Partida para a América Latina – Belém, Pará Parada em San Juan, Porto Rico e Caracas, Venezuela
--

Fonte: Tigner, 1951.

Através do itinerário de Tigner, é possível observar a presença de três tipos de diligências:

- 1) Encontros com autoridades ligadas ao governo norte-americano, como USCAR, para tratar de detalhes sobre o projeto e coleta de informações sobre a avaliação dos diferentes atores envolvidos.
- 2) Busca de bibliografia e informações acadêmicas. Tigner realizou uma extensa pesquisa, buscando tanto universidades, pesquisadores e órgãos públicos que dispusessem de acervo sobre imigração okinawana. As visitas à Universidade de Tóquio e à Universidade do Havaí foram convenientes, ao passo que a Universidade de Yale ofereceu pouca contribuição.
- 3) Criação de uma rede de contatos, a fim de realizar a pesquisa de campo na América Latina. Desde a primeira parada em Tóquio, Tigner buscou encontrar okinawanos que pudessem colocá-lo em contato com conterrâneos na América Latina. Um exemplo foi o encontro com o governador de Okinawa, Tatsuo Taira, que lhe entregou uma série de cartas de apresentação com o seu selo carimbado, dirigidas às lideranças das comunidades dos países a serem visitados, assegurando-lhe um primeiro contato amigável com estas. Outro exemplo foi o encontro, por acaso, com Midori Nakama, do nipo-brasileiro Jornal Nambei Jiji, que estava viajando em Okinawa, o que lhe garantiu contatos no Brasil.

Um dos tópicos que chama atenção é a parada em Washington e a visita ao Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos EUA. Lá, Tigner discutiu o projeto de imigração okinawana com o Major George Richardson, o responsável pelo assunto na instituição. O pedido do desenvolvimento de um programa de emigração havia sido feito pela USCAR para o Pentágono em agosto de 1951. A solicitação foi encaminhada para o Departamento de Estado, retornando para o Pentágono devido à necessidade de mais informações, como: quantidade e idade e tipos de habilidades dos potenciais emigrantes, meios de transporte a serem providenciados pelo Exército

e a quantia de dinheiro necessária para os emigrantes. De acordo com o Major, a maior dificuldade seria a obtenção de verba para o programa.

Já no Departamento de Estado, o contato com Dr. Hirón Burgin e Robert Spalding possibilitou o encontro com os oficiais de gabinete de cada país do roteiro de Tigner, que forneceram um resumo da situação e condições de cada um. Na União Panamericana, Tigner recebeu contatos de oficiais norte-americanos que estavam trabalhando com os governos locais na elaboração de um censo. Também recebeu cartas de apresentação das Embaixadas do Peru e do Equador para os governos locais.

Após essa etapa de preparação, Tigner partiu para o trabalho de campo na América Latina, que duraria 9 meses. Foram percorridas cerca de 6000 milhas, passando por seis países: Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Peru e México, sendo os principais: Brasil, Argentina e Bolívia. O itinerário foi definido de acordo com a pesquisa preliminar, que indicou locais onde existiam comunidades okinawanas, e o tempo gasto em cada uma se baseou na dimensão delas.

Figura 6 – Mapa da rota da pesquisa de campo de James L. Tigner na América Latina (1954)



Fonte: TIGNER, 1954.

CAPÍTULO 3 – A PESQUISA DE JAMES L. TIGNER NO BRASIL

A primeira parada de James Tigner foi no Brasil, em Belém, seguindo o itinerário descrito no quadro abaixo. As breves passagens por Belém (PA), Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Distrito Federal, tinham como objetivo verificar se famílias okinawanas habitavam nessas áreas. O primeiro passo, ao chegar nessas cidades, foi o contato com os consulados americanos, que arranjaram entrevistas com japoneses residentes na região.

Tabela 3 – Itinerário de James L. Tigner – Parte II: Brasil

09/11/1951 a 11/11/1951	Belém (PA)
12/11/1951 a 23/11/1951	Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Distrito Federal
24/11/1951 a 01/02/1952	São Paulo (SP) Lins Lucélia Marília Pompéia Tupã Presidente Prudente Osvaldo Cruz
1 semana	Campo Grande (MS)
2 semanas	Londrina (PR) Cambará (PR) Andirá (PR)
	Santos Itariri Raposos Tavares (Itariri) Juquiá Cedro (Juquiá) Poconé (Mato Grosso) Miracatu Biguá (Miracatu) Pedro Barros (Miracatu) Pedro de Toledo

Fonte: TIGNER, 1951.

Chegando em São Paulo em 24 de novembro, Tigner se encontrou com Julian Greenup, Consul-Geral dos EUA, que lhe informou sobre as condições da comunidade japonesa no país, as mesmas fornecidas pelo Departamento de Estado: o conflito entre vitoristas e derrotistas, que chegou a altos níveis de violência, apesar de estar se delineando uma harmonização dentro da comunidade. Outra informação relevante era que poderia haver um sentimento anti-americano entre os japoneses.

Durante uma semana, Tigner se encontrou com os membros da Associação Cultural e Beneficente de Okinawa de São Paulo, através das cartas de apresentação obtidas nas etapas anteriores da viagem, sendo a principal delas a carta do governador Taira. Tigner comenta sobre a calorosa recepção que recebeu do grupo, sendo um exemplo da hospitalidade o fato de terem designado que um deles o acompanhasse na viagem pelo interior, para que pudesse obter confiança das comunidades, como também servir de intérprete, quando necessário. O acompanhante foi o jornalista José Yamashiro, citado anteriormente como autor da obra "Okinawa: uma ponte para o mundo".

A publicação da Associação Okinawa Kenjin do Brasil corrobora a impressão que Tigner teve da hospitalidade recebida pelo grupo, uma vez que dedica um tópico à visita de Tigner, tecendo-lhe elogios pela sua abordagem respeitosa com os entrevistados durante as visitas³².

Para cada município visitado, Tigner coletou praticamente as mesmas informações: Resumo geral, Colônia *naichi-jin* e okinawana, *Survey* da comunidade okinawana, Organizações/Shindo Renmei/Relações Sociais, Desenvolvimento Econômico, Possibilidades de colonização e Histórias de vida. No início, há um capítulo sobre japoneses no Brasil e outro sobre okinawanos no Brasil. Após o panorama geral dos municípios, o autor conclui descrevendo a situação atual da imigração japonesa e da okinawana no pós-guerra e as possibilidades de assentamento, além de fazer recomendações para a USCAR e o governo dos Estados Unidos. Por fim, há nove apêndices, como estatísticas, planos de imigração e cartas.

³² A publicação ainda informa que Tigner e Yamashiro desenvolveram uma amizade, trocando correspondências por mais de 20 anos. Em 1997, Yamashiro e Hideo Onaga foram para Reno, Nevada, visitar Tigner e a esposa Jean, que o havia acompanhado na viagem pela América Latina (BURAJIRU OKINAWA KENJINKAI, 2000, p. 178).

Figura 7 - Foto de James L. Tigner com membros da Associação Okinawa



James L. Tigner na frente, o 5º da esquerda para a direita.

Fonte: Burajiru Okinawa Kenjin Imin Shi (2000).

Nos primeiros parágrafos de cada capítulo, Tigner descreve o município, sua localização, clima, população. Então, traça um panorama da infraestrutura, com informações sobre: escolas, hospitais, clubes, bancos, correio, rádios, jornais, transporte, estradas redes de esgoto e eletricidade.

Devido ao objetivo da pesquisa, as informações relevantes ao desenvolvimento econômico e atividades profissionais são bastante detalhadas. Para cada município/região, são descritas a quantidade de propriedades dos okinawanos: lotes construídos e não construídos, área total, veículos (carros, caminhões, carroças), gado, aves e outros animais, além de valores de rendimento bruto total e por núcleo familiar (rural e urbano).

Outro tema recorrente é a situação do conflito envolvendo vitoristas e derrotistas. Devido aos alertas dados pelas próprias autoridades estadunidenses no país, além da percepção do fenômeno como um evento de extrema importância dentro da comunidade okinawana/japonesa e do Brasil, e também para a relação com os Estados Unidos, Tigner mapeia a situação da Shindo Renmei em todas as regiões visitadas.

No relatório de progresso datado de fevereiro de 1952, Tigner havia incluído o tema. Ele dividiu a comunidade em três grupos, destacando que os termos utilizados na descrição foram criados por ele próprio:

- 1) Esclarecidos (“enlighted”): Quase todos admitiam a derrota do Japão na guerra. Possuíam melhor educação e cultura, correspondendo a cerca de 12% da população okinawana no Brasil. Eram membros da Associação Cultural e Beneficente de Okinawa de São Paulo, e eram os que mais enviavam ajuda a Okinawa. Foram os que melhor acolheram Tigner, que comenta: “Eles são abertamente pró-americanos pois reconhecem o tratamento justo e humano concedido ao Japão e a Okinawa pelas nossas forças de ocupação.”
- 2) *Doshi-kai*: No geral, estão conscientes de que o Japão perdeu a guerra, mas relutam em admitir, fazendo-o somente quando não estão com seus companheiros. Eram aproximadamente 80% dos okinawanos. As lideranças eram pessoas irrelevantes antes da guerra e que passaram a se beneficiar dos discursos de lealdade ao Japão, sendo que alguns se apropriaram de dinheiro arrecadado da comunidade para uso pessoal. Não enviaram dinheiro para Okinawa, pois acreditavam que estava sendo roubado pelos Estados Unidos. Também eram críticos à prolongada ocupação estadunidense em Okinawa. Tigner fala sobre o seu contato com eles (TIGNER, 1952a, p.16):

Em três ocasiões eu encontrei líderes de importantes comunidades Doshi-Kai, até então inacessíveis pelos Esclarecidos, que cooperaram admiravelmente com a pesquisa. Esta foi uma grande concessão que eles fizeram, tendo em vista o fato de que ajudar na pesquisa era uma admissão tácita da derrota do Japão.

- 3) Não-esclarecidos: Ainda estavam convencidos da vitória do Japão na guerra, constituindo cerca de 10% da população de okinawanos. Os membros geralmente eram pessoas iletradas e vulneráveis a exploração dos líderes nacionalistas e estelionatários. Formaram organizações de fachada devido à perseguição realizada contra a Shindo Renmei. Tigner comenta que em alguns lugares não era possível demarcar as fronteiras de quem seria Doshi-kai ou não-esclarecido.

Há ainda, os “neutros”, que são particulares da região de Itariri, Miracatu, Juquiá e Pedro de Toledo. Estes não faziam parte de associações, mas conviviam

com membros dos outros três grupos e vice-versa. Ex-membros da Shindo Renmei, por exemplo, não permitiam que esclarecidos frequentassem escolas controladas por eles, mas aceitavam os neutros.

Tigner teve maior contato com os esclarecidos, que apoiaram a pesquisa. Sobre o Doshi-Kai e os não-esclarecidos, Tigner considera que não foi tratado com hostilidade, embora muitos tivessem se recusado a participar das entrevistas. Eles nunca haviam encontrado um norte-americano, provavelmente por viver em cidades pequenas. A única resistência aberta ocorreu quando alguns receberam um questionário enviado por Tigner e acusaram a pesquisa de ser um truque dos Estados Unidos para destituir os japoneses de suas terras no Brasil (Ibid., p. 17).

No geral, apesar do conflito ter tido um grande efeito nas comunidades japonesas e okinawanas, Tigner conclui que os japoneses eram bem vistos pela sociedade brasileira. Entretanto, havia críticas sobre sua dificuldade de assimilação, cujos principais motivos seriam: 1) Barreira do idioma; 2) Medo do filho mais velho, ao não seguir os costumes, não cuidar dos pais quando estes ficarem idosos, e 3) Crença de que poderiam perder as qualidades de sua raça. Tigner informa que, dos okinawanos com quem teve contato, descobriu apenas 12 casamentos com brasileiros, pois, com exceções de alguns esclarecidos, todos da primeira geração se esforçavam para “impedir casamento de seus filhos com brasileiros”, sendo que cerca de 70 a 80% dos casamentos eram arranjados pelos pais.

Outra característica importante da pesquisa é o foco na comunidade okinawana, sempre citando quando alguma informação ou estatística sobre os “japoneses” incluíam “okinawanos” ou somente os *naichi-jin*. Porém, ele constata que aparentemente todos se consideravam japoneses e eram leais ao Japão e que brasileiros desconheciam as diferenças entre okinawanos e japoneses:

Durante a minha jornada no interior do Brasil eu tentei determinar a atitude atual dos brasileiros em relação aos okinawanos. Meus contatos foram xerifes, prefeitos, educadores e empresários. Com uma exceção essas pessoas indicaram desconhecer distinções provinciais entre os japoneses... para eles, okinawanos são japoneses. A exceção que eu mencionei foi um educador brasileiro descendente de negros cuja educação foi financiada por membros da comunidade okinawana. Suas relações com os okinawanos são mais íntimas que aquelas do brasileiro comum. (Ibid., p. 35)

Tigner dedicou um capítulo a cada município ou região visitada, dedicando mais de 400 páginas ao Brasil, conforme a seguir:

Tabela 4 – Relatório da Pesquisa de James L. Tigner no Brasil

Estado	Município	Qtde. de páginas
Estado de São Paulo	São Paulo	9
	Santos	7
	Itariri, Miracatu, Juquiá e Pedro de Toledo	39
	Marília	30
	Pompéia	19
	Tupã	18
	Oswaldo Cruz	13
	Lucélia	19
	Lins	34
Presidente Prudente	29	
Estado do Mato Grosso	Campo Grande	70
Estado do Paraná	Londrina	31
	Cambará (inclui Andirá e Cornélio Procópio)	28

Fonte: TIGNER, 1954.

As informações descritas nas próximas páginas foram retiradas dos relatórios de Tigner, a menos que estejam indicando outra referência. As estatísticas e informações históricas foram baseadas nas entrevistas com representantes do setor público e de comunidades e associações. Tigner também utilizou materiais como o censo do IBGE. Em algumas regiões, os números são estimativas, devido à falta de informações precisas e à falta de cooperação de algumas pessoas, derivada do sentimento nacionalista da Shindo Renmei.

São Paulo

Na cidade de São Paulo, a ocupação de okinawanos começou em 1909, um ano após a chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil, aumentando nas décadas de 1920 e 1930. Metade trabalhava como garçons em bares e restaurantes, domésticos e taxistas. Alguns eram proprietários de barracas de frutas, bares, restaurantes, hotéis e barbearias. Somente um era “profissional”, trabalhando como dentista. Um terço era de pequenos agricultores com terras alugadas nas periferias da cidade. Do total de 845 núcleos familiares em São Paulo, 386 ficavam na cidade e 459 na periferia³³. No perfil da cidade, Tigner a destaca como uma cidade industrial, e não cita nenhuma oportunidade para novos imigrantes.

Outro destaque da cidade era a presença de lideranças da comunidade e a sede da Associação Cultural e Beneficente de Okinawa de São Paulo. A primeira associação, criada em 1919, não vingou. Em 1926, Josei Onaga³⁴ fez uma nova tentativa, criando a associação *Okinawa Kyuyo Kyokai*, considerada o embrião da Associação Okinawa Kenjin do Brasil que existe atualmente. Em 1936, as atividades foram interrompidas devido a restrições do governo. Até então, haviam sido criadas filiais em 35 municípios de três estados: São Paulo, Mato Grosso e Paraná.

Tigner destaca que ao longo dos anos houve o aumento de famílias, devido à chegada das noivas por fotografia³⁵ e à chegada de pessoas das áreas rurais, que desejavam viver com mais conforto e proporcionar melhor educação para os filhos, aproveitar as oportunidades criadas pela industrialização e pelo crescimento econômico e a tendência de nisseis rejeitarem o trabalho rural em favor das ocupações urbanas. Durante a Segunda Guerra Mundial, chegou um fluxo considerável de okinawanos evacuados do litoral³⁶. Após um tempo, na cidade foi verificada a transição de empregado para proprietário, atribuindo o progresso à característica dos okinawanos de praticar a “ajuda mútua”.

³³ Tigner inclui “Vila Camilópolis”, “Santo André” e “São Caetano” como parte do município de São Paulo, portanto okinawanos residentes nestas áreas estão incluídos no survey como “São Paulo”.

³⁴ Tigner utiliza o nome Josei Onaga, enquanto outros documentos, como livros da Associação Okinawa Kenjin do Brasil, se referem a “Sukenari Onaga”.

³⁵ “Noivas por correspondência” ou *picture brides*: noivas selecionadas através de fotografia, chegavam ao país sem conhecer o marido.

³⁶ Ver o próximo tópico, sobre Santos, Itariri, Miracatu, Juquiá e Pedro de Toledo.

As possibilidades de estabelecimento na cidade eram nos ofícios de verdureiro, devido à quantidade de terras disponíveis em direção à Serra do Mar, e de pescador, apesar do progresso fracasso dos okinawanos. Tigner considera que, devido ao crescimento das cidades de Santos e de São Paulo, havia demanda para alimentos.

Os municípios de Itariri, Miracatu, Juquiá e Pedro de Toledo se localizam ao sul de Santos. O clima chuvoso e o solo fértil tornam propício o cultivo de banana, abacaxi, cana-de-açúcar, manga e outros. Os okinawanos chegaram na região após saírem das fazendas para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Sorocabana, que ligava Santos a Juquiá. Muitos permaneceram nessas cidades, que acabaram concentrando um grande percentual de okinawanos em relação à população total: Pedro de Toledo: 46,8%; Itariri: 31,3%; Miracatu: 17,1%; Juquiá: 10,6% (TIGNER, 1954, p. 122).

Os okinawanos, que já estavam estabelecidos na região há décadas, estavam prosperando no plantio de banana e vegetais. Tigner considerava que haveria potencial para o estabelecimento de mil famílias okinawanas, devido a terras com preço baixo (terras virgens), à possibilidade de plantar vegetais para subsistência, ao clima e à grande e antiga comunidade okinawana presente na região.

Marília, Pompéia, Tupã, Osvaldo Cruz e Lucélia

Os municípios de Marília, Pompéia, Tupã, Osvaldo Cruz e Lucélia fazem parte da região chamada de Alta Paulista, área no noroeste do estado, de Marília até o rio Paraná, e entre os rios Aguapeí ao norte e rio do Peixe, ao sul. Era considerada uma zona nova do estado, a última fronteira agrícola, explorada a partir do século XX devido à expansão da fronteira do café, da extensão das ferrovias e à migração interna. A Estrada de Ferro Companhia Paulista, ligava esses municípios à Jundiaí, próximo à capital do estado. A região, sobretudo Marília e Tupã, concentrava uma grande quantidade de japoneses, incluindo *naichi-jin* e okinawanos.

Marília ficou conhecida pelo café, mas poderia mudar facilmente para o algodão, conforme ditasse o mercado externo, havendo a possibilidade de outros cultivos, como amendoim, batata, arroz, feijão, milho. Havia pessoas de mais de nacionalidades, principalmente japoneses, espanhóis e italianos – os imigrantes correspondiam a 18,5% da população do município, cinco vezes mais que a média nacional. Os japoneses, incluindo os okinawanos, eram a maior parte.

Os okinawanos em Marília eram caracterizados por arrendar terras por curtos períodos (três anos) para plantar algodão e depois que a terra se esgotava se mudavam para outro lugar. Um dos motivos era o esgotamento da terra, já que três anos era o tempo em que se podia plantar sem necessidade de fertilizantes. Outro motivo, de acordo com eles, eram os preços altos cobrados pelos proprietários após esse período. Antes da guerra, também era comum a preferência em arrendar em vez de comprar, uma vez que os imigrantes tinham a expectativa de retornar a sua terra natal. Os okinawanos eram responsáveis por 99% das frutas e vegetais cultivados por japoneses. Os *naichi-jin*, por sua vez, priorizavam as plantações de larga escala, como o café, que gerava mais lucro. Dessa forma, Tigner comenta que as moradias dos okinawanos eram mais humildes, dado o seu caráter provisório e aos ganhos menores. Os próprios okinawanos demonstravam desgosto nessa existência semi-nômade, pois seu povo teria a característica de “ter uma residência permanente em sua própria terra” (Ibid., p. 151). Os imigrantes informam que era possível absorver cerca de 3.600 famílias, devido à falta de mão-de-obra e às possibilidades que a região oferecia para o cultivo de café e algodão. Porém, apesar de ser possível atingir um nível de subsistência adequado, os altos preços da terra poderiam limitar a independência e o desenvolvimento dos recém-chegados.

O município de Pompéia se desenvolveu através do café e do algodão. Em Pompéia todos os okinawanos eram agricultores. Havia três comunidades de okinawanos, cujos principais cultivos eram café, algodão, amendoim, arroz e milho, além da criação de porcos e galinhas. Os okinawanos acreditavam que seria possível a inserção de cerca de mil famílias na região. Dada a condição da região, que já estava se esvaziando devido ao desgaste do solo pelos grandes cultivos, Tigner considerava que haveria melhores possibilidades dos novos imigrantes como meeiros³⁸, uma vez que era prática comum o proprietário fornecer moradia e equipamento em troca de 30% da produção.

Duas décadas antes da pesquisa, Tupã era uma grande floresta virgem. Em poucos anos, a cidade cresceu devido à fertilidade do solo, propícia ao cultivo de café, algodão e amendoim. Mais recentemente, havia começado a se destacar na criação de gado, também para exportação. Os okinawanos começaram a chegar em 1938, vindos de Marília, Aliança e Lins, após o esgotamento do solo de outras regiões. Em

³⁸ Modalidade na qual o agricultor que trabalha na terra de outrem compartilha seus rendimentos com o proprietário da terra.

relação a novos imigrantes, Tigner comenta que havia falta de mão-de-obra nas fazendas de café e o governo pagava o transporte de trabalhadores temporários vindos da Bahia. Porém, eram necessários agricultores durante todo o ano. A modalidade mais adequada seria a de colono, pela qual o imigrante receberia um valor fixo para o manejo de mil pés de café, podendo cultivar vegetais para seu sustento e cereais para complementar a renda. Seria possível absorver até 1.500 colonos e 500 arrendatários. Tigner conclui que os okinawanos poderiam juntar dinheiro suficiente para comprar terras em 5 ou 6 anos.

O município de Osvaldo Cruz foi fundado em 1941, ocasião da primeira missa ao ar livre. A área começou a ser ocupada após Max Wirth, natural da Suíça, e proprietário das terras, criar a Colonização Alta Paulista para vender os lotes. Tigner fala com entusiasmo da cidade (Ibid., p. 200):

Quando julgado pelos padrões norte-americanos, Osvaldo Cruz pode parecer atrasado de fato, mas para uma área distintamente rural do Brasil o seu avanço no espaço de uma década foi verdadeiramente fenomenal. Encontra-se em Osvaldo Cruz e seus congêneres da Alta Paulista uma notável consciência cívica e vontade de desenvolver o município. Embora grande parte desta atitude resulte do desejo de promover o investimento de capital, existe, no entanto, um espírito público e de cooperação voltado para o interesse comum que não é encontrado nas "zonas antigas" [...] O dinheiro pode ser ganho por qualquer pessoa com espírito empreendedor, e é perceptível a ausência de extrema pobreza.

O desenvolvimento do município é atribuído à visão e sabedoria de Max Wirth, que de acordo com Tigner: “[...] nasceu em St. Gallen, Suíça, em 1881 e emigrou para o Brasil 17 anos depois. Ele estava sem família e fundos, e, como os okinawanos que viriam logo em seguida, ele se tornou trabalhador numa fazenda de café em São Paulo”³⁹.

Os primeiros okinawanos, corretores de imóveis, chegaram em 1941, seguidos de um outro que abriu uma serraria. Outros vieram de Lins, Marília e zonas mais antigas como a Mojiana e Santos-Juquiá. Enquanto os japoneses adquiriram grandes lotes de terra, os okinawanos compraram imóveis na cidade. Cerca de 80% dos

³⁹ De acordo com o IBGE, porém, a situação de Wirth era diferente da maioria dos imigrantes trabalhadores de fazendas: “A ideia de Wirth foi deixar seu país de origem, Suíça, onde era um empresário no segmento têxtil, para tornar-se latifundiário no Brasil. Assim, no final dos anos 1920, Max Wirth vendeu sua indústria na Suíça e comprou 60.000 alqueires (144.000 ha.) no oeste paulista (terras localizadas no Noroeste e Alta Paulista), além de outras glebas no norte do Paraná. Uma vez no Brasil e com o dinheiro obtido na Europa, Wirth tornou-se industrial - um dos maiores acionistas da Leite Vigor e proprietário de uma fábrica de óleo no estado do Paraná, fábricas de amido no sul do Brasil, produtor de café, algodão e cereais e especialmente um latifundiário dedicado à especulação de terras para valorização no território de Osvaldo Cruz”. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/osvaldo-cruz/historico>. Acesso em 10/01/2024.

okinawanos possuíam ocupações urbanas, seguindo a tendência totalmente oposta das outras cidades, onde esse percentual era de cerca de 10%. Vários empreendedores eram antigos agricultores. Com exceção de um okinawano cafeicultor, os demais adquiriram pequenos terrenos nos arredores da cidade para plantação de verduras, sendo responsáveis por 90% da produção local.

Enquanto todos os okinawanos eram proprietários, Tigner diz que recém-chegados teriam melhores oportunidades como arrendatários, devido ao preço alto da terra, especialmente as mais próximas à cidade, sendo difícil o transporte para áreas mais distantes. Também era previsto que, com o desenvolvimento da cidade, aumentasse a demanda por mão-de-obra, e surgissem oportunidades para colonos e meeiros.

A Estrada de Ferro havia acabado de chegar em Lucélia (1950), ligando-a a São Paulo e ao comércio internacional. Até então, a agricultura era de subsistência. O solo, de massapé, menos fértil para o café que a terra roxa, permitia o cultivo de algodão, amendoim, cereais e vegetais, predominando as fazendas de menor porte.

Os okinawanos começaram a chegar em 1929, quando um conterrâneo começou a vender terras no local. O fluxo só aumentou após a guerra, quando okinawanos de outras áreas chegaram em busca de solos mais férteis. Também se observou a tendência em comprar terras, a maioria trabalhando como verdureiros. Alguns adquiriram grandes lotes para plantar café, mas devido ao alto preço para derrubar a mata, seguiam trabalhando para a subsistência. Os principais cultivos do grupo eram: algodão, milho, batata, amendoim e hortelã.

A situação de Lucélia era muito semelhante à de Tupã, com o preço da terra elevado, sendo difícil o estabelecimento de imigrantes recém-chegados. Porém, havia falta de mão-de-obra, e Tigner informa que havia capacidade para receber cerca de 500 famílias, com possibilidade de arrendar terras.

Presidente Prudente

O município de Presidente Prudente se localiza no oeste do estado de São Paulo, região que era atendida pela Estrada de Ferro Sorocabana. O desenvolvimento agrícola se intensificou nos anos 1920, com a construção da ferrovia e o movimento migratório empurrando a fronteira agrícola para o oeste. O objetivo era o cultivo do café, porém, devido ao solo inadequado, o plantio se voltou para o algodão, fazendo

o município se tornar o principal produtor do país. Além disso, o local se destacava no cultivo da hortelã, iniciado nos anos 1940, voltado sobretudo para exportação. Outros cultivos eram café, batata, amendoim, milho e arroz. Diferente das áreas fortes em café, em Presidente Prudente predominavam as pequenas propriedades.

Os primeiros okinawanos chegaram na década de 1920, mas sobretudo na década seguinte, quando começaram a fundar comunidades, vindos de fazendas de café e da região de Santos-Juquiá. Quando descobriram que o solo não era adequado para o café, os okinawanos se voltaram para o cultivo de verduras e para a abertura de estabelecimentos na cidade, como bazar, lavanderia, bar e mercearia. Com a ascensão do algodão, cresceu a quantidade de japoneses com empreendimentos rurais, mas foi somente após a guerra que se observou a tendência de adquirir terras.

O preço da terra no município era elevado, sobretudo nas áreas mais próximas da cidade. Áreas mais distantes, ainda florestas, pertenciam a fazendeiros brasileiros que não tinham a intenção de comercializá-las. Havia uma área à venda, mas, uma vez que não tinha estrutura nenhuma, o mais adequado seria a constituição de uma colônia com grandes investimentos para deflorestamento e construção de estradas, e não empreendimentos individuais de pequeno porte.

Uma possibilidade promissora para novos imigrantes seria na Fazenda Badan, que possuía algumas áreas que poderiam ser aproveitadas para arrendamento e para meeiros. Tigner informa que os okinawanos consideravam que todo município teria capacidade de absorver cerca de 4 mil famílias, como arrendatários ou como meeiros.

Lins

O município de Lins era ligado pela Estrada de Ferro Noroeste, que começava em Bauru e ia em direção a Corumbá (Mato Grosso). De Bauru, a Estrada de Ferro Sorocabana permitia o transporte até São Paulo e Santos. Em 1950, o censo detectou que a população havia diminuído em relação à 1940, provavelmente devido à migração interna, de fluxos vindos do Nordeste do país e saindo para áreas melhores no Paraná e no Mato Grosso.

Em 1917, chegaram os primeiros okinawanos, famílias que originalmente haviam sido enviadas para a região da Mojiana pela K.K.K.K. (*Kaigai Kōgyō Kabushiki Kaisha* - Companhia Ultramarina de Desenvolvimento). Outros vieram da região de Santos-Juquiá, chegando em Lins em busca de terras mais baratas onde pudessem

plantar café. Durante a crise do café, permaneceram no local, sobrevivendo, mas depois conseguiram prosperar e na ocasião da pesquisa de Tigner, quase todos eram proprietários.

Em relação às possibilidades de estabelecimento, Tigner verificou que a terra tinha preços elevados para recém-chegados. Porém, os okinawanos estimavam que, devido à falta de mão-de-obra, a região teria capacidade de receber pelo menos 5.000 novas famílias, já que cada fazenda, de proprietário okinawano ou não, poderia receber três famílias, como arrendatários ou meeiros. Em seis ou sete anos, seria possível juntar dinheiro suficiente para comprar a própria terra. Porém, afirmavam que seria mais profícuo procurar lotes mais baratos, como o norte do Paraná e o sul do Mato Grosso.

Mato Grosso

Em 1952, o Estado do Mato Grosso⁴⁰ era o segundo maior do Brasil, entretanto, o que possuía a menor população. O seu potencial econômico era expressivo, contando com mais de 6 milhões de cabeças de gado, cultivo de café, cana-de-açúcar, milho, arroz, algodão e vegetais em grande quantidade, além de depósitos de ouro, diamante, ferro, manganês e platina. A capital, Cuiabá, não possuía estradas de ferro e era acessível por barco pelo rio Cuiabá ou por terra, desde Campo Grande.

Campo Grande, localizada no sul do estado, era atravessada pela Estrada de Ferro Noroeste, que ia de Porto Esperança, às margens do rio Paraguai, até Bauru (São Paulo), permitindo a ligação com as cidades de São Paulo e Santos. A região era cercada pelo Cerrado, por campos e pelo Pantanal, com áreas férteis de terra roxa e uma das melhores terras para pastagem do país.

Estimava-se que a população do município era composta pelos seguintes grupos: 85% de brasileiros, 5% de japoneses e descendentes e 10% de outros imigrantes (paraguaios, sírios, turcos, espanhóis, italianos, uruguaios, portugueses, russos, gregos, poloneses, judeus e alemães) (Ibid., p. 306). Tigner informa que havia cerca de 12 famílias *naichi-jin* e 472 famílias okinawanas no município (Ibid., p.311).

⁴⁰ O estado foi desmembrado entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em 1979.

Os primeiros grupos de okinawanos⁴¹ a chegarem na região vieram de plantações de cana-de-açúcar no Peru e de plantações de café em São Paulo, para trabalhar na construção da estrada de ferro. Alguns deles eram imigrantes da primeira leva, vinda em 1908 a bordo do navio Kasato Maru (ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE CAMPO GRANDE, 2014). Uma parte dos trabalhadores permaneceu na região, devido às terras abundantes a preços baixos, convidando parentes e conhecidos. Tigner descreve que antes de 1920, a principal produção era aguardente, que tinha alto valor, além de verduras. Depois, começaram a se destacar os cultivos de feijão, milho e mandioca, aumentando o tamanho das propriedades e a quantidade de verdureiros na região. Durante a crise, entre os anos 1929 e 1933, com a queda dos preços das *commodities* em geral, houve dificuldades, mas “devido à assistência mútua, não houve execuções hipotecárias de propriedades pertencentes a okinawanos” (TIGNER, 1954, p. 315). Muitos se reorientaram para ocupações urbanas.

Após a crise, muitos passaram a cultivar café e algodão, sendo que, em relação ao último, 75% da produção do município era realizada por okinawanos. Além disso, também eram responsáveis por 98% do abastecimento de verduras da cidade (p. 316). Tigner identificou 17 colônias na região, registrando informações de cada uma delas, como quantidade de famílias, principais cultivos, área, quantidade de gado, cavalos, porcos, quantidade de empregados, entre outros detalhes.

Tigner concluiu que a região era a mais propícia para receber as novas levas de imigrantes do pós-guerra, devido ao seu potencial produtivo, aos imigrantes já estabelecidos que poderiam oferecer apoio, e a um plano de colonização que já estava em andamento, conforme será descrito nas próximas páginas.

Imigração no pós-guerra e possibilidades para novos imigrantes

Em relação à imigração de japoneses no pós-guerra, Tigner identificou que havia dois tipos em andamento. O fluxo havia se iniciado somente em 1947, pois até então estava proibida. Diferente do período anterior, não havia subsídios, o que dificultava a viagem de muitas pessoas.

⁴¹ O primeiro okinawano, de fato, a chegar na região teria sido um marinheiro que havia migrado do Havaí, tendo trabalhado como verdureiro entre 1912 e 1915, quando se mudou para São Paulo.

O primeiro tipo era a imigração por chamado⁴², que possuía várias restrições. Por exemplo, somente poderiam ser chamados: pais e tios com 60 anos ou mais; filhos, filhas, irmãos, cunhados, sobrinhos, sobrinhas (viúvas ou solteiras); netos com menos de 21 anos e esposas (sem restrição de idade). Maridos poderiam ser chamados somente se solicitado pela esposa e se tivessem filhos no Brasil. Aproximadamente mil pessoas migraram para o Brasil nessa modalidade até o final de 1951, incluindo okinawanos.

Entretanto, o processo de chamada era bastante dificultoso se comparado ao período pré-guerra. Os seguintes documentos deveriam ser providenciados pelo solicitante: 1) cópia do registro civil (de preferência, comprovando o parentesco com o futuro imigrante) com tradução juramentada para o português, 2) cópias autenticadas da Carteira Modelo 19 (documento para estrangeiros com residência permanente), e 3) documento de “compromisso de manutenção” redigido por um tabelião, atestando que o mesmo seria responsável pelas despesas da viagem, hospedagem, alimentação e cuidados ao imigrante, como também custear a viagem de retorno, caso necessário. A solicitação de chamado, autenticada no cartório, deveria ser enviada para a missão diplomática do Brasil em Tóquio.

A outra modalidade era a colonização “mista”, referente aos planos aprovados pelos governos do Brasil e Japão em 1952 nos quais no máximo 50% dos colonos poderiam ser japoneses. Colônias no Amazonas e no Pará, onde se produziam juta, pimenta preta, sisal, borracha e castanha, estavam próximas de se concretizar. A verba para transporte para o Brasil ficaria a cargo do governo japonês. As terras seriam cedidas pelo governo federal e governos estaduais, como o objetivo de introduzir 5 mil famílias em cinco anos. Essa seria uma possibilidade de retomar a imigração em larga escala e, além disso, havia o interesse do governo em desenvolver a região, especialmente após a constituição de 1946, que previa que 3% da arrecadação federal deveria ir para o Amazonas.

Tigner teve acesso a uma carta do Consulado dos Estados Unidos no Pará para a Embaixada no Rio de Janeiro, que assegurava que havia mercado para a pimenta preta, com grandes oportunidades para a expansão de seu cultivo. Todavia, uma outra carta alertava para os riscos da produção de juta, que já havia atingido o

⁴² No original: “calling”, também conhecida como “yobiyose” (em japonês) ou “reunião familiar”.

máximo para abastecimento do mercado interno. O excedente poderia ser exportado, mas haveria a concorrência da Índia, que produzia a um custo mais baixo.

Dessa forma, Tigner considerava arriscados os projetos na região amazônica, dado que além da distância, que aumentava os custos de transporte, especialmente o fluvial, haveria dificuldades com o clima e o solo pouco fértil. Inclusive, experiências anteriores, como a Fordlândia, exemplificavam o alto risco de investimentos na região⁴³. Além disso, algumas famílias japonesas já haviam sido enviadas para a região, desistindo em pouco tempo e se mudando para outras áreas.

Além da região norte, havia um plano de Yassutaro Matsubara, residente de Marília, para as regiões de Mato Grosso, Minas Gerais e Maranhão, com a meta de implementar 4 mil famílias entre 5 e 8 anos. Nestas terras, a proporção seria de 70% japoneses e 30% brasileiros, sendo que os principais cultivos deveriam variar de acordo com a região, com ênfase em café, cacau e borracha. As despesas seriam divididas: a viagem até os portos brasileiros seria fornecida pelo governo japonês e o transporte dos portos para as terras de colonização ficaria sob responsabilidade do governo brasileiro, como também a prestação de serviços essenciais.

Tigner considerava que o Brasil, ao lado da Bolívia, era o país na América Latina que mais oferecia possibilidades para o plano de imigração, especialmente a região de Mato Grosso. Em relação ao governo brasileiro, este se mostrava favorável ao projeto devido à falta de mão-de-obra, enquanto que os relatos dos okinawanos mostravam que o país oferecia oportunidades e não havia discriminação racial. Além do mais, a existência de uma grande comunidade okinawana, que poderia fornecer tanto ajuda financeira quanto orientações, não podia ser menosprezada, ainda mais porque estes apoiavam o projeto, desejando trazer parentes e amigos. Tigner considerava que havia possibilidade para continuar e expandir as duas modalidades de imigração que já estavam em andamento, que inclusive poderiam ser concomitantes.

A imigração por chamado tinha como principal vantagem o fato de que o solicitante arcava com os custos e se responsabilizava pela adaptação do parente no

⁴³ A Fordlândia foi criada no Pará em 1927 por Henry Ford, com o intuito de produzir borracha para os automóveis da marca. Houve incentivos do governo brasileiro, como a isenção de taxas de exportação. Foram construídas casas, hospital, hotel, serraria e turbina a vapor para geração de energia. A decadência se deu pela inexperiência com as seringueiras, plantadas muito próximas uma a outra, o que gerou pragas, e também pela concorrência com a borracha do sudeste asiático. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/economia/fordlandia-cidade-operaria-no-para-construida-para-produzir-latex-para-os-pneus-da-ford-24835172>>. Acesso em 03/12/2023.

país, oferecendo apoio com moradia e trabalho. Isso resolvia o maior problema da USCAR em relação ao tema, que era a falta de verba para os subsídios, especialmente de transporte. Apesar de muitos imigrantes estarem chegando ao Brasil dessa forma, Tigner enxergava que o modelo do pós-guerra possuía restrições, tanto no procedimento como em relação ao perfil das pessoas, que limitava por exemplo, a entrada de pessoas adultas.

Tigner chegou à conclusão de que o ideal seria voltar ao procedimento do período anterior à guerra (1927-1936⁴⁴), realizado da seguinte forma (Ibid., p.438):

Um okinawano residente no Brasil submetia uma “solicitação de chamado” ao presidente da filial da Associação Okinawa do Brasil (Kyuyo Kyokai), na qual ele garantia que assumiria a responsabilidade financeira pelo futuro imigrante. Essa solicitação e um documento do presidente da filial atestando a condição financeira e caráter do chamador eram encaminhados para a matriz da Associação Okinawa na cidade de São Paulo para consideração pela Diretoria. Se aprovada, a solicitação era encaminhada para o Consulado Japonês para ação por meio de canais diplomáticos.

Ainda, recomendou, de forma enfática, que o Departamento de Estado dos Estados Unidos atuasse junto ao governo brasileiro para remover as barreiras e facilitar o processo de chamado, aceitando pessoas de qualquer faixa etária e qualquer parentesco. Com isso, o tempo do trâmite, de 10 a 14 meses, poderia ser reduzido. Tigner ainda comenta que a Associação Okinawa, possuiria competência para realizar o trâmite semelhante ao modelo anterior, uma vez que era assessorada por um distinto advogado.

A segunda modalidade, a de colonização, poderia ter sua vantagem potencializada se fosse combinada com a imigração por chamado, para diminuir as despesas com transporte. Considerando os planos em andamento entre o governo japonês e brasileiro, citados anteriormente, e a situação encontrada em sua pesquisa de campo, Tigner considerava que a região Centro-Oeste do Brasil, especialmente em Mato Grosso, oferecia boas perspectivas. As áreas extensas ao leste do Mato Grosso, como Goiás e Minas Gerais, também eram possibilidades, mas dependeriam ainda da construção de estradas até as cidades. Já a Amazônia foi descartada: “Ryukyuanos não devem emigrar para lá sob quaisquer circunstâncias previsíveis” (Ibid., p. 442).

São Paulo e Paraná, onde Tigner passou bastante tempo, poderiam ser alternativas, mas as terras eram propriedade privada e os okinawanos já se

⁴⁴Em 1936, as atividades da associação foram interrompidas devido a restrições do governo.

encontravam nas fronteiras agrícolas desses estados. O autor considerava que essas áreas possuíam capacidade para absorver pelo menos 29 mil núcleos familiares, ou 145 mil pessoas, que poderiam atuar como trabalhadores rurais, arrendatários e meeiros, muitos deles poderiam inclusive ser empregados pelos seus conterrâneos.

Entre os motivos para a escolha de Mato Grosso, Tigner cita condições favoráveis como o clima, considerado próximo ao de Okinawa, agradável, com chuvas suficientes, não havendo necessidade de irrigação. Em segundo lugar, Mato Grosso, que de acordo com Tigner tinha área quatro vezes maior que o estado do Texas (EUA), possuía vastas áreas de propriedade do governo, disponíveis para expansão da fronteira agrícola. Apesar de ser o segundo maior estado do país, abrigava menos de 1% da população nacional.

Ao mesmo tempo, existia demanda interna e externa para as *commodities* que haviam adquirido maior valor nos últimos anos e que poderiam ser cultivadas na região. Café, cereais e gado poderiam ser transportados facilmente até São Paulo, para consumo e para envio para exportação. A Estrada de Ferro Noroeste passava pelo sul de Mato Grosso, mas as demais áreas eram servidas apenas por estradas de terra.

A par disso, Tigner foi bastante enfático em recomendar a imigração para a parte sul do estado, já que as demais áreas ainda estavam em relativo isolamento, sem a estrutura necessária para residir e para criar empreendimentos rentáveis. Apesar disso, ele comenta que terras próximas de Cuiabá estavam sendo adquiridas por ricos fazendeiros de São Paulo, talvez na expectativa da construção da estrada de ferro nas próximas décadas. Algumas áreas ao sul de Cuiabá e a oeste do Pantanal estavam sendo cedidas pelo governo federal para ocupação, adequadas para cultivo de café e criação de gado.

A região de Dourados, especialmente ao sul e ao leste da cidade, foi avaliada com entusiasmo por Tigner. Na ocasião, o governo federal e do estado já estavam aplicando um plano de colonização, voltado tanto a imigrantes quanto a brasileiros, oferecendo terras, que ainda eram mata virgem e deveriam ser desmatadas para agricultura. O projeto federal cedia para famílias 30 hectares de terras, além de casa mobiliada, com a condição de que a terra fosse cultivada, havendo naquele momento cerca de 2.000 famílias na colônia. O outro plano, do estado e do município de Dourados, também cedia 30 hectares, mas o colono deveria pagar uma taxa de registro, além de construir sua própria casa. Já havia cerca de 1.000 famílias

beneficiadas. Além disso, também havia terras particulares a preços muito baixos, sendo adquiridas rapidamente por fazendeiros de São Paulo expandindo suas terras. Alguns okinawanos de Campo Grande também já haviam sido atraídos para a região.

Dourados também possuía uma localização apropriada, a cerca de 200 km de Campo Grande e próxima a estrada de ferro. Já havia uma estrada até o Porto XV de Novembro no Rio Paraná, que estava na divisa com Presidente Epitácio (estado de São Paulo), o que permitiria o escoamento da produção. Em relação ao clima e à vegetação, era similar ao encontrado na região de Campo Grande, noroeste de São Paulo e norte do Paraná, onde os okinawanos haviam se adaptado bem. O solo, de terra roxa, era adequado para o cultivo de café, algodão, arroz, milho, amendoim, cebola, batatas, vegetais, abacaxi e banana, sem necessidade de irrigação. O cultivo de trigo ainda estava sendo testado.

Outro motivo para a recomendação de Mato Grosso era a existência de um plano de imigração dos próprios okinawanos estabelecidos em Campo Grande, que desejavam chamar seus conterrâneos. Tigner conta que dois okinawanos milionários já tinham expressado a boa vontade de adquirir terras em Dourados para o estabelecimento de uma colônia para okinawanos.

Os okinawanos já haviam enviado uma carta pedindo apoio ao governador de Mato Grosso em 1953, Fernando Correa da Costa. Este, por sua vez, reagiu enviando uma carta a João Neves da Fontoura, Ministro de de Relações Exteriores do Brasil, com parecer favorável ao projeto e oferecendo terras aos novos imigrantes. O governador também enviou uma carta a Tigner, ainda em 1953, solicitando apoio para a entrada de imigrantes no estado, citando que: “o meu governo está disposto a ceder terrenos para esta colonização já que os seus conterrâneos aqui residentes prometeram apoio financeiro por um período de dois anos” (Ibid., p. 440).

Em 1954, após a pesquisa de Tigner, mas antes da divulgação do relatório final, o plano estava avançando de tal forma que, naquele ano, representantes do Governo de Ryukyu e da Associação Ultramarina de Ryukyus (Hiroshi Senaga e Ichiro Inamine), chegaram a encontrar o presidente Getúlio Vargas e Fernando Nilo de Alvarenga, presidente do Conselho de Imigração e Colonização. Este, por escrito, responde que (Ibid., p. 440):

Eu considero possível alocar um grupo desses imigrantes, preferencialmente agricultores, no estado de Mato Grosso, seja como parte de um plano de colonização a ser desenvolvido no futuro ou no âmbito de um sistema de concessão de terras agrícolas.

E complementa que o governo brasileiro não poderia custear as despesas entre Japão e Brasil, mas sim o transporte em território nacional. Por fim, Alvarenga comenta que aguarda o envio de um plano detalhado. A comitiva de Ryukyu havia planejado a visita ao Brasil para tratar dos procedimentos necessários para o plano de imigração. Após essa primeira aprovação projeto, uma versão mais detalhada deveria ser elaborada pelo governo de Ryukyu, pela Associação Ultramarina e pelos okinawanos de Campo Grande, sendo enviada para os governos brasileiro e estadunidense para aprovação.

Tigner também enfatiza que, por conta da distância, o norte e o centro do Mato Grosso não seriam opções para os planos de assentamento no futuro. Entretanto, anos depois, foi o que aconteceu – famílias okinawanas foram enviadas para o norte do estado, como parte da migração CAPEM.

CAPÍTULO 4 – A PESQUISA DE JAMES L. TIGNER NA BOLÍVIA

Após passar pelo Brasil, pela Argentina e pelo Chile, Tigner chegou à Bolívia, La Paz, e entrou em contato com a Embaixada dos EUA, com o encarregado de negócios Thomas Maleady e o vice-cônsul James Quick. Estes o referenciaram para Oscar Powell, diretor da American Technical Assistance Program, com quem se encontrou várias vezes durante sua estadia para falar sobre a situação da região de Santa Cruz, a que parecia mais promissora para receber os imigrantes okinawanos.

Tabela 5 - Itinerário de James L. Tigner – Parte III: Outros países

Março/1952 ⁴⁵	Argentina Buenos Aires Cordoba, Tucuman, Salta, Resistencia, Corrientes, Santa Fe, Rosario
Abril/1952	Chile Santiago
Maior/1952	Bolívia La Paz Santa Cruz
Maior e Junho/1952	Peru Lima
Junho e julho/1952	México
Julho/1952	Retorno para os EUA
28/08/1952	Tóquio (2 dias)
Setembro/1952	Okinawa, Japão, Havaí
29/09/1952	Retorno para os EUA

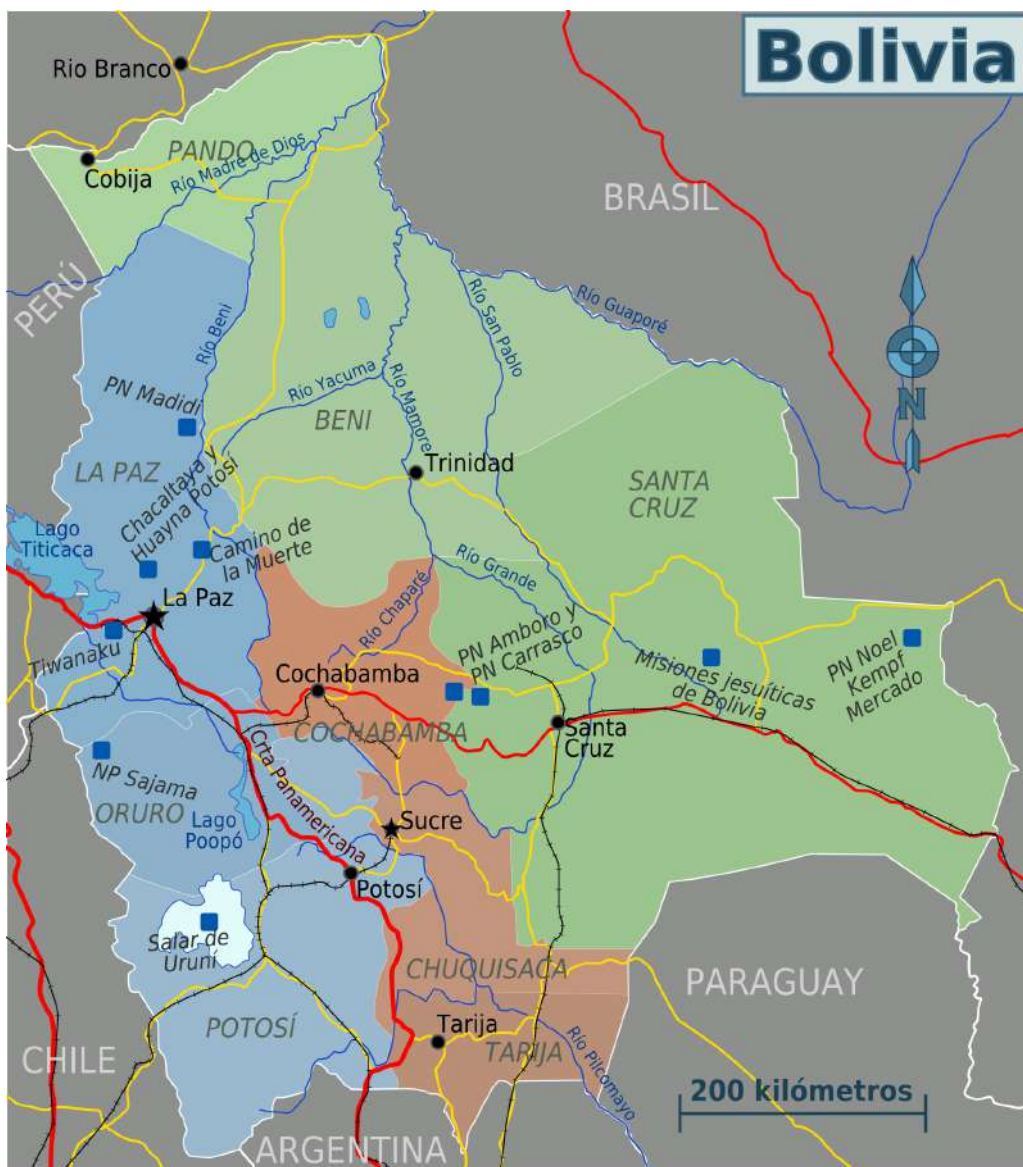
Fonte: TIGNER, 1951; 1952A; 1952B; 1953A; 1953B.

O relatório de Tigner dedica 69 páginas à Bolívia, começando por um resumo geral sobre o país e depois focando na comunidade japonesa e okinawana, através dos seguintes tópicos: Colônia japonesa (*naichi-jin* e okinawana), Resumo da população japonesa, Imigração e colonização, Organizações, Relações bolivianas-japonesas, Desenvolvimento econômico e Histórias de vida. Conclui então, falando sobre as possibilidades de colonização no Departamento de Santa Cruz. Também

⁴⁵ Período estimado a partir do relatório

inclui alguns anexos, bastante importantes, como o Plano de Colonização da Sociedade Industrial e Agrícola Uruma e um memorando enviado para USCAR em setembro de 1952, ainda durante a execução da pesquisa, recomendando o projeto de emigração para a Bolívia.

Figura 9 - Mapa das regiões da Bolívia



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/98/Bolivia_regions_map_%28es%29.png

Primeiramente, Tigner descreve as três regiões do país: Altiplano, Montaña e Oriente Boliviano, destacando o contraste entre a primeira e a última. O Altiplano faz fronteira com o Peru, o Chile e a Argentina e abrange a área da Cordilheira dos Andes, bem como as cidades de La Paz, Uyuni e Potosí. No geral, devido à altitude, a

temperatura é baixa e há pouca chuva, sendo favorecidos os cultivos de batatas e cereais, havendo a criação de lhamas, ovelhas e mulas.

Já o Oriente Boliviano, situado na fronteira com o Brasil e Paraguai, é praticamente um vasto território de planície, ocupando cerca de 60% do país, compreendendo áreas de pampas mais ao sul, como também parte da Amazônia boliviana, ao norte. Os departamentos de Santa Cruz e Beni fazem parte da região, cujas principais atividades eram: cana-de-açúcar, arroz, milho, mandioca e frutas, além de lenha e gado. Na época da visita de Tigner, os okinawanos se concentravam tanto no Altiplano quanto no Oriente.

Os primeiros okinawanos a alcançar a Bolívia foram pessoas que haviam estado no Peru, onde os imigrantes estavam sofrendo com doenças, más condições de trabalho e baixos salários. Lá, a imigração de japoneses havia começado em 1899 e a de okinawanos, em 1906, com um grupo de 36 pessoas na terceira leva da Companhia Morioka. Muitos faleceram⁴⁶ e outros partiram para países vizinhos como Argentina, Chile, Brasil e Bolívia, especialmente para trabalhar com a extração de borracha. Em 1930, ao saber da remuneração oferecida nessa atividade, o okinawano Sentei Yagi⁴⁷ partiu do Peru com um grupo de 30 conterrâneos para trabalhar como seringueiros. Arcando com os gastos do transporte, diferente de imigrantes japoneses que haviam partido anteriormente, viajaram de navio (Callao até Mollendo), trem (Mollendo até Puno), a pé (até Astillero, atravessando os Andes) e por fim, de canoa até as florestas de Madre de Dios.

Tigner conta que, apesar do isolamento, aparentemente os imigrantes não tiveram más experiências, tendo aceitado melhor as condições devido ao alto pagamento e ao caráter temporário do trabalho. No Peru, o salário médio nas plantações era de cerca de US\$0,50 por dia, enquanto que com a borracha ganhava-se cerca de US\$1,25, chegando até a US\$2,00, dependendo da quantidade de material extraído. Além disso, podiam cultivar alimentos (mandioca, milho, vegetais), o que possibilitava a economia de dinheiro. Também eram comuns a pesca e a caça de animais como porcos selvagens, macacos e pássaros.

⁴⁶ Por exemplo, do primeiro grupo de imigrantes japoneses, 124 morreram em decorrência de doenças como beribéri e malária.

⁴⁷ Yagi era graduado na Universidade de Tóquio e foi para o Peru trabalhar na empresa de imigração Companhia Meiji. Porém, devido ao baixo salário, foi trabalhar em um jornal em Lima. Yagi via seus conterrâneos sofrendo com as condições de trabalho, mas não conseguia ajudar por receber pouco. Tigner o entrevistou no Peru, onde estava vivendo em 1952.

Não há dados precisos, mas okinawanos e japoneses que trabalharam no nordeste da Bolívia entre os anos 1900 e 1915 estimavam que sua quantidade nunca passou de 500 pessoas, incluindo apenas 10 mulheres. A maioria estava empregada pela American Rubber Company, e outros em demais empresas bolivianas, alemãs e suíças, que também contratavam *mestizos* e nativos das florestas (e não das montanhas). A maioria dos cerca de 40 okinawanos permaneceram na Bolívia, ao contrário dos *naichi-jin*, que retornaram ao Japão. Estabeleceram-se próximos a Riberalta e posteriormente se dispersaram em Santa Cruz, La Paz, Oruro e Potosí.

Tabela 6 – Okinawanos e *Naichi-jin* na Bolívia (1952)

	Okinawanos	<i>Naichi-jin</i>
Issei	94 (72 homens, 22 mulheres)	195 (170 homens, 25 mulheres)
Descendentes	220	536
Total	314	731
Núcleos familiares	72	167
Esposas bolivianas	74	167

Fonte: TIGNER, 1954.

Tabela 7 – Okinawanos na Bolívia por cidade (1952)⁴⁸

Cidade	Homens	Mulheres	Nisei	Total	Núcleos familiares	Esposas bolivianas	Principais ocupações
La Paz	18	17	34	69	18	5	Mercearia, padaria, fabricação de pisco
Oruro	2	2	8	12	2	0	Salão de bilhar, bazar
Potosí	1	1	4	6	1	0	Padaria
Riberalta	36	2	144	182	36	34	Lavrador, mercearia, bazar
Santa Cruz	15	0	30	45	15	15	Lavrador, mercearia

Fonte: TIGNER, 1954.

⁴⁸ Nas cidades de Cochabamba, Trinidad e Tarija haviam alguns *naichi-jin*, mas nenhum okinawano.

Na época da pesquisa de Tigner, como se observa nas tabelas, a maior parte dos okinawanos viviam em Riberalta, La Paz e Santa Cruz. A comunidade de Riberalta foi estabelecida em 1909, e muitos dos que viviam em outras cidades haviam passado por lá primeiro. Aos poucos, além da chegada de re-imigrantes vindos do Peru, os moradores chamaram parentes de Okinawa (81 pessoas), que ingressavam no país via Chile (Arica) ou via Peru, em Guaqui.

Como em outros países da América Latina, algumas associações japonesas foram criadas. Entretanto, Tigner observou algumas particularidades na Bolívia.

A Associação Japonesa, localizada em La Paz, funcionava como uma filial da Legação Japonesa de Lima, Peru. Em 1943, contava com 130 membros. Todos os okinawanos da cidade eram membros e três faziam parte da diretoria. Tinha como objetivos: aconselhar a Legação Japonesa do Peru sobre assuntos da Bolívia, manter registros de nascimentos, óbitos e casamentos, recomendar pessoas com intenção de convidar conterrâneos para migrar do Japão, promover assistência aos membros da colônia, apoiar no assentamento e emprego dos imigrantes, promover amizade entre japoneses e bolivianos. Diferente de outras associações japonesas da América Latina, esta nunca financiou a criação de hospitais ou escolas.

Também foi criada a Associação Cultural Japonesa-Boliviana em La Paz em 1951, com o intuito de promover a integração cultural e a amizade entre os dois países, através de atividades como música, dança, teatro e literatura. Tigner comenta que foi a primeira associação do tipo que encontrou na América Latina, chamando atenção também a característica singular de aceitar membros não-japoneses.

Em relação aos okinawanos especificamente, havia uma Associação Okinawa em Riberalta, fundada em 1925, que contava com 36 membros na época da pesquisa. Em 1948 foi criada a Associação Okinawa de La Paz, com o objetivo de arrecadar fundos para enviar para Okinawa, devastada pela guerra. Algumas pessoas enviaram remessas de forma individual e continuavam enviando, ainda na época da visita de Tigner. Além de promover jantares e piqueniques, a associação também levantou dinheiro para apoiar a Sociedade Industrial e Agrícola Uruma na compra de terras em Santa Cruz.

Apesar das restrições impostas durante a Segunda Guerra Mundial, Tigner relata que as associações japonesas e okinawanas não sofreram grandes consequências. As regulações impostas aos nacionais dos países do Eixo, entre 1942

e 1945 foram: obrigação do registro de armas de fogo, proibição do uso de câmeras; necessidade de permissão policial para viajar dentro do país (1944), proibição de viagens aéreas, proibição da posse de jornais e revistas em língua japonesa e dissolução das organizações japonesas de todos os tipos. Entretanto, Tigner relata que não havia fiscalização. A Associação Okinawa de Riberalta, por exemplo, não interrompeu suas atividades. A relação com a população boliviana tampouco se tornou hostil, como observado no Brasil e no Peru.

Apesar de amenizar os efeitos da guerra no país, as histórias de vida revelam grandes efeitos nas trajetórias dos imigrantes, que relataram que o receio os levou a mudar as atividades: um vendeu a padaria e outro a casa de chá para comprarem uma fazenda e outro vendeu a padaria e se mudou para Riberalta para trabalhar como vendedor. Outro imigrante, que havia saído do Peru por conta do sentimento anti-japonês, adquiriu uma barbearia, mas a vendeu e foi trabalhar em um engenho de açúcar em Tucuman, Argentina. Retornou após a guerra e relatou ter se arrependido de ter deixado a Bolívia.

Em relação aos campos de concentração, Tigner comenta que 28 japoneses foram deportados para o campo de Crystal City⁴⁹, Texas, após a solicitação do governo dos Estados Unidos. Vários líderes de organizações estavam se escondendo, mas estes 28 jovens, nenhum okinawano, haviam se voluntariado porque desejavam conhecer os Estados Unidos. Aparentemente, não relataram lembranças negativas da experiência e um até conseguiu juntar dinheiro com trabalhos no campo e abrir um empreendimento após o seu retorno à Bolívia.

De 1945 a 1952, até o Japão ganhar de volta sua soberania, a migração de japoneses esteve a cargo do Ministério de Imigração da Bolívia, da Companhia Otagiri de Yokohama e da Legação Sueca em Tóquio. Os vistos estavam sendo concedidos facilmente para japoneses e okinawanos, sendo específicos para fazendeiros, artesãos ou técnicos, tendo como requisitos exames físicos e ausência de antecedentes criminais. O prefeito de Santa Cruz, Alcibiades Velarde, comentou que

⁴⁹ O campo de Crystal City recebeu mais de 4.000 pessoas, a maioria japoneses. No confinamento, os japoneses cultivavam hortaliças, trabalhavam nas escolas e hospitais e as mulheres trabalhavam com costura. Um texto do pesquisador Sergio Hernández Galindo (Departamento de Estudos Históricos do Instituto Nacional de Antropologia e História do México) no site Discover Nikkei aponta que “Crystal City era um dos locais onde as condições de confinamento eram radicalmente melhores – de acordo com testemunhos dos próprios prisioneiros – quando comparadas às dos outros campos de concentração”. Disponível em: <https://discovernikkei.org/pt/journal/2020/1/3/1946-crystal-city/>. Acesso em 14/01/2024.

a Bolívia era o único país da América Latina onde os japoneses podiam entrar livremente, sem rígidas condições para entrada e estabelecimento.

Outra característica singular encontrada na Bolívia por Tigner foi um alto grau de assimilação e integração dos japoneses e okinawanos, exemplificado pela grande quantidade de casamentos inter-raciais: cerca de 76% dos *isseis* e 100% dos *nisseis* okinawanos eram casados com mulheres bolivianas, que também proporcionava um círculo social mais amplo de nativos. O espanhol era usado com muito mais frequência e não havia escolas japonesas. Além do mais, em comparação com outros países, poucos okinawanos expressavam o desejo de retornar à terra natal. Sobre isto, Tigner comenta que (TIGNER, 1954, p. 481):

A adaptação singular dos membros da colônia okinawana-japonesa aos padrões culturais da cultura hispano-boliviana e o abandono de suas características nacionais criaram uma atmosfera de simpatia por eles entre a população boliviana que não há paralelos em outros países latino-americanos.

Além disso, Tigner não encontrou no país a barreira social entre okinawanos e *naichi-jin* que havia em outros países, o que também é exemplificado pela quantidade de casamentos entre os grupos. Havia também parcerias nos negócios e há igualdade na Associação Japonesa. Os bolivianos tampouco faziam distinção entre as províncias de origem dos imigrantes japoneses.

Além das informações sobre a comunidade, no relatório também há quatro histórias de vida, descrevendo a trajetória, modo de chegada ao país, atividades profissionais, atividades de lazer, educação dos filhos, entre outras informações. Um dos aspectos em comum entre os relatos é o fato de terem mudado de ocupação e até de cidade diversas vezes, seguindo o chamado de amigos ou parentes ou simplesmente arriscando na busca de empreendimentos mais rentáveis.

Devido ao objetivo de avaliar um plano de imigração para o país, um tema de extremo interesse era a sua situação econômica. Tigner coletou informações bastante detalhadas sobre os empreendimentos dos imigrantes. Na Bolívia, observou dois tipos: os moradores do Altiplano possuíam atividades urbanas, enquanto os do Oriente, atividades rurais.

Os urbanos, que se concentravam em La Paz e redondezas, possuíam atividades como mercearia, padaria e fabricação de pisco, conforme Tabela 7. A receita, o valor da empresa e a quantidade de empregados de cada um dos 18 empreendimentos dos imigrantes de La Paz é informada. As fábricas de pisco e de refrigerante chegavam a um rendimento bruto anual de mais de 12.000.000 de

bolivianos (equivalente a US\$60.000,00), possuindo mais de 20 funcionários. A média de rendimento bruto anual por família era por volta de US\$18.278,00.

Os agricultores, por sua vez, concentrados no Oriente, tinham entre os principais cultivos o arroz, o milho, a mandioca, entre outros, além da criação de gado, cavalos, porcos, frangos, patos, gansos, ovelhas e cabras. Cerca de 27 eram proprietários de terra, possuindo no total 14.050 hectares, e 18 eram arrendatários. A média de rendimento bruto anual por família era por volta de US\$1.244,00.

Tigner observa que tanto os urbanos quanto os lavradores, apesar de possuírem ganhos razoáveis, no geral, eram suficientes somente para sua subsistência, não conseguindo acumular altas fortunas como os okinawanos no Brasil. Não obstante, concluiu que havia condições extremamente favoráveis para a imigração de okinawanos para Santa Cruz, trazendo detalhes sobre a região.

Santa Cruz

Situada no Oriente boliviano, deveria ser foco da atuação do programa de imigração, por ter grande potencial de desenvolvimento, por conta da qualidade do solo, mas também por ser uma das poucas áreas consideradas disponíveis para expansão agrícola na América Latina. Tigner traz no relatório um panorama abrangente de Santa Cruz, informando características relativas a clima, relevo, vegetação, população, comércio, indústria, electricidade, água, esgoto, pavimentação, cinema, clubes, escolas e universidade, bibliotecas, hospitais, rádio, transporte, serviços postais e de telégrafo.

Para sua pesquisa, Tigner utilizou, além de suas entrevistas e observações, uma série de informações que já haviam sido coletadas por diferentes atores: oficiais do governo boliviano, a própria comunidade okinawana (Sociedade Industrial e Agrícola Uruma) e o governo dos Estados Unidos. O plano de imigração de okinawanos supria a expectativa desses atores, conforme descrito a seguir.

Na época, os Estados Unidos já haviam identificado o potencial da região e buscavam soluções para o seu desenvolvimento econômico. Em 1942, Ben H. Thibodeaux⁵⁰ (1942, p. 2, *apud* TIGNER, 1954, p. 501), economista agrícola da Missão Econômica dos Estados Unidos para a Bolívia, havia observado que:

⁵⁰ THIBODEAUX, Ben H. **An Economic Study of Agriculture in Bolivia**. 1942.

Na área de Santa Cruz nas regiões baixas, as condições de produção foram consideradas suficientemente favoráveis para justificar investimentos para a construção de meios de transporte, instalações de processamento agrícola e outras instalações necessárias para encorajar a expansão da produção agrícola. Mas esses investimentos terão de ser suplementados pela educação e pesquisa agrícola, pelo aumento da população rural local e pelas revisões das políticas tarifárias e tributárias a fim de permitir e induzir o desenvolvimento agrário. Se essas condições forem satisfeitas, é previsto que grande parte do consumo nacional de itens como açúcar, arroz, carne, madeira, frutas e vários produtos tropicais possam ser produzidos aqui em alguns anos... (p. 501)

Dessa forma, os Estados Unidos já haviam identificado alguns problemas a serem solucionados: falta de acesso à região e escassez de mão-de-obra.

Em relação ao acesso à Santa Cruz, a dificuldade se dava pela exigência de atravessar os vales que se interpunham desde o Altiplano. O caminho sinuoso e estreito possibilitava o transporte de mercadorias somente com animais de carga ou de avião, o que tornava custoso levar grandes quantidades de materiais perecíveis, como carne. No entanto, a solução estava prevista para 1953, com a finalização da estrada pavimentada entre Cochabamba e Santa Cruz, que foi concretizada somente em 1954.

A construção foi realizada por uma empresa estadunidense, ao custo de 24 milhões de dólares, sendo um terço oferecido pelo governo boliviano e dois terços pelo Export-Import Bank. Cole (1958, p. 273), descreve a inauguração como um “importante evento na história da Bolívia”. A moderna rodovia de cerca de 500km, com duas pistas, algo incomum nas estradas locais, saía da altitude de 2.400 metros de Cochabamba alcançando o seu ponto mais alto aos 3.600 metros e descendo gradualmente até chegar a Santa Cruz, a cerca de somente 300 metros acima do nível do mar. Em 1958, Cole informa que a maior parte do tráfego para o leste consistia em caminhões levando petróleo para o Brasil e, para o oeste, levando açúcar e frutas, sendo esperado que logo aumentasse a produção agrícola em Santa Cruz.

A região também tinha acesso relativamente fácil ao Brasil. A Estrada de Ferro Noroeste permitia a ligação entre a cidade de Santos (São Paulo) a estação de Porto Esperança (Mato Grosso do Sul), na fronteira. Em 1955, seria inaugurada a ferrovia ligando Corumbá (Mato Grosso do Sul) a Santa Cruz.

Em pouco tempo a região estaria sentindo os “impactos da civilização ocidental”. Até então, a área havia recebido poucos migrantes. De acordo com o Censo de 1950, os quatro departamentos no leste (Pando, Beni, Santa Cruz e Tarija), que compunham uma área maior que a França, abrigavam somente meio milhão de pessoas, dos 3

milhões de habitantes do país (COLE, 1958, p.274). Com uma grande área e pouca população, havia um potencial: “acredita-se que o futuro da nação está aqui” (TIGNER, 1954, p.465).

Sobre o problema da falta de mão-de-obra, Olen E. Leonard, do Escritório de Relações Agrícolas Estrangeiras do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos⁵¹, num estudo de 1947, além de endossar as conclusões de Thibodeaux, comenta: “Se alguém escolhesse por acaso cem fazendeiros dessa área e pedisse que indicassem o problema número um da área, é provável que 95% ou mais responderiam: a escassez de trabalhadores” (LEONARD, p. 29, *apud* TIGNER, 1954, p. 502).

Conforme já mencionado, Tigner havia encontrado Oscar Powell, diretor da American Technical Assistance Program, que, após vários estudos, havia decidido que a agência se dedicaria à expansão agrícola da região. Com a questão do transporte se resolvendo com apoio dos Estados Unidos, ainda faltava a solução da mão-de-obra, de forma que a introdução dos imigrantes okinawanos foi bem recebida por Powell. De acordo com ele, a grande população indígena do país, habituada à vida no Altiplano, não estava condicionada às mudanças na pressão atmosférica e nem ao clima quente de Santa Cruz, sendo difícil o seu estabelecimento de forma permanente. Os imigrantes europeus, por sua vez, “se mostraram incapazes de suportar o isolamento e o caráter primitivo da fronteira. Os okinawanos, por outro lado, alcançaram notável sucesso nas mesmas áreas selvagens onde os europeus haviam falhado”.

O apoio também foi assegurado por J. Howard Craven, da Administração de Cooperação Técnica dos Estados Unidos, em uma carta enviada a Tigner em janeiro de 1953. Craven informa que o programa de apoio técnico, executado pelo governo da Bolívia, incluía um centro de saúde e uma estação de experimentos agrícolas, além de estar sendo planejado um centro de cooperação técnica com uma escola profissionalizante. Ele garantiu: “membros da proposta colônia, como parte da população de Santa Cruz, automaticamente serão contemplados com muitos de nossos serviços como os outros residentes da região” (TIGNER, 1954, p. 502).

Powell chefiava a seção de agricultura do programa Ponto Quatro. Instituído pelo Presidente Harry S. Truman em 1949, tinha como objetivo promover assistência

⁵¹ LEONARD, Olen E. **Santa Cruz: A Socioeconomic Study of na Area in Bolivia**. Washington, D.C., 1948.

técnica e ajuda econômica a países subdesenvolvidos de vários continentes, especialmente nas áreas de agricultura, saúde pública e educação. Em alguns casos, agências das Nações Unidas ficavam a cargo da assistência técnica, mas na maioria das vezes esta era fornecida pelos EUA, através de suas empresas e organizações educacionais⁵². Na América Latina, os investimentos se davam principalmente na assistência técnica na área da saúde e no treinamento profissional (MOURA, 2021).

Considerava-se que a necessidade urgente em povoar o Oriente com mão-de-obra migrante se dava principalmente por questões econômicas. Até então, a Bolívia importava grande parte dos alimentos e matérias-primas, como arroz, açúcar e óleos vegetais, que chegavam através da costa do Pacífico. A produção de minérios, como estanho, que era a maior fonte de renda do país, estava diminuindo, o que afetaria também a quantidade de alimentos que poderia ser adquirida.

Por séculos, a principal atividade do país foi a mineração. Desde a chegada dos colonizadores, no século XVI, a Bolívia, que era parte do Vice-reino do Peru, tinha papel central como fornecedor de prata. A cidade de Potosí chegou a concentrar 160 mil pessoas, uma população equivalente à de capitais europeias como Londres (GALEANO, 2012a, p.40), até chegar a decadência. No final do século XIX, a borracha e o guano adquiriram importância. No século XX, o estanho se tornou o principal produto de exportação da Bolívia, chegando a atingir 75% das exportações do país (FUSER, 2016, p.15), até a decadência da *commodity* nos anos 1950. Neste século, também houve a ascensão dos hidrocarbonetos, que se tornaria produto essencial na economia da Bolívia, através da entrada da empresa estadunidense Standard Oil, que foi peça-chave em vários momentos da história do país (como na Guerra do Paraguai e em 1937, quando foi reivindicada a sua nacionalização).

Economia e reforma agrária

Tigner explica que a dependência extrema das exportações de minerais trazia vulnerabilidade econômica ao país, já que parte dos alimentos era importada e não havia excedente para investimento em outras áreas, como a indústria. Além disso, no pós-guerra, houve a queda dos preços dos minérios, aumento do custo de produção e redução de compradores no comércio internacional. Os EUA anunciaram em

⁵² Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Point-Four-Program>. Acesso em: 10/12/2023.

outubro de 1953 que ofereceriam 9 milhões de dólares de auxílio para o país sair da crise.

Por esse motivo, o governo boliviano, na figura do presidente Victor Paz Estenssoro, que havia acabado de subir ao poder com a Revolução de 1952, também tinha como um dos objetivos principais a reforma agrária e o desenvolvimento econômico da região.

A primeira reforma agrária do país havia sido realizada logo após a independência em 1825, quando foi criada a primeira Constituição, seguida por outra reforma em 1874. Ambas tinham o objetivo de liberalizar e modernizar a agricultura tradicional, sendo um dos instrumentos as tentativas de desapropriação dessas terras, conhecidas como *ayllus*, por parte das oligarquias (MORALES, 2010, p. 152). Os *ayllus* eram comunidades indígenas, tradicionais e auto-governadas, baseadas num sistema de agricultura coletiva, especialmente de batatas e grãos cultivados em terras altas. De acordo com Bauer, citado por Bértola e Ocampo (2010, p. 130), “as comunidades indígenas detinham no mínimo 50% da propriedade da terra em 1860”.

Rivera Cusicanqui (2010) afirma que em vez de liberalizar e modernizar, a reforma de 1874 (Lei de Exvinculación), na verdade cancelava a reforma liberal e marcava um processo de recolonização das terras indígenas com a expropriação de terras comunitárias aliada à expansão do latifúndio oligárquico. Para se ter uma ideia das consequências das reformas após algumas décadas, Baptista Gumucio (1996, p. 76) informa que: “Según cifras de Herbert Klein, de 250.000 indígenas comunales que había al comenzar el siglo XX, hacia 1930 no quedaban más que 50.000 en 500 ayllus. La voracidad latifundista había hecho su trabajo”. Não somente a questão da distribuição da terra era relevante, mas também a forma como a economia e o mercado de trabalho eram estruturados como um todo. Essas comunidades eram algumas mais ou menos autônomas que outras e muitas pessoas dependiam de outros trabalhos externos para garantir sua subsistência.

Rivera Cusicanqui afirma que as oligarquias bolivianas eram arcaicas e pré-capitalistas, pois haviam deixado de lado as atividades comerciais e manufaturas do século XVI, dedicando-se à expropriação de terras enquanto a exploração dos produtos primários ficava sob controle do capital estrangeiro, renovando sua condição colonial. Tal concentração de renda e poder limitava a estruturação de uma burguesia nacional no século XIX, uma vez que o mercado interno também era restrito e atrasado. Sobre esse tema, Rivera Cusicanqui observa que esse mercado interno estava a

cargo das populações indígenas e mestiças que contavam com redes urbanas-rurais que ultrapassavam fronteiras de países, por onde circulavam as mercadorias e pessoas. Assim, estariam elas dentro de uma condição moderna indígena e própria, ao contrário das elites que estavam limitadas às práticas coloniais de exploração (Rivera Cusicanqui, 2010, p. 62).

Após a crise de 1929 e a Guerra do Chaco em 1932, a crise econômica e social no país se intensificou. A Bolívia era extremamente dependente das exportações e sofreu com a queda de preços dos produtos primários. Após sucessivas crises e golpes nas décadas de 30 e 40, ocorreu a Revolução de 1952, que terminou com a ascensão do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), partido que, apesar de possuir uma base ampla e popular, formada por diversos setores, como camponeses e mineiros, era centrado em burocratas ligados à elite política burguesa, nacionalistas e militares.

Uma das grandes reformas reivindicadas pelos setores revolucionários, especialmente os camponeses, foi a reforma agrária. Antes da reforma, cerca de 6% dos proprietários possuíam 90% das terras (ANDRADE, 2007, p. 69). Em 1950, cerca de 72% da população economicamente ativa, em sua maioria indígenas, trabalhava na agricultura (MORALES, 2010, p. xxxiii).

Inicialmente, o MNR defendia uma reforma mais limitada e conservadora, que acabou perdendo espaço para os interesses dos camponeses e do Partido Obrero Revolucionario (POR), que conseguiram impor o seu programa devido à pressão no campo e à necessidade do MNR de buscar bases de apoio político. Entre as medidas aprovadas, estava a previsão da propriedade capitalista mecanizada, o estabelecimento do tamanho da propriedade conforme a região (10 hectares no altiplano e 6 nos vales), a implementação de uma área escolar e uma de trabalho cooperativo em cada ex-latifúndio, a legalização da sindicalização campesina (proibida desde o governo Busch) e a instauração do Serviço Nacional de Reforma Agrária (BAPTISTA GUMUCIO, 1996, p. 204). Entretanto, a lei assinada em 1953 definia também um aparato burocrático que dava margem à manipulações e relações personalistas, que culminaram em demorados processos de desapropriação.

Outra medida trazida pela reforma foi a tentativa de eliminação da “pongueaje” (colonato), relações semi-servis, caracterizadas pela prestação de trabalho compulsório e dependência pessoal do trabalhador (geralmente indígena-camponês)

diante do patrão. Entretanto, esse tipo de trabalho ainda prevaleceu durante as décadas posteriores.

Houve também a distribuição de terras fiscais (minifúndios ou pequenas parcelas de três a dez hectares) aos camponeses, especialmente em regiões mais distantes. Com a reforma agrária, 24 milhões de acres foram distribuídos para 237 mil famílias (MORALES, 2010, p. xxxiii). A maioria das terras cedidas aos camponeses não podia ser vendida, era intransferível e inalienável, e pertencia juridicamente ao Estado. Em paralelo ao incentivo ao minifúndio camponês, o Estado criou meios de proteger a média empresa e a empresa agropecuária, caso tivessem função econômica e social, interpretação que deu brecha para a permanência do latifúndio (GIL, 2017, p. 62).

Assim sendo, a reforma agrária teria mantido um duplo aspecto: de um lado, o minifúndio camponês, caracterizado pela agricultura de subsistência, com trabalho familiar e baixa produtividade, que fazia com que fosse necessário ter outra fonte de renda secundária, incentivando os movimentos migratórios para cidades. De outro lado, havia o latifúndio, uma empresa agrícola relativamente moderna, com trabalho assalariado e semi-assalariado, especialmente no leste do país, no departamento de Santa Cruz de la Sierra, onde estavam as terras mais férteis.

Dessa forma, o MNR encontrou uma forma de se alinhar entre dois pólos de interesses distintos, mantendo-se no poder. Conforme Baptista Gumucio (1996, p. 206), “los indígenas dejaron de ser, en su mayoría, una fuerza revolucionaria para pasar a ser, en cambio, una fuerza estabilizadora interesada en la conservación de sus micropropiedades privadas”. Como nas reformas agrárias anteriores, houve a tentativa de extinguir a propriedade coletiva e comunal e assim a vida comunitária e os valores tradicionais ligados a ela, dentro de um contexto de integração dos cidadãos ao projeto nacional.

Em relação às grandes propriedades, o Estado, visando um desenvolvimento capitalista no campo, tentou implantar uma política de substituição de importações, especialmente de produtos agrícolas e agroindustriais. A classe burguesa agrário-comercial e agroindustrial se fortaleceu após a revolução de 1952 com o incentivo do Estado (GIL, 2016, p. 67) e o aumento das exportações, principalmente de produtos como algodão, açúcar e álcool.

Cabe ressaltar que na América Latina como um todo, as políticas de substituição de importações e os incentivos para industrialização no pós-guerra não

aboliram o caráter primário-exportador dos países. Conforme Bértola e Ocampo (p. 168):

as exportações continuaram desempenhando um papel fundamental, não apenas como fonte de divisas em todos os países e de financiamento governamental nos de vocação extrativa mineral, mas também para o crescimento econômico de várias das economias da região.

Dessa maneira, teria surgido um modelo misto, de substituição de importações com estímulo de exportações e integração regional. A modernização aconteceu ao mesmo tempo na indústria e no campo. Entretanto, em relação à América Latina como um todo, a Bolívia seguiu uma tendência contrária, tendo um crescimento da indústria manufatureira bem abaixo do registrado da América Latina e, ao mesmo tempo teve um aumento da participação do setor agropecuário no Produto Interno Bruto (PIB).

Tigner diz que Arnaude de Saucy, que era ligado à ONU e também Conselheiro do Ministério da Imigração da Bolívia, possuía experiência com a administração de Estenssoro, e expressava otimismo em relação à imigração okinawana, já que ele estaria realmente interessado em avançar na “marcha para o leste”.

Tigner também encontrou o prefeito de Santa Cruz, Alcibiades Velarde, nomeado por Estenssoro, que afirmou estar disposto a receber uma quantidade ilimitada de okinawanos na região. Da mesma forma, Edmundo Sanchez, gerente regional do Banco Agrícola de Santa Cruz, disse que daria todo o apoio necessário para a expansão da “Colônia Uruma”.

Colônia Uruma

Por fim, além dos interesses do governo dos EUA e da Bolívia, a imigração okinawana também era de grande interesse para a comunidade, que havia criado um projeto que já estava em andamento, através da Sociedade Industrial e Agrícola Uruma, fundada em 1949 por 16 okinawanos de Santa Cruz e Riberalta, todos eles agricultores. Já haviam adquirido 12.500 hectares em Santa Cruz (província Ñuflo de Chávez) e iriam receber mais 50 mil do governo. O objetivo era concretizar o plano de colonização que trouxesse 2.500 famílias (10 mil pessoas) de Okinawa em 10 anos, visando a produção em alta quantidade de algodão, milho, mandioca, arroz e outros cereais.

No documento criado pela Sociedade e anexado no relatório de Tigner, assinado por José Akamine, presidente, é descrito que até aquele momento: já possuíam 4 construções (casas e anexos), estavam cultivando algodão, milho, mandioca, banana e tabaco, totalizando 53 hectares, e havia 40 trabalhadores (25 bolivianos e 15 japoneses). Também possuíam gado, porcos, cavalos, galinhas e patos. Com a chegada dos novos imigrantes, a expectativa era aumentar a área de cultivo e a quantidade de produtos.

O plano, datado de julho de 1952, solicitava empréstimo para a aquisição de equipamentos agrícolas e mais de 26 milhões de bolivianos de ajuda econômica, conforme tabela abaixo (TIGNER, 1954, p. 516):

Tabela 8 – Solicitação de ajuda econômica para a Sociedade Industrial e Agrícola Uruma (1952)

Moradia	25.000.000
Suprimentos médicos	200.000
Despesas gerais (caixas de armazenamento, poços etc)	300.000
Escola primária	250.000
Estrada até a rodovia	150.000
Estradas vicinais (50km)	150.000
Igreja	300.000
Total	26.350.000⁵³

Fonte: TIGNER, 1954.

Além disso, a Sociedade solicitava apoio técnico e aconselhamento, transporte de Okinawa até Santa Cruz e empréstimos para as famílias arcarem com despesas pessoais, que teriam como fiadora a Sociedade.

Por fim, ficou acordado o papel dos três atores do projeto de imigração: os Estados Unidos depositariam 25.350.00,00 bolivianos no Banco Central da Bolívia, a Bolívia concederia vistos sem custos no Consulado de Tóquio e isenção de taxas de importação de máquinas agrícolas e a Sociedade Uruma faria um depósito US\$138.684,00 e arcaria com moradia, terras aráveis, comida e cuidados médicos.

⁵³ Em um documento de 1954 o valor total foi atualizado para 41.150.400,00 bolivianos

No memorando de 1952, assinado por Paul H. Skuse (Chefe da Divisão de Segurança Pública do Departamento Governamental e Jurídico - USCAR) e James Tigner, antes da entrega do relatório final (1954), eles recomendam para a USCAR que o plano seja colocado em prática rapidamente, pelos seguintes motivos (Ibid., p. 519):

- 1) O governo japonês está interessado em colonizar a região de Santa Cruz. Ação imediata é necessária para preservar a oportunidade para imigrantes okinawanos.
- 2) Acredita-se que o governo boliviano esteja mais ansioso para admitir ryukyuanos no presente momento. Deve-se aproveitar a vantagem essa atitude amigável prevalecente.
- 3) Cem mil acres de terra governamental livre no Departamento de Santa Cruz foram disponibilizados para futuros imigrantes ryukyuanos.
- 4) A época de plantio para a maioria dos cultivos é no período outubro-novembro o que torna aconselhável que o primeiro grupo de emigrantes parta de Okinawa antes de 1º de maio de 1953. Dois meses devem ser alocados para a viagem e três meses para limpar a terra e construir as instalações para o dia-a-dia.

O próximo passo seria a aprovação formal do governo boliviano, uma vez que José Akamine possuía apenas a confirmação local do governo de Santa Cruz e o apoio verbal do Ministério da Agricultura. Após obtida, os documentos deveriam ser enviados para a USCAR e para o Departamento de Estado dos Estados Unidos, para medidas diplomáticas.

Outra medida seria a arrecadação de verba para o projeto, uma vez que a USCAR dispunha de orçamento limitado, a ideia seria uma campanha publicitária voltada aos imigrantes vivendo no exterior, tanto na América Latina quanto no Havaí e nos Estados Unidos continental. Além disso, no memorando Tigner e Skuse dão a ideia de enviar um primeiro grupo formado somente por homens, com transporte subsidiado, para que estes, após algum tempo de trabalho, trouxessem a família por conta própria. Além disso, neste formato, num primeiro momento seria possível extrair o máximo da força de trabalho e economizar, sem a urgência de construir escolas e acomodações familiares.

CAPÍTULO 5 – A PESQUISA DE JAMES L. TIGNER: PARTE FINAL

Além do Brasil e da Bolívia, Tigner passou pela Argentina, Chile, Peru e México, conforme a Tabela 5. Em todos os países, ao chegar, o primeiro encontro se dava com representantes da Embaixada ou Consulado dos Estados Unidos, onde se informava sobre as condições gerais do país, da comunidade japonesa e okinawana e apresentava a sua pesquisa. Os representantes, por sua vez, lhe forneciam informações, em maior ou menor grau de detalhamento, às vezes dando recomendações e contatos com pessoas que pudessem apoiar de alguma forma.

Na Argentina, a ideia era permanecer na cidade e na província de Buenos Aires, onde ficou duas semanas. Entretanto, após a constatação de que havia quantidade considerável de okinawanos nas províncias do norte, próximas à Bolívia, Tigner decidiu empreender quatro semanas em Córdoba, Tucuman, Salta, Resistencia, Corrientes, Santa Fe e Rosario, onde encontrou associações japonesas e okinawanas. A recepção de trabalhadores seria favorável, devido à falta de mão-de-obra no campo, consequência da política de industrialização do governo. Entretanto, havia alguns impeditivos, como o alto preço da terra e a obrigatoriedade de implantar sistema de irrigação em algumas áreas do país. Tigner concluiu que, dentro das atuais condições, o país poderia continuar recebendo imigrantes por chamado e talvez um plano de colonização em pequena escala no futuro.

No Chile, a estadia foi breve pois havia somente seis okinawanos de primeira geração e todos disseram ter a intenção de deixar o país, devido à falta de oportunidades e à dificuldade de ganhar dinheiro, não recomendando a instalação de conterrâneos no local, tampouco expressando a intenção de chamar parentes. Diferentemente de outros países, os trabalhadores japoneses e okinawanos não se dedicavam à agricultura, mas eram profissionais liberais. Os cinco homens okinawanos eram barbeiros e uma mulher, viúva, era proprietária de um bazar.

No Peru, o encontro com os oficiais da embaixada dos EUA, revelou que, naquele momento, um plano de imigração para o país não seria adequado, apesar do potencial agrícola de áreas baixas ao leste dos Andes e a oeste da bacia amazônica. O sentimento anti-japonês, especialmente em nível governamental, ainda permanecia. Antes da Segunda Guerra Mundial, o grupo já era conhecido pelas dificuldades de assimilação, o que se agravou com a ruptura do Peru e os países do Eixo, que acabou

resultando no envio de 1.771 japoneses para campos de concentração nos Estados Unidos (cerca de 50% eram okinawanos) (TIGNER, 1954, p. 623)⁵⁴.

No México, havia poucas famílias okinawanas, concentradas no Distrito Federal (atual Cidade do México). A imigração em geral era desencorajada, devido à falta de terra arável e ao excesso de mão-de-obra, exemplificado pela quantidade de pessoas que se viam obrigadas a deixar o país em direção aos EUA. Apesar de não haver um sentimento anti-nipônico perceptível, provavelmente seriam priorizados os trabalhadores europeus no caso de incentivo à imigração de mão-de-obra qualificada. A possibilidade, naquele momento, seria a imigração por chamado.

No relatório, também foram consideradas as situações de outros países: Equador, Colômbia, Venezuela, Costa Rica, Guatemala, Panamá, Honduras, El Salvador e Cuba. Porém, Tigner conclui de forma veemente que “não existem oportunidades para imigração de ryukyuanos e *naichi-jin* no norte da América do Sul ou na América Central em 1952, e nem é provável que surjam num futuro próximo” (Ibid., p. 647).

Finalizada a pesquisa, Tigner retornou para os EUA e logo foi convocado para viajar para Okinawa para apresentar os resultados. No caminho, permaneceu dois dias em Tóquio, onde coletou dados sobre imigração okinawana para a América Latina no pré-guerra, fornecidos por Mitsuma Nagamine, Diretor da Biblioteca de Pesquisa Científica da Universidade de Tóquio e também por George H. Kerr, que estava no local concluindo sua pesquisa sobre história de Okinawa. Também buscou informações sobre os projetos de emigração e colonização em planejamento pelo governo japonês.

Okinawa, a província da imigração

Em Okinawa, a população estava ansiosa para migrar. Se, antes da guerra, era uma das províncias que mais enviavam emigrantes, depois da guerra, a situação se agravou. John A. Swezey, Chefe de Alfândega e Imigração da USCAR, diz em entrevista a Tigner (setembro de 1952) que mais de 172 mil okinawanos haviam se

⁵⁴ No Peru, também foi criada a organização Shindo Renmei, que consistia em três organizações distintas: Kodo Renmei, Aikoku Doshi Kai e Yamato Minzoku. Como no Brasil, se baseavam no nacionalismo japonês e lealdade ao imperador e acreditavam na vitória do Japão na guerra. Cerca de 90% dos 1.100 a 1.200 membros eram okinawanos.

registrado para se candidatar à emigração para a América do Sul (Ibid., p. 49). Tigner argumenta que os problemas de Okinawa eram históricos, tendo sido herdados pela administração dos EUA. Falta de terra arável, solo pobre, e recursos naturais escassos afetavam a população há gerações. Informa que durante o “período japonês” (1878-1945), Okinawa era a província mais pobre, tendo sido beneficiada pela migração para manter o controle da população.

O processo de imigração realizado antes da guerra, com subsídios, havia sido suspenso com a ocupação dos Estados Unidos, especialmente devido à falta de verba. O processo de imigração por chamado andava a passos lentos, sobretudo pelas consequências da Segunda Guerra Mundial e restrições à migração de japoneses feitas pelos governos da América do Sul, como também pela falta de dinheiro da população para viajar. Até a publicação do relatório final de Tigner, a quantidade de imigrantes era bastante escassa, com exceção da Argentina (Ibid., p. 437):

Tabela 9 – Quantidade de imigrantes okinawanos em 20/11/1953

	1948	1949	1950	1951	1952	1953	Total
Argentina	33	118	303	653	270	127	1.504
Peru	1	4	10	15	4	-	34
Brasil	-	5	5	33	75	171	289
México	-	1	2	-	-	-	3
Bolívia	-	-	-	3	49	-	52

Fonte: TIGNER, 1954.

Como forma de retomar a imigração, em setembro de 1948 a Associação Ultramarina de Okinawa (Okinawa Kaigai Kyokai) foi reestabelecida, sendo renomeada como Associação Ultramarina de Ryukyus em 1953. Os objetivos eram (Ibid., p. 436):

- 1) Estabelecer e conduzir programas de orientação para emigrantes.
- 2) Cooperar com o governo das ilhas Ryukyu e a USCAR na administração dos programas de emigração.
- 3) Continuar a emigração através da cooperação e coordenação com os ryukyuanos nos países estrangeiros.
- 4) Promover relações culturais entre os ryukyuanos e países estrangeiros.

Além disso, a Associação produzia o boletim *Yūhi*, distribuído em Okinawa e nas comunidades no exterior.

Recomendações de Tigner

Em Okinawa, Tigner apresentou duas propostas principais: o projeto de colonização em Santa Cruz (Bolívia), descrito anteriormente e que deveria ser posto em prática o mais rápido possível, e a criação de um Banco de Emigração em Okinawa.

O Banco de Emigração seria útil, por exemplo, nos casos de migração por chamado em que nem os imigrantes estabelecidos e nem os candidatos a migrar não tinham condições de pagar a passagem. Na Argentina, por exemplo, as terras eram caras e a comunidade não tinha condições de adquiri-las, como na Bolívia, mas tinham condições de oferecer outros tipos de apoio, como moradia. Se fosse possível utilizar empréstimos do banco para adquirir passagens, tal modalidade poderia ser implementada mais facilmente.

De fato, o Banco de Emigração foi estabelecido em novembro de 1953 pelo governo de Ryukyu, conforme Tigner descreve no relatório final datado de 1954. Com o subsídio de 200.000 ienes, tinha o objetivo de atingir 500.000 ao ano. Também havia a expectativa de angariar fundos através de taxas para membros da associação e contribuições voluntárias. O propósito era de “financiar o fundo necessário para o transporte dos emigrantes e que é difícil de ser financiado pelos bancos e outras instituições comuns”, implementando juros de 6% ao ano. (Ibid., p. 499).

Imigração como solução econômica

Uma das maiores preocupações dos Estados Unidos era a verba dispendida para o plano de imigração, de forma que Tigner buscava alternativas para torná-la menos custosa (TIGNER, 1953, p.126):

Superpopulação, falta de recursos naturais, uma economia devastada pela guerra e a atual pressão do programa de construção das forças armadas dos EUA nas ilhas Ryukyu criaram encargos à United States Civil Administration e ao contribuinte americano. Um extenso programa de emigração oferece uma grande contribuição para a solução dos existentes e potenciais problemas que afetam nossos interesses nacionais aqui”.

Assim, Tigner incentivava a migração por chamado, recorrente no pré-guerra, para que os próprios imigrantes estabelecidos se responsabilizassem pelos recém-chegados. Os imigrantes apoiaram essa ideia, na medida em que permitiria fazer com que seu parente chegasse mais rápido. No caso de um plano de imigração em forma de colônia, como a Colônia Uruma ou a de Campo Grande, sugeria que a imigração por chamado poderia ser concomitante à subsidiada. Outra recomendação de Tigner foi o início pela imigração de homens chefes de família, para que estes juntassem dinheiro e arcassem com os custos do transporte dos demais.

Além disso, os Estados Unidos, ao cogitar o envio de imigrantes, um dos objetivos era obter o dinheiro das remessas que estes enviavam à terra natal para ajudar a família. Já era uma prática comum antes da guerra, mas com a Batalha de Okinawa e a destruição da ilha, muitos enviaram doações para as iniciativas de socorro às vítimas, como também remessas de forma individual. Porém, a arrecadação havia sido prejudicada pelos vitoristas, que acreditavam que o dinheiro estava sendo desviado para os Estados Unidos, resultando no envio de doações por apenas uma parte da comunidade.

Em Lins, por exemplo, Tigner descreve que famílias okinawanas ligadas à Associação Cultural e Beneficente de Okinawa de São Paulo enviaram cerca de US\$16.500,00 para Okinawa através das iniciativas de socorro. Estima-se que o mesmo montante tenha sido enviado de forma individual, diretamente para Okinawa (TIGNER, 1954, p. 242).

Entretanto, esse tema não era tratado abertamente durante a pesquisa. Em relação aos encontros com as autoridades informa que: “Nas minhas conversas com brasileiros, nunca foram feitas referências sobre nosso interesse na imigração ou nas remessas; esta eu considero uma medida necessária de precaução” (TIGNER, 1952a, p. 20). 2

Rede transnacional de okinawanos

É interessante que, apesar de não utilizar o termo, Tigner já tenha identificado uma rede transnacional de okinawanos e a tenha instrumentalizado, recomendando a sua mobilização para arrecadar fundos. Diferente da rede existente atualmente, que se utiliza da internet, participação em grupos artísticos e bolsas de estudo em Okinawa

(SOUZA, 2009), a comunidade okinawana do século passado era construída e fortalecida através de relações de parentesco e amizade, especialmente através dos convites para migrar e do apoio aos imigrantes recém-chegados.

Entre os entrevistados, especialmente nas descrições de histórias de vida, verifica-se uma grande flexibilidade dos okinawanos, que descreveram inúmeros movimentos de migração desde a saída de Okinawa. Muitos passaram por mais de um país (como Peru e Argentina) e por diversas cidades e ocupações, modificando o cultivo conforme a necessidade (de café para algodão ou para verduras) e de atividade (de lavoura para extração de borracha), contando com o apoio de conterrâneos que indicavam atividades mais lucrativas, como cultivos mais rentáveis ou ocupações urbanas específicas.

O fundador da Associação Okinawa e o okinawano mais conhecido na América Latina, de acordo com Tigner, Josei Onaga (ou Sukenari Onaga), possui uma trajetória interessante, diferente de muitos okinawanos, mas ainda assim com inúmeros deslocamentos. Migrou de Okinawa para o Peru (Lima) em 1912, onde ficou apenas dois meses, mudando-se para a Bolívia (Riberalta) através dos Andes, para trabalhar na extração de borracha. Passou a trabalhar como engenheiro em um barco transportador de borracha e partiu em direção ao Rio de Janeiro, através do Rio Amazonas. Durante os quinze meses que passou na capital, trabalhou como servente e empregado em uma companhia de energia elétrica, mudando-se para São Paulo para trabalhar em um matadouro e em uma companhia telefônica. Partiu para Campo Grande (Mato Grosso), onde foi empregado em um bar de um amigo e depois foi para Aquidauana, onde trabalhou como agricultor, mas não obteve sucesso. Por fim, retornou para São Paulo, onde contribuiu para o jornal Burajiru Jiho. Nessa época fundou a primeira Associação Okinawa (1919) e dedicou esforços para retomar a imigração okinawana (1926). Trabalhou no Consulado do Japão e com indicação do cônsul se tornou secretário executivo do Dojin Kai, agência de orientação aos imigrantes na área de saneamento. Deixou o local e fundou o jornal Nippon Shinbum, onde trabalhou até se aposentar. Na época da pesquisa de Tigner, trabalhava como despachante.

Provavelmente, esses deslocamentos permitiram o fortalecimento de uma rede que existia desde Okinawa, baseada em laços familiares e comunitários. Tigner cita algumas vezes a existência de uma “assistência mútua” que permitiu os okinawanos sobreviverem em épocas de crise. E essa disposição poderia ser mobilizada para o

financiamento da imigração, uma vez que também era do interesse urgente trazer os parentes para perto de si ou simplesmente apoiar os conterrâneos, como haviam feito com o envio de socorro às vítimas da guerra. Tigner recomenda a criação de publicidades a serem enviadas por correspondência para a América Latina e América do Norte, a fim de divulgar a colônia na Bolívia e angariar fundos. Caso falhasse, o próximo passo poderia ser o envio de uma missão com dois okinawanos renomados, para levantar fundos. Os resultados negativos da primeira tentativa serviriam para “revelar as causas da aparente falta de entusiasmo entre os okinawanos ultramarinos e esta experiência poderia ser utilizada pela missão para determinar a abordagem psicológica mais efetiva para o problema” (TIGNER, 1954, p. 519).

Amerika-yū: Okinawa americana

Em 1951, quando Okinawa estava sob ocupação estadunidense, Tigner encontrou na América Latina uma comunidade okinawana que era japonesa, que havia sido educada seguindo os preceitos da educação nacionalista estabelecida na era Meiji. O melhor exemplo é a participação ativa de okinawanos em grupos vitoristas, que eram leais ao Japão e ao imperador. Outro exemplo é o desconhecimento dos brasileiros em relação às diferenças entre okinawanos e *naichi-jin* e a uma vida comunitária que por vezes se misturava, variando conforme a cidade e país. Na Bolívia, não foram encontradas distinções entre os grupos, enquanto que em algumas cidades de São Paulo, os grupos quase não se misturavam.

A bibliografia sobre história da imigração japonesa do pós-guerra pouco diferencia estes grupos, conforme citado anteriormente. Entretanto, a pesquisa de Tigner propõe um projeto de imigração okinawana no pós-guerra que é apartado e até concorrente com a imigração japonesa. No Brasil, por exemplo, havia cotas para imigrantes antes da guerra (TIGNER, 1954, p. 41). Caso o fluxo fosse retomado, havia o perigo dos okinawanos não serem incluídos nas cotas para os “japoneses”.

A urgência por desenvolver a emigração das Ryukyus não pode ser superenfatizada. O Japão, que agora enfrenta o mais crítico problema de superpopulação na história da nação, está buscando desesperadamente encontrar destinos na América Latina. Ryukyuanos estão, assim, competindo com os japoneses, cujo governo está agora trabalhando agressivamente em diversos projetos de colonização na área. A menos que passos sejam dados rapidamente pelo nosso governo a este respeito, as oportunidades de emigrar para países da América Latina serão perdidas para os Ryukyuanos. Isto é bem exemplificado pelos planos de colonização do Brasil-Japão

concluídos recentemente que não oferecem provisão para Ryukyuanos. Cópias destes planos estão em anexo (TIGNER, 1953b, p. 126).

Outro aspecto da pesquisa é a propaganda estadunidense contida nas palavras de Tigner, que por vezes exalta os feitos de seu país, como na construção da rodovia na Bolívia: “Entretanto, até que uma adequada rodovia fosse construída para ligar os centros consumidores do Altiplano isto não era viável. Hoje, como resultado do apoio dos Estados Unidos à Bolívia tal rodovia existe” (TIGNER, 1954, p. 468). Outro exemplo se refere aos campos de concentração para japoneses durante a guerra, comentando que os 28 *naichi-jin* enviados da Bolívia tiveram uma experiência positiva (Ibid., p. 482):

Os japoneses da Bolívia foram enviados para um campo de internamento em Crystal City, no Texas, e todos que foram parecem ter lembranças agradáveis da experiência. Na verdade, aqueles que se esconderam agora expressam arrependimento de o ter feito.

Além disso, dá o exemplo de uma pessoa que antes da guerra era pobre, e que na época da visita de Tigner era um proeminente empresário, pois havia juntado dinheiro ao trabalhar no campo. Tigner também comenta que “aqueles que tinham negócios na época da deportação não sofreram perdas apreciáveis, já que parentes ou amigos operaram os seus estabelecimentos durante a suas ausências” (Ibid., p. 482).

Por fim, Tigner demonstra uma profunda preocupação com a ameaça comunista. Um dos motivos para fomentar a imigração de okinawanos era evitar o descontentamento dos jovens, uma vez que a expansão das bases militares retirava as perspectivas de futuro:

Os okinawanos são tradicionalmente agricultores e a posse de terra é um dos seus mais estimados desejos na vida. Okinawa, com sua população crescente e áreas de terra disponível decrescentes, oferece cada vez menos futuro para a população agricultora. Inquietação e insatisfação inevitavelmente vão acompanhar o declínio das perspectivas de posse de terra e o desaparecimento das esperanças de uma adequada subsistência, particularmente entre a juventude de Okinawa. Uma vez que os Comunistas apelam à juventude de uma nação, e com aparente sucesso em várias áreas dominadas pelo Comunismo, a juventude de Okinawa representa um elemento potencialmente vulnerável da população. As perspectivas de obter grandes extensões de terra livre em uma comunidade distante como conhecido pelo programa de emigração dará uma nova esperança para a juventude e neste sentido serve para lidar com seu descontentamento e suscetibilidade às falsas promessas de remuneração do Comunismo (TIGNER, 1953b. p. 139).

A preocupação também se manteve durante as entrevistas na América Latina, uma vez que várias histórias de vida dos imigrantes traziam o assunto à tona, possivelmente sendo respostas a indagações do próprio Tigner. Na Bolívia, dois imigrantes relataram ser anticomunistas e desejavam que os Estados Unidos mantivessem a ocupação para proteção. Da mesma forma, no Brasil, vários se diziam anticomunistas e alguns iam além:

Ele entende a ameaça representada pela conspiração comunista e aprova a ação dos Estados Unidos na Coreia por causa da potencial ameaça comunista para o Japão e Ryukyu. Além disso, ele defende uma guerra preventiva pelas Nações Unidas contra a União Soviética (...) acredita que os Estados Unidos trataram o Japão muito generosamente na era do pós-guerra, mas ele sente fortemente que a soberania japonesa deve ser restaurada sobre Ryukyu quando a ameaça comunista na Ásia estiver passado (TIGNER, 1954, p. 349).

Outro entrevistado também tem uma fala semelhante:

“(...) ele demonstrou um conhecimento incomum dos acontecimentos que ocorreram na Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ele defendeu o uso de tropas japonesas para combater os comunistas na Coreia e não conseguiu compreender por que razão não tinham se comprometido com o conflito. Uema é veementemente anticomunista e não conhecia nenhum okinawano ou japonês que pensasse o contrário” (Ibid., p. 287)

Estados Unidos e América Latina

Durante a pesquisa de Tigner, fica evidente a relevância do projeto de imigração okinawana para as autoridades dos Estados Unidos, como também os outros temas tratados pela SIRI. A longa pesquisa de campo contou com inúmeros traslados, utilizando a infraestrutura militar, como a Travis Air Force Base, na Califórnia. Além disso, Tigner utilizou os contatos do aparato estatal dos Estados Unidos presente na América Latina, como diplomatas e técnicos. Essa relação fica mais evidente na Bolívia, onde encontra membros do projeto Ponto Quatro.

Da mesma forma, em relação à Bolívia e ao Brasil, há uma convergência com os governos locais em relação aos interesses em fomentar os planos de migração. Em ambos, estava em curso a ocupação em direção ao centro do continente: convergindo para a mesma área, em estados fronteiriços: Santa Cruz na Bolívia e Mato Grosso no Brasil.

Ainda que não caiba no tema desta pesquisa, verifica-se, de certa forma uma visão antagônica em relação aos imigrantes *versus* nativos. Mesmo que indígenas

residissem nas áreas consideradas remotas, os governos tendiam a tratá-las como se fossem inabitadas e necessitassem ser preenchidas com atividades econômicas específicas. Sobre os “caboclos”, Tigner comenta (Ibid., p. 342):

Os trabalhadores agrícolas brasileiros chamados caboclos carecem caracteristicamente de estímulos para se tornarem proprietários de terras independentes. A existência deles é cotidiana, sem pensar muito no amanhã. Os salários que lhes são pagos raramente são mais do que suficientes para uma subsistência marginal porque a experiência demonstrou que o caboclo deixará de trabalhar temporariamente quando o seu rendimento monetário exceder as suas necessidades imediatas de subsistência. Devido a esta falta de iniciativa, o caboclo não pode deixar de trabalhar ou não trabalhará durante quatro anos sem salários em dinheiro do seu empregador, como exige o sistema de parceria do empreiteiro (...) Okinawanos, por outro lado, atingiram notável sucesso como empreiteiros, particularmente no município de Campo Grande onde uma grande proporção deles se tornaram proprietários de terra independentes através desse método na última década.

Também é importante observar a tendência à permanência do *status quo*, em ambos os casos. Em relação à Bolívia, a reforma agrária preservava o latifúndio e a estrutura social como um todo, sem danos às oligarquias. No caso do Brasil, como ocorrido nas primeiras levas de imigrantes, a mão-de-obra estrangeira era priorizada em relação à nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs uma nova perspectiva para o tema da imigração okinawana, ao abordar a especificidade de Okinawa no pós-guerra, considerando a ocupação estadunidense. De fato, não é possível separar ou distinguir completamente os grupos okinawanos e *naichi-jin*, que desde a primeira leva de imigrantes de 1908 compartilharam de várias experiências conjuntas. Entretanto, o estudo de Okinawa e dos okinawanos exige, de certa forma, um esforço para que seja visualizado em suas particularidades, uma vez que, num montante de informações, nem sempre é possível destacar o que seria específico de okinawanos ou não.

Com quase 700 páginas, além dos relatórios de progresso, a pesquisa de Tigner consiste em um dos materiais mais completos sobre imigração okinawana, e provavelmente o único sobre a América Latina, de forma mais abrangente e o único em língua não-japonesa. Também existe o diferencial de ser uma obra acadêmica, de alto nível técnico, ligado à Universidade de Stanford e ao governo dos Estados Unidos. O material é bastante rico e oferece inúmeras possibilidades para futuras pesquisas, como os demais países não abordados nesta dissertação, a análise das histórias de vida, a situação da Shindo Renmei em todas as cidades visitadas, entre outros temas.

Além disso, outro tema que pede o desenvolvimento de uma pesquisa é a análise da implementação das recomendações de Tigner. O objetivo inicial desta dissertação era analisar os fluxos migratórios do período pós-guerra, que consistem em uma lacuna nos estudos sobre imigração okinawana. Entretanto, com o extenso material de Tigner em mãos, o tema se voltou para a comunidade estabelecida no Brasil na época da pesquisa (1952).

De fato, a imigração para a Bolívia foi concretizada, com início em 1954. Entre 1954 e 1964, 19 grupos de imigrantes okinawanos chegaram à Bolívia e foram criadas três colônias em Santa Cruz: Okinawa Uno, Okinawa Dos e Okinawa Trés, totalizando 3.221 pessoas, abaixo do previsto por Tigner. Entretanto, os imigrantes se depararam com problemas como falta de água potável, inundações e a epidemia de malária. Após alguns anos, os okinawanos residentes na Bolívia começaram a imigrar novamente — jovens solteiros se dirigiram à Argentina e famílias numerosas para São Paulo (MIYAGUI, 2015), mantendo o padrão de mudança de país/cidade citado anteriormente. Alguns imigrantes permaneceram, conseguindo prosperar. Atualmente a Colônia Okinawa é um dos grandes polos produtores de trigo e arroz no país.

Em relação ao Brasil, a imigração CAPEM, projeto semelhante ao da Bolívia, foi um fracasso, ao ser implementado no Mato Grosso, região longínqua fortemente desaconselhada por Tigner. Outros grupos foram enviados para o Brasil, como os grupos de jovens (Seinentai) e aqueles expulsos do bairro de Isahama para a construção de uma base militar.

Ao analisar a obra como um todo e o seu significado mais profundo, dentro do projeto SIRI, considerando os objetivos, os encontros preliminares com autoridades, sobretudo as estadunidenses, observa-se a instrumentalização do conhecimento acadêmico, de alto nível, em prol de um projeto de manutenção da ocupação militar em Okinawa. Em última instância, esta trouxe impactos não somente no povoamento de terras no interior da América do Sul, muitas delas habitadas por populações indígenas, de acordo com os interesses dos governos locais, mas ao possibilitar a liberação de terras para construção de bases militares em Okinawa, está também relacionada aos conflitos nos quais os Estados Unidos se envolveram, como as guerras na Coreia e no Vietnã.

Destarte, este contexto geopolítico emerge como condicionantes sócio-históricos para as narrativas individuais e comunitárias dos imigrantes okinawanos do pós-guerra, que diferem consideravelmente da imigração japonesa. Porém, longe de restringir a imigração a um mero interesse dos Estados Unidos, uma vez que os okinawanos visavam deixar a terra natal e as próprias comunidades já estavam articulando projetos de colonização, a compreensão deste contexto é necessária para os estudos que foquem nos indivíduos, suas identidades, culturas e relações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

AMEMIYA, Kozy. Reinventing Population Problems in Okinawa: Emigration as a Tool of American Occupation. **Japan Policy Research Institute**. JPRI Working Paper n. 90, nov. 2002.

ANIYA, Massaaki. **Kichi no Shima Konpakuto Jiten**. Okinawa: Okinawa Bunkasha, 2012.

ARASHIRO, Toshiaki. **Ryukyu - Okinawa Shi**. Okinawa: Tōyō Kikaku, 2014.

ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE CAMPO GRANDE. **Terra de Esperança: Kibo no Daiti**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2014.

ASSOCIAÇÃO OKINAWA KENJIN DO BRASIL. **1 Século de História: a comunidade okinawana no Brasil desde o navio Kasato Maru - 1908 – 2008**. São Paulo: Associação Okinawa Kenjin do Brasil, 2012.

BAPTISTA GUMUCIO, Mariano. **Breve Historia Contemporânea de Bolivia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BÉRTOLA, Luis e; OCAMPO, José Antônio. **Desenvolvimento, Vicissitudes e Desigualdade: Uma história econômica da América Latina desde a Independência**. Madri: Secretaria Geral Ibero-Americana, 2010.

BURAJIRU OKINAWA KENJINKAI. **Burajiru Okinawa Kenjin Imin Shi: Kasato Maru kara 90 nen**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

COLE, J.P. The Cochabamba-Santa Cruz Highway, Bolivia. In: **Geography**, v. 43, n. 4, nov. 1958, p. 273-275. Taylor & Francis, Ltd.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 183–194, 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23794>. Acesso em: 20 set. 2023.

FUSER, Igor. **Bolívia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

_____. **Los hijos de los días**. México: Siglo XXI Editores, 2012.

GARCÍA LINERA. Álvaro. **Autonomías indígenas y estado multicultural: Una lectura de la descentralización regional a partir de las identidades culturales**. Bolivia: FES-ILDIS, 1995.

GIBO, Lucila (org). **Dicionário Okinawano-Português**. Okinawa: Universidade de Ryukyu, 2016.

GIL, A. A dialética do latifúndio e minifúndio: A política agrária boliviana nos últimos 50 anos. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 15, n. 29, p. 56-76, 21 set. 2017.

HANAOKI, Hironao. *Dainiji sekai taisengo ni okeru Okinawaken kara no Burajiru imin seinentai no ijuu katei*. In: **Imin kenkyu**, v.17. Okinawa: Ryukyu University, 2021.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros / T. A. Queiroz Editor, 1987.

HAYASHI, Bruno Naomassa. Metamorfoses do Amarelo: A imigração japonesa do “perigo amarelo” à democracia racial. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 108, 2022.

HIGA, Laís Miwa. **Umi Nu Kanata - do outro lado do mar: história e diferença na 'comunidade okinawana brasileira'**. 2015. 255 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

IACOBELLI, Pedro D., **James Tigner and the Okinawan Emigration Program to Latin America**. *Transnational Frontiers of Asia and Latin America since 1800* (2017).

_____. The Limits of Sovereignty and Post-War Okinawan Migrants in Bolivia. In: **The Asia Pacific Journal**, v. 11, Issue 34, n. 2, ago. 2013.

KANASHIRO, Victor Uehara. **Cantos da Memória Diaspórica: representações, (des)identificações e performances de Mishima a Okinawa**. 2015. 272 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, Campinas, 2015.

_____. O imaginário latino-americano sobre a Ásia: reflexões sobre Ryukyu e o Japão desde a diáspora e a descolonização da economia geopolítica da cultura. In: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais eletrônicos**. GT 25 Cultura, crítica e democratização. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-1940-1.pdf>>. Acesso em: 28/12/2023.

KEBBE, Victor Hugo. When the dead call: Okinawan Ancestor Worship in Brazil. **Annual Papers of the Anthropological Institute**, v.7, 2017, 22 p. Disponível em: <https://rci.nanzan-u.ac.jp/jinruiken/publication-new/item/nenpo7-05%20Victor.pdf>. Acesso em: 10/12/2023.

KERR, George H. **Okinawa: The History of an Island People**. Singapura: Tuttle Publishing, 2000.

KONNO, Samara. **Retornando à casa: o culto aos antepassados okinawanos**. 2015. 139 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KUBOTA, Nadia Fujiko Luna. “**Bon Odori e Sobá: As Obasan na Transmissão das Tradições Japonesas em Campo Grande – MS**”. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Marília, 2008.

_____. **Okinawanos e não-okinawanos em Campo Grande: relações de parentesco e famílias**. 2015. 239 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. São Carlos, 2015.

LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.

MITEVA, Boryana. The "Second Wave" Nikkei: a resumption of the Japanese emigration to Brazil after World War II. In: **Revista Inclusiones**, v. 7, Número Especial, 2020.

MIYAGI, Akira (ed.). **Muribushi: Livro do Centro de Pesquisas da Imigração Okinawana no Brasil**. São Paulo, v.1, 2015.

_____. **Muribushi: Livro do Centro de Pesquisas da Imigração Okinawana no Brasil**. Edição Especial – O Incidente de Santos. São Paulo, 2022.

MIYAGUI, Shosei. **Okinawa: História, tradições e lendas**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

MORALES, Waltraud Q. **A Brief History of Bolivia**. 2 ed. Estados Unidos da América: Infobase Publishing, 2010.

MOURA, Gerson. **O Alinhamento Sem Recompensa: A Política Externa do Governo Dutra**. São Paulo: EDUSP, 2021.

NAKAMOTO, Ana Luisa Campanha. **Representações do feminino na imigração japonesa e okinawana para o Brasil**. 2019. 225 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ODA, Ernani. “Interpretações da "cultura japonesa" e seus reflexos no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 103-117, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/06.pdf> . Acesso em: 16 jun. 2020.

OESCHLE, Rob. **Great Lew Chew Discovered: 19th Century Ryukyu in Western Art and Illustration**. Okinawa, Nirai-sha, 1987.

OKAMOTO, Monica Setuyo. A educação ultranacionalista japonesa no pensamento dos nipo-brasileiros. **Revista História da Educação**, Santa Maria, vol.22, n.55, p. 225-243, maio/ago 2018.

OKINAWA-KEN HEIWA KINEN SHIRYŌKAN. **Okinawa-ken Heiwa Kinen Shiryōkan sōgō annai**. Okinawa, 2014.

OKINAWA KŌKYŌSO KYŌIKU SHIRYŌ SENTĀ. **Gama**. Okinawa: Okinawa Gakuhan, 2013.

OKINAWA PREFECTURAL ARCHIVES. **A Catalogue of The G.H. Kerr Papers**. Okinawa: Okinawa Prefectural Archives, 2011. 213 p. Catalog.

OKUBARO, Jorge. **O súdito: Banzai, Massateru!**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2008.

OSHIRO, Alexandre Cardoso. **Espelhos em trio: por uma reflexão sobre o corpo no processo ensino-aprendizagem de Ryukyu Buyo**. Dissertação (Mestrado em Letras). 2016. 253 p. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OTA, Masahide. **Essays on Okinawa Problems**. Okinawa: Yui Shuppan, 2000.

PEREIRA, Ronan Alves. Internacionalização e minorias no Japão: considerações sobre o caso Kajiyama. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 117-126, 1992.

PIRES, Ricardo Sorgon. **Os 'outros japoneses': festivais e construção identitária na comunidade okinawana da cidade de São Paulo**. 2016. 328 p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

_____. Uma “ilha descontente”: Disputas e conflitos em torno da memória sobre a Batalha de Okinawa. **Revista contemporânea – Dossiê regimes autoritários e sociedades**, Ano 3, n. 3, 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Leher, Roberto & Setúbal, Mariana (org). **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma nova Práxis**. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Bs: Tinta Limón, 2010. Disponível em <https://chixinakax.files.wordpress.com/2010/07/silvia-rivera-cusicanqui.pdf>. Acesso em 07/07/2020

SCHOUTEN, A.-K. de M.; ISCHIDA, C. A.; SPAGGIARI, E.; CIRINNO, G.; LOBO, R. G. Entrevista com Koichi Mori. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 17, n. 17, p. 197-212, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/47689>. Acesso em: 17/12/2023.

SILVA, Aldina Cássia Fernandes da. **Memória e identidade: história de vida de imigrantes japoneses de Okinawa**. 2018. 354 p. Tese (Doutorado em História – Setor de Ciências Humanas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SOUZA, Yoko Nitahara. **A comunidade uchinanchu na era da globalização**. 2009. 172 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

TAKENAKA, Ayumi. "The Japanese in Peru: History of Immigration, Settlement, and Racialization." **Latin American Perspectives**. 31, n. 3, 2004, p. 77–98. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3185184>. Acesso em: 16 jun. 2020.

TANIGUTI, Gustavo T. O imigrante segundo as ciências sociais brasileiras, 1940-1960. In: **Sociologias**, v. 20, n. 49, p. 142-196, 2018.

UMEDA, Masaki; MATSUMOTO, Tsuyoshi; MEZAKI, Shigekazu. **Shin Okinawa shūgaku ryokō**. Tóquio: Kōbunken, 2013.

UNITED STATES OFFICE OF STRATEGIC SERVICES. **The Okinawas of the Loo Choo Islands: A Japanese Minority Group**. Honolulu, 1944.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília - São Paulo**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1973.

YAMASHIRO, Hiroaki; NAMIHIRA, Isao. **Hazici: Ryukyu no kioku**. Japão: Shinsei shuppansha, 2012.

YAMASHIRO, José. **Okinawa: Uma ponte para o mundo**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1993.

ARQUIVO PÚBLICO DE OKINAWA

TIGNER, James L. **The Okinawans in Latin America: Investigation of Okinawan Communities in Latin America**. Pacific Science Board, National Research Council, Washington, 1954.

OFFICE OF THE CHIEF OF NAVAL OPERATIONS. **Civil Affairs Handbook: Ryukyu (Loochoo) Islands**. Navy Department, 1944.

TIGNER, James L. **Progress Report on Survey of Okinawan Communities in Latin America with Exploration of Settlement Possibilities**. Pacific Science Board, National Research Council, 15 Oct 1951.

TIGNER, James L. **Progress Report on Survey of Okinawan Communities in Latin America with Exploration of Settlement Possibilities**. Pacific Science Board, National Research Council, 7 Feb 1952.

TIGNER, James L. **Progress Report on Survey of Okinawan Communities in Latin America with Exploration of Settlement Possibilities**. Pacific Science Board, National Research Council, 31 May 1952.

TIGNER, James L. **Progress Report on Survey of Okinawan Communities in Latin America with Exploration of Settlement Possibilities.** Pacific Science Board, National Research Council, 31 Mar 1953.

TIGNER, James L. **Progress Report on Survey of Okinawan Communities in Latin America with Exploration of Settlement Possibilities.** Pacific Science Board, National Research Council, 01 Apr 1953.

APÊNDICE A: OBRAS DE JAMES LAWRENCE TIGNER

THE OKINAWANS IN LATIN AMERICA

O relatório da pesquisa “The Okinawans in Latin America: Investigation of Okinawan Communities in Latin America with Exploration of Settlement Possibilities”, encomendado pelo SIRI (*Scientific Investigations in the Ryukyu Islands*), do *Pacific Science Board – National Research Council* – Departamento das Forças Armadas e executado por James Lawrence Tigner, também foi publicado nos seguintes formatos:

Livro: *The Okinawans in Latin America* (1954)

Tese de doutorado: *The Okinawans in Latin America* (1956). Departamento de Filosofia, Universidade de Stanford.

Em japonês, o livro foi publicado em duas partes - a primeira sobre o Brasil (1957) e a segunda com os demais países (1959):

Livro: *Tigunaa houkokusho: burajiru hen* (ティグナー報告書: ブラジル編) (1957)

Livro: *Tigunaa houkokusho: kouhen* (ティグナー報告書: 後編) (1959)

ARTIGOS

Shindo Renmei: Japanese Nationalism in Brazil. In: *Hispanic American Historical Review*, 1961. 41 (4): 515–532.

The Ryukyuans in Bolivia. In: *Hispanic American Historical Review* (1963) 43 (2): 206–229

The Ryukyuans in Argentina. In: *Hispanic American Historical Review*, Vol. 47, No. 2 (May, 1967), pp. 203-224

The Ryukyuans in Peru 1906-1952. In: *The Americas*, 35(1), 20–44. 1978. doi:10.2307/980924

Japanese Immigration into Latin America: A Survey. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 23, No. 4 (Nov., 1981),

RESENHAS

Resenha:

Brasil e África. Outro horizonte. In: *Hispanic American Historical Review* 1 February 1964; 44 (1): 110–112.

doi: <https://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.1215/00182168-44.1.110>

Obra:

Brasil e África. Outro horizonte. By Rodrigues, José Honório. Rio de Janeiro, 1961. Editora Civilização Brasileira S.A. Retratos do Brasil. Vol. 9. Charts. Pp. xv, 259. Paper.

Resenha:

James L. Tigner; Domingos José Marques Fernandes. A primeira história gaúcha. *Hispanic American Historical Review* 1 November 1964; 44 (4): 664–665.

doi: <https://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.1215/00182168-44.4.664a>

Obra:

Domingos José Marques Fernandes. A primeira história gaúcha. Rio Grande do Sul, 1961 Universidade do Rio Grande do Sul. Pesquisas. V. No. 15. Instituto Anchieta de Pesquisas. Map. Index. Pp. 92. Paper

Resenha:

James L. Tigner; Vida entre los Patagones. Un año de excursiones por tierras no frecuentadas, desde el Estrecho de Magallanes hasta el Río Negro. *Hispanic American Historical Review* 1 May 1967; 47 (2): 313.

doi: <https://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.1215/00182168-47.2.313>

Obra:

Vida entre los Patagones. Un año de excursiones por tierras no frecuentadas, desde el Estrecho de Magallanes hasta el Río Negro. By Musters, George Chaworth. Edited and with notes by Balmaceda, Raúl Rey. Translated by Álvarez, Arturo Costa. Buenos Aires, 1964. Solar/Hachette. Map. Appendix. Bibliography. Pp. 437. Paper.

Resenha:

Tigner, J. L. (1969). Book Review: The Chinese in London. *The International Migration Digest*, 3(3), 85-86. <https://doi.org/10.1177/019791836900300313>

Obra:

Choo Ng Kwee: *The Chinese in London*. London: Oxford University Press, 1968, p. 92.

Resenha:

Tigner, J. L. (1969). Book Review: The Chinese in Australia. *The International Migration Digest*, 3(3), 82-84. <https://doi.org/10.1177/019791836900300311>

Obra:

HUCK, ARTHUR: *The Chinese in Australia*. Melbourne, Australia: Longmans Green and Co. Ltd., 1968, p. 117

Resenha:

James L. Tigner; Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política. *Hispanic American Historical Review* 1 February 1971; 51 (1): 182–183.

doi: <https://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.1215/00182168-51.1.182>

Obra:

Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política. By Rodrigues, José Honório. Rev. ed. Rio de Janeiro, 1970. Editora Civilização Brasileira. Retratos do Brasil. Map. Charts. Bibliography. Index. Pp. 234. Paper.

Resenha:

James L. Tigner; A Imigração Japonêsa para a Lavoura Cafeeira Paulista, 1908-1922. O Japonês na Frente de Expansão Paulista: O Processo de Absorção do Japonês em Marília. Italianos no Mundo Rural Paulista. *Hispanic American Historical Review* 1 May 1977; 57 (2): 375–377.

doi: <https://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.1215/00182168-57.2.375>

Obras:

A Imigração Japonêsa para a Lavoura Cafeeira Paulista, 1908-1922. By Nogueera, Abunda Rocha. São Paulo, 1973. Instituto de Estudos Brasileiros-Universidade de São Paulo. Tables. Maps. Bibliography. Pp. 247. Paper.

O Japonês na Frente de Expansão Paulista: O Processo de Absorção do Japonês em Marília. By Schurig Vieira, Francisca Isabel. São Paulo, 1973. Livraria Pioneira Editôra. Maps. Tables. Diagrams. Appendices. Bibliography. Pp. 270. Paper.

Italianos no Mundo Rural Paulista. By Borges Pereira, João Baptista. Preface by Coelho, Ruy. São Paulo, 1974. Livraria Pioneira Editôra. Tables. Bibliography. Pp. xviii, 192. Paper.

Resenha:

James L. Tigner; Relaciones entre México y Japón durante el Porfiriato. *Hispanic American Historical Review* 1 August 1981; 61 (3): 530–531.

doi: <https://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.1215/00182168-61.3.530>

Obra:

Relaciones entre México y Japón durante el Porfiriato. By Cortés, Enrique. Mexico City: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1980. Bibliography. Pp. 133. Paper.

Resenha:

James L. Tigner; Pawns in a Triangle of Hate: The Peruvian Japanese and the United States. *Hispanic American Historical Review* 1 August 1982; 62 (3): 512.

doi: <https://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.1215/00182168-62.3.512>

Obra:

Pawns in a Triangle of Hate: The Peruvian Japanese and the United States. By Gardiner, C. Harvey. Seattle: University of Washington Press, 1981. Tables. Notes. Bibliographical essay. Index. Pp. x, 222. Cloth. \$25.00.

Resenha:

Japanese Settlement in Eastern Bolivia and Brazil Japanese Agricultural Settlement in the Bolivian Upper Amazon: A Study in Regional Ecology

Review by: James L. Tigner

Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Vol. 24, No. 4 (Nov., 1982)

Obras:

Japanese Settlement in Eastern Bolivia and Brazil Japanese Agricultural Settlement in the Bolivian Upper Amazon: A Study in Regional Ecology by Mario Hiraoka;

Brazil No Nippon Imin (The Japanese Immigrant in Brazil) by Comissão de Recenseamento Da Colonia Japonesa;

A Imigracao Japonesa Para a Lavoura Cafeeira Paulista, 1908-1922 by Arlinda Rocha Nogueira; O Japones Na Frente de Expansao Paulista: O Processode Absorcao Do Japones em Marilia by Schurig Vieira; Francisca

APÊNDICE B: TABELAS

IMIGRANTES OKINAWANOS NO BRASIL POR ANO (PRÉ-GUERRA)

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1908	324	1931	455
1909-1917	163	1932	804
1918	2.138	1933	1.109
1919	1.300	1934	1.870
1920	179	1935	285
1921	182	1936	550
1922	52	1937	405
1923	52	1938	271
1924	99	1939	455
1925	315	1940	429
1926-1930	1.915	TOTAL	13.351

Fonte: TIGNER, 1964, p. 68.

IMIGRANTES OKINAWANOS POR CIDADE – ESTIMATIVA DE JAMES TIGNER

Cidade	Zona	Núcleos familiares	Geração			Total
			1ª	2ª	3ª ou 4ª	
São Paulo	Centro	845	1.690	2.958	422	5.070
	Periferia	459				
Santos		69	144	240	152	506
Itariri	Urbano	26	48	105	7	160
	Rural	282	602	1.299	57	2.118
Miracatu (Pedro Barros, Biguá, Jaraçatiá)	Urbano	7	14	33	5	52
	Rural	220	398	1.253	110	1.761
Juquiá (Cedro, Rio, Poconé, Serrate, Figueira)	Urbano	2	3	6	0	9
	Rural	110	201	447	66	714
Pedro de Toledo (Ribeirão Luis, Três Barros, Vila Batista, Rio Peixe, Braço do Meio, Mariana, Manoel da Nóbrega, Musácea)	Urbano	7	16	32	1	49
	Rural	318	632	1.495	39	2.166
Marília		100	210	530	35	775
Pompéia		32	66	110	-	176
Tupã		67	146	191	38	275
Oswaldo Cruz		26	61	108	35	204
Lucélia		87	206	408	13	627
Lins		118	227	491	71	789
Presidente Prudente		469	945	1.400	2.345	

Fonte: TIGNER, 1954.